



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 59-CS, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Convalida a Resolução nº 226, de 15/12/2015 que dispõe sobre autorização de funcionamento do Curso e Plano Pedagógico do Curso (PPC) do curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, a ser ofertado pelo Campus de Patos.

O CONSELHO SUPERIOR (CS) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais no uso de suas atribuições legais com base no § 3º do art. 10 e no caput do mesmo artigo da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no inciso VII e XVI do Art. 17 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23168.002015.2015-90, **RESOLVE:**

Art. 1º Convalidar a Resolução Nº 226, de 15/12/2015 que autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, a ser ofertado pelo Campus Patos, estabelecido na AC Rodovia PB 110, S/N, Bairro da Tubiba, CEP: 58700.000, Município de Patos, Estado da Paraíba.

Art. 2º Aprovar as alterações no Plano Pedagógico do Curso Superior Tecnológico em Segurança no Trabalho, com a seguinte estrutura e matriz curricular:

Modalidade: Presencial

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Eixo Tecnológico: Segurança

Local de oferta: IFPB - Campus Patos

Número de vagas: 80

Turno: Noturno

Periodicidade: Semestral

Período de Duração: mínimo 06 (seis), máximo 09 (nove) semestres

Carga Horária Total: 2.620 horas

Art. 3º Revogar a Resolução nº 033/2008, de 26 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho para a unidade de Patos – PB.

Parágrafo Único: As relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

Art. 4º Esta resolução deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.


CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

NOME DO CURSO

Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

TIPO:

BACHARELADO

LICENCIATURA

TECNOLOGIA

SITUAÇÃO:

AUTORIZADO

RECONHECIDO

LOCAL	DATA
Patos	26-04-2016

VERSÃO

Versão para apreciação do CONSUPER



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

S U M Á R I O

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES E DO CURSO	5
1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	5
1.1 Dados da mantenedora	5
1.2 Dados da mantida	5
1.3 Breve histórico da instituição	5
1.4 Educação Profissional de nível Técnico.....	7
1.5 EJA – Educação de Jovens e Adultos	10
1.6 Educação Superior – Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelados e Engenharias	11
1.7 Cenário socioeconômico da região	14
1.8 Identidade Estratégica da IES	15
1.8.1 Missão	15
1.8.2 Princípios institucionais	15
1.8.3 Finalidades	15
1.8.4 Objetivos	16
2 CONTEXTO DO CURSO	17
2.1 Dados Gerais	17
2.2 Breve histórico do curso.....	18
II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	18
3 CONCEPÇÃO DO CURSO	18
3.1 Justificativas do curso	19
3.2 Objetivos do curso	21
3.2.1 Geral	21
3.2.2 Específicos	21
3.3 Perfil do egresso do curso	22
3.4 Diferenciais competitivos do curso	23
3.5 Políticas Institucionais e sua correlação com o Curso	23
3.6 Organização curricular	24
3.7 Estrutura Curricular Nova	24



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

3.8 Estrutura Curricular de Migração.....	26
3.9 Planos de Ensino	30
3.10 Proposta pedagógica	153
3.11 Metodologia de Ensino	154
3.12 Flexibilidade Curricular	154
4 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO	157
4.1 Trabalho de Curso.....	157
4.1.1 Acompanhamento do trabalho de curso.....	158
4.1.2 Consecução e Avaliação do TCC.....	159
5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	160
5.1 Relevância das atividades complementares	163
5.2 Programas ou projetos de pesquisa (iniciação científica)	163
5.3 Tecnologias de informação e comunicação – TIC.....	163
6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	164
6.1 Processos de avaliação do curso	164
6.2 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	164
6.3 Apoio ao Discente.....	165
III. CORPO SOCIAL DO CURSO.....	166
7 CORPO DISCENTE.....	166
7.1 Forma de acesso ao curso.....	166
7.2 Atenção aos discentes	166
7.2.1 Apoio psicopedagógico ao discente.....	166
7.2.2 Apoio às atividades acadêmicas.....	168
7.3 Ouvidoria	168
7.4 Acompanhamento aos Egressos.....	169
7.5 Registros acadêmicos.....	169
8 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	170
8.1 Coordenação do curso	170
8.1.1 Formação Acadêmica e Experiência Profissional.....	170
8.1.2 Atuação da Coordenação	170
8.2 Composição e Funcionamento dos Órgãos Colegiados	171
8.3 Núcleo Docente Estruturante	171
8.4 CORPO DOCENTE.....	171



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

8.4.1	Relação nominal do corpo docente da área técnica.....	172
8.5	Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso	175
8.5.1	Titulação	175
8.5.2	Regime de trabalho do corpo docente.....	175
8.5.3	Experiência (acadêmica e profissional)	175
8.6	Produção de material didático ou científico do corpo docente.	176
8.6.1	Publicações	176
8.7	Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente e Técnico Administrativo.....	176
8.8	Docentes x número de vagas autorizadas.....	177
8.9	Docentes por disciplinas de Formação Profissional e Geral	178
9	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	178
IV	BIBLIOTECA.....	179
V	INFRAESTRUTURA	180
10	ESPAÇO FÍSICO GERAL	180
11	INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA.....	181
12	RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA.....	181
13	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	182
14	NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS (NAPNE).....	125
14	ESPECÍFICAS	
VI	LABORATÓRIOS	186
15	AMBIENTES DA ADMINISTRAÇÃO	194
16	AMBIENTES DA COORDENAÇÃO DO CURSO	196
17	SALAS DE AULA	197
VII	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	197
IV	ANEXO.....	201



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES E DO CURSO

1 Contexto da Instituição

1.1 Dados da mantenedora

Mantenedora:	Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75						
End.:	Avenida Primeiro de Maio	n.:	720				
Bairro:	Juaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58.015-430	UF:	PB
Fone:	(83) 3208-3000, 3208-3004		Fax:	(83) 3208-3088			
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br						
Site:	www.ifpb.edu.br						

1.2 Dados da mantida

Mantida:	Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75						
End.:	AC Rodovia PB 110	n.º:	s/n				
Bairro:	Alto da Tubiba	Cidade:	Patos	CEP:	58700-00	UF:	PB
Fone:	(83) 3423 9534, 3423 9676		Fax:				
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br						
Site:	www.ifpb.edu.br						

1.3 Breve histórico da instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse tempo, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa – de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008, e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com a edição da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal da Paraíba, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados da federação, mais como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o país, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

A Escola de Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, transferindo-se depois para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Finalmente, já como Escola Industrial, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe. Nesta fase, o domicílio tinha como único endereço a capital do Estado da Paraíba. Ao final da década de 60, ocorreu a transformação para Escola Técnica Federal da Paraíba e, no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

Transformado em 1999 no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional – NEEP, na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos – NACE, no antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices. Foi nesta fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade todos os níveis de educação, desde a educação básica, incluindo ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio, à educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão.

A partir de então, foram implantados cursos de graduação na Área de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários e Licenciatura em Química.

Este processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos Cursos de Bacharelado na área de Administração e em Engenharia Elétrica e a realização de cursos de pós-graduação em parceria com Faculdades e Universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos atendendo às disposições da Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – e normas delas decorrentes.

Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED-CG – e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo. Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma Instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba e, além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão.

O Instituto, em consonância com seus objetivos e finalidades previstos na nova Lei, desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na educação de jovens e adultos, tendo no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM e Projetos Mulheres Mil, Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC, além do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Projeto Rede Viva, reconhecido nacionalmente, ampliando, assim, o cumprimento da sua responsabilidade social.

Visando à ampliação de suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação a Distância – EAD e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e de pesquisa aplicada, preparando as bases para a oferta de pós-graduação nestes níveis, horizonte aberto com a nova Lei.

Contemplado com o Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto conta, no estado da Paraíba, com 09 (nove) *Campi* e a Reitoria, quais sejam: Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa (Escola Agrotécnica, que se incorporou ao antigo CEFET, proporcionando a criação do Instituto).

Atendendo, ainda, ao Plano de Expansão da Educação Profissional, a Fase III contempla cidades consideradas polos de desenvolvimento regional, quais sejam: Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga e Santa Rita. Nessa perspectiva, o IFPB atua nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Ambiente, Saúde e Segurança, Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial e Recursos Naturais. As novas unidades educacionais levarão Educação Profissional a estas cidades, na modalidade básica, técnica e tecnológica, em todos os níveis, oportunizando o desenvolvimento econômico e social e a consequente melhoria na qualidade de vida destas regiões.

A organização do ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba oferece oportunidades em todos os níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino. São ofertados desde Programas de Formação Continuada – FIC, PROEJA, Mulheres Mil, propiciando também o prosseguimento de estudos através do Programa CERTIFIC, além do Ensino Técnico de Nível Médio, Ensino Tecnológico de Nível Superior, as Licenciaturas, os Bacharelados e os estudos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

1.4 Educação Profissional de nível Técnico

A Educação Profissional de nível técnico no IFPB é ofertada nas modalidades integrado e subsequente, nas áreas profissionais da construção civil, da indústria, da informática, do meio ambiente, do turismo e hospitalidade, da saúde, da cultura, considerando a carga horária mínima e as competências exigidas para cada área, de acordo com o Decreto n. 5.154/2004 e Resoluções CNE/CEB n. 04/1999 e n. 01/2005 do Conselho Nacional de Educação – CNE.

O IFPB oferece Cursos Técnicos em diversos segmentos da economia e áreas profissionais, em todos os seus *Campi*.

Quadro I – Cursos Técnicos ofertados pelo Instituto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

CAMPUS	EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS
Cabedelo	RECURSOS NATURAIS	Técnico Subsequente em Pesca
		Técnico em Pesca
	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	Técnico Subsequente
Cajazeiras	INFRAESTRUTURA	Técnico Subsequente em Edificações
		Técnico em Edificações
	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Técnico Subsequente em Eletromecânica
		Técnico em Eletromecânica
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico em Manutenção e Suporte de Informática
Campina Grande	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte de Informática
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
		Técnico em Informática
	RECURSOS NATURAIS	Técnico Subsequente em Mineração
		Técnico em Mineração
	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Técnico em Petróleo e Gás
João Pessoa	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Técnico Subsequente em Eletrotécnica
		Técnico em Eletrotécnica
		Técnico Subsequente em Mecânica
		Técnico em Mecânica
		Técnico Subsequente em Eletrônica
		Técnico em Eletrônica
	INFRAESTRUTURA	Técnico Subsequente em Edificações
		Técnico em Edificações



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Técnico Subsequente em Instrumento Musical
		Técnico em Instrumento Musical
	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	Técnico Subsequente em Equipamentos Biomédicos
		Técnico em Controle Ambiental
Monteiro	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	Técnico em Instrumento Musical
Patos	SEGURANÇA	Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho - EaD
		Técnico em Segurança do Trabalho Integrado
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado
	INFRAESTRUTURA	Técnico Subsequente em Edificações
		Técnico em Edificações Integrado
Picuí	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática
		Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	RECURSOS NATURAIS	Técnico Subsequente em Mineração
	INFRAESTRUTURA	Técnico em Edificações
Princesa Isabel	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática
	AMBIENTE, SAÚDE E	Técnico em Controle Ambiental



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

	SEGURANÇA	
	INFRAESTRUTURA	Técnico Subsequente em Edificações
		Técnico em Edificações
Sousa	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Técnico Subsequente em Informática
	RECURSOS NATURAIS	Técnico Subsequente em Agropecuária
		Técnico em Agropecuária
	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Técnico em Agroindústria
	AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA	Técnico em Meio Ambiente
RECURSOS NATURAIS	Técnico Subsequente em Agropecuária	

A Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, cuja organização do curso conduz o aluno a uma habilitação profissional técnica de nível médio que também lhe dará o direito à continuidade de estudos na educação superior, será oferecida para estudantes que tenham concluído o ensino fundamental.

A educação profissional de nível técnico no IFPB corresponde à oferta de cursos técnicos, considerando a carga horária mínima e o perfil profissional exigidos para cada eixo tecnológico, de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – atualizado pela Resolução/Parecer CNE/CEB nº 1/2014.

O currículo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio está estruturado em regime anual com duração de 03 (três) e/ou 04 (quatro) anos, integrando a formação geral com uma carga horária mínima de 2.400 horas e a formação técnica, conforme a carga horária mínima exigida no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT – para a respectiva habilitação profissional, acrescida da carga horária destinada ao estágio curricular e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Ainda sobre o currículo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, este está definido por disciplinas orientadas pelos perfis de conclusão e distribuídas na matriz curricular com as respectivas cargas horárias, propiciando a visualização do curso como um todo.

1.5 EJA – Educação de Jovens e Adultos

A Educação Profissional ofertada para a Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas especificidades definidas na legislação, é apresentada com as mesmas características do Ensino Técnico Integrado. Nesse sentido, o atendimento a essa clientela pressupõe ações voltadas para o seu projeto de vida e para as necessidades urgentes de (re)inserção e de (re)qualificação, visando à complementação da renda familiar ou para o provimento de seu sustento. Desta forma, o ensino aponta para um projeto capaz de vislumbrar o trabalho como princípio educativo. Dessa forma, estaremos, enquanto Instituição de ensino, resgatando a nossa função social e promovendo dignidade e cidadania. Atualmente, o IFPB oferta esta modalidade de ensino contemplando os cursos: Técnico Integrado em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Eventos, em João Pessoa; Operação de Microcomputadores, em Campina Grande; Desenho e Construção Civil, em Cajazeiras, e Agroindústria, em Sousa.

1.6 Educação Superior – Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelados e Engenharias.

Os Cursos Superiores de Tecnologia integram as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia e visam, segundo suas diretrizes curriculares, garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja a utilização de tecnologias.

Com a Educação Profissional Tecnológica de Graduação, a Instituição tem galgado seu espaço, construindo uma educação gratuita e de qualidade, assentada nos mais modernos fundamentos científicos e tecnológicos, potencializando-se em opção de qualidade para as diversas gerações.

Quadro II – Cursos Superiores ofertados pelo Instituto

CAMPUS	EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS
Cabedelo	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	CST em Design Gráfico
Cajazeiras	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CST em Análise Desenvolvimento de Sistemas
	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	CST em Automação Industrial e Engenharia Civil
	LICENCIATURA	Licenciatura em Matemática
Campina Grande	INFRAESTRUTURA	CST em Construção de Edifícios
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CST em Telemática e Engenharia da Computação
	LICENCIATURA	Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física
Guarabira	GESTÃO E NEGÓCIOS	CST em Gestão Comercial
Monteiro	INFRAESTRUTURA	CST em Construção de Edifícios e CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
João Pessoa	BACHARELADO	Bacharelado em Administração
	BACHARELADO	Bacharelado em Engenharia Elétrica
	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	CST em Automação Industrial



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

	INFRAESTRUTURA	CST em Construção de Edifícios
	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	CST em Design de Interiores
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CST em Geoprocessamento
	AMBIENTE E SAÚDE	CST em Gestão Ambiental
	GESTÃO E NEGÓCIOS	CST em Negócios Imobiliários
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CST em Redes de Computadores
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CST em Sistemas de Telecomunicações
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CST em Sistemas para Internet
	LICENCIATURA	Licenciatura em Química
Patos	SEGURANÇA	CST em Segurança no Trabalho
Picuí	RECURSOS NATURAIS	CST em Agroecologia
Princesa Isabel	AMBIENTE E SAÚDE	CST em Gestão Ambiental
Sousa	RECURSOS NATURAIS	CST em Agroecologia
	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	CST em Alimentos
	LICENCIATURA	Licenciatura em Química
	BACHARELADO	Bacharelado em Medicina Veterinária

Total de 34 cursos superiores.

A oferta dos Cursos de Licenciatura visa ao atendimento à Lei 11.892/2008 e foi criada com o objetivo de minimizar a falta de profissionais de educação para exercer a docência nas Escolas de Educação Básica. As Licenciaturas, cujo objetivo é a habilitação do profissional de diversas áreas do conhecimento para atuar no magistério, são ofertadas a portadores de diplomas de Ensino médio. Os programas de formação pedagógica foram regulamentados pela Resolução nº 2, de 07 de julho de 1997, alterando a Portaria 432, de 19 de julho de 1971, que regulamentava a formação de docentes para as disciplinas do currículo da educação profissional. Mesmo antes da edição da referida Lei, atuando com uma visão de futuro, O IFPB já ofertava o Curso de Licenciatura em Química.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

O IFPB oferece atualmente o Bacharelado em Administração, Engenharia Elétrica e em Medicina Veterinária. A duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos de Bacharelado presenciais no âmbito do IFPB atendem ao Parecer CNE/CES nº 08/2007 e Resolução CNE/CES Nº 02/2007. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário, tomando por base as seguintes orientações (Resolução CNE/CES Nº 02/2007).

Após a consolidação do ensino superior em nível de graduação, o IFPB iniciou a oferta de cursos de pós-graduação, nas suas diversas áreas, com a finalidade de atender à demanda social por especialistas. Os cursos de especialização *lato sensu* em Segurança da Informação, Educação Profissional e Gestão Pública iniciaram uma série de cursos de pós-graduação ofertados pelo IFPB.

Para uma Instituição de ensino profissionalizante que prima pela qualidade e busca a todo tempo incrementá-la, é estratégico para o seu dinamismo ter um programa de incentivo e difusão da cultura da pesquisa científica e tecnológica. Nesse sentido, o IFPB tem buscado construir e difundir conhecimentos, apoiar tecnologicamente o setor produtivo, propiciar a iniciação científica aos discentes, fazer a realimentação curricular dos cursos, obter recursos para a Instituição e incentivar a formação em pós-graduação dos servidores são algumas das razões que justificam tal importância.

Assim, a Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, setor tático responsável pelas ações para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pela inovação tecnológica e pela pós-graduação no IFPB, apresenta uma proposta de Política de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, tendo como diretriz primeira uma política, cujo instrumento norteador sejam as ações nesses campos.

Os grupos ou núcleos de pesquisa constituem-se células *mater* do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e da inovação na Instituição.

Buscar formas de incentivar a sua criação/consolidação e apoiar o seu desenvolvimento torna-se crucial para o sucesso de qualquer plano institucional de pesquisa científica e tecnológica, inovação e pós-graduação.

Naturalmente, associa-se pesquisa aos cursos superiores ou aos programas de pós-graduação. A pesquisa científica e tecnológica, desenvolvida no IFPB, porém, já vem sendo realizada em todas as modalidades de ensino do IFPB: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Ensino de Pós-graduação (*Lato Sensu*).

Assim, o IFPB há muito tem demonstrado o seu potencial no campo da pesquisa científica e tecnológica. Possui uma Infraestrutura física de laboratórios de razoável a boa e um quadro efetivo de recursos humanos bem qualificados. Atualmente, o IFPB possui 28 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e certificados pela Instituição, nas seguintes áreas:

- Ciências Agrárias – 1;
- Ciências Exatas e da Terra – 10;
- Ciências Humanas – 4;
- Ciências Sociais Aplicadas – 2;
- Engenharias – 7;
- Linguística, Letras e Artes – 4.

Esses grupos têm apresentado produção acadêmica constante e consistente, inclusive proporcionando aos discentes a iniciação científica e servindo de incentivo para a formação de novos grupos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

A Instituição conta, ainda, com um veículo impresso para divulgação de trabalhos científicos e tecnológicos, que é a Revista Principia.

É sobre esta base de ciência e tecnologia, construída nos últimos anos, que o IFPB trabalha para reforçar a sua capacidade de produção de pesquisas científicas e tecnológicas e de inovação tecnológica, voltadas ao desenvolvimento educacional, econômico e social da nossa região de abrangência.

Além das atividades pertinentes à Pesquisa, o IFPB tem atuado, também, junto à Extensão, desenvolvendo, de acordo com as Dimensões da Extensão estabelecidas pelo Fórum de Dirigentes de Extensão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica – FORPROEXT os seguintes projetos:

Projetos Tecnológicos: desenvolvimento de atividades de investigação científica, técnica e tecnológica, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação.

Serviços Tecnológicos: oferta de serviços de consultoria, assessoria, e outros serviços de cunho técnico e tecnológico, para o mundo produtivo.

Eventos: realização de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático de oferta não regular, que objetiva a capacitação de cidadãos.

Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: compreende ações de apoio e promoção de eventos de caráter cultural, cívico, artístico e desportivo.

Visitas Técnicas e Gerenciais: interação das áreas educacionais da Instituição com o mundo do trabalho.

Empreendedorismo: compreende o apoio técnico educacional com vistas à formação empreendedora, bem como o desenvolvimento de serviços e produtos tecnológicos.

Acompanhamento de egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o desenvolvimento profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Para o ano de 2012, o IFPB lança curso de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, na área de Engenharia Elétrica.

1.7 Cenário socioeconômico da região

Criado em 2008 (Lei 11.892), o IFPB é uma Instituição de Educação Superior, básica e profissional especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho - CSTST, criado em 2008, vem atender uma demanda do mercado local e regional por profissionais habilitados para o desenvolvimento de práticas preventivas visando o bem estar, a saúde e a qualidade de vida dos profissionais de modo geral.

O IFPB tem como uma das componentes da sua função social o desenvolvimento pleno dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-o para ser um agente transformador da realidade do município, do estado, país e do mundo, visando a eliminação das desigualdades regionais e locais, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, promovendo a igualdade social (PDI, 2015).

Quanto à formação profissional, o Estado da Paraíba possui cursos específicos em Segurança no Trabalho, em nível técnico ou tecnológico, sendo o Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho do IFPB o único curso ofertado por instituição pública. Outros cursos afins existentes no Estado não contemplam em seus currículos, as competências específicas e necessárias à formação do Tecnólogo em Segurança no Trabalho. Além destes aspectos, é importante salientar o aumento da procura pelo ingresso no CSTST - IFPB, constatado pelas concorrências (número de candidatos/vaga). Desta forma, é constatado que o CSTST - IFPB atende as necessidades do mercado e demandas do setor produtivo, formando profissionais específicos para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

1.8 Identidade Estratégica da IES

1.8.1 Missão

Missão Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. (PDI -2015-p. 17 de 2015-2019).

1.8.2 Princípios institucionais

O PDI do IFPB apresenta para o exercício da gestão do instituto os seguintes princípios:

- Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- Desenvolvimento Humano – Desenvolver o ser humano, buscando sua integração à sociedade através do exercício da cidadania, promovendo o seu bem estar social;
- Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- Qualidade e Excelência – Promover a melhoria contínua dos serviços prestados;
- Autonomia dos Campi – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada campus;
- Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;
- Respeito – Atenção com alunos, servidores e público em geral;
- Compromisso Social – Participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade.

1.8.3 Finalidades

Segundo a Lei 11.892/08, o IFPB é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O IFPB atuará em observância com a legislação vigente com as seguintes finalidades:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a Infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFPB;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e criativo.
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.
- promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão.

1.8.4 Objetivos

São objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Educação da Paraíba:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, e tecnológicos, culturais e ambientais;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2 Contexto do Curso

2.1 Dados Gerais

Denominação do Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho					
Modalidade:	Tecnólogo					
Endereço de Oferta:	AC Rodovia PB 110, s/n, Alto da Tubiba, Patos - PB, CEP: 58.700-000, Fone: (83) 3423-9534, 3423-9676, e-mail: ifpb@ifpb.edu.br , endereço eletrônico: www.ifpb.edu.br					
SITUAÇÃO LEGAL DO CURSO						
	Autorização:			Reconhecimento:		
Documento	Resolução do MEC			Portaria MEC		
N. Documento	33			Portaria Nº 565/2014		
Data Documento	-			30/09/2014		
Data da Publicação	26/12/2008			01/10/2014		
N. Parecer/Despacho	-			Portaria DIREG/MEC		
Conceito MEC	-			3		
Turno de Funcionamento:	Integral	Matutino		Vespertino	Noturno	Totais
Vagas anuais:					80	80
Turmas Teóricas						
Regime de Matrícula:	Semestral					
Carga Horária:	Na Instituição	Atividades Complementares	Disciplina Optativa (Libras)	Projeto de Graduação (TCC)	Total	
Horas	2.400	100	40	80	2.620	
Hora/aula	2.400	100	40	80	2.620	
Integralização:	Mínimo	Máximo				
	06 semestres	09 semestres				



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

O curso pode incluir atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária ou de cada tempo de organização curricular, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o necessário atendimento por parte de docentes e tutores.

2.2 Breve histórico do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, curso na modalidade tecnológica, surgiu da inquietação de professores no sentido de buscar novos caminhos, possibilitando uma formação superior em uma área até então inédita na região nordeste e no Brasil. Professores, do então CEFET-PB, uniram-se e os pensamentos foram sendo burilados. Durante alguns meses houve reuniões no sentido de buscar um Projeto Pedagógico Curricular - PPC, que atendessem as realidades do mercado da ocasião.

A etapa a seguir foi a autorização pelo MEC, na qual foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho em dezembro de 2008. O sonho tornou-se realidade. Do projeto do curso extraiu-se o relato no que diz respeito à justificativa para a implantação do curso "... tanto para especializar os profissionais afins, quanto, e preferencialmente para habilitar profissionais outros que já trabalham ou desejam trabalhar com Segurança no Trabalho" (CEFET-PB, 2000). Os caminhos abertos permitiram um novo campo de formação profissional.

Em setembro de 2014 o Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho foi reconhecido por comissão de avaliadores do MEC, sendo definidas, neste reconhecimento, alterações na estrutura curricular para adequação as novas realidades advindas. A nova proposta, pós-reconhecimento, continua distribuída em seis semestres, mas houve uma verdadeira reformulação na matriz curricular e em sua carga horária, tornando a nova proposta mais competitiva. O curso apresenta, no seu início, um maior percentual de conhecimentos ministrados referentes ao eixo de fundamentação e com seu avanço cresce o conteúdo da formação técnica. Desta forma, o aluno passa a desenvolver projetos, com uma base teórica e instrumental que reflete os objetivos do curso.

A estrutura curricular atual é produto das tarefas acertadas no reconhecimento. O curso passou por uma discussão no sentido de adequá-lo as novas exigências do mercado.

II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA

3 Concepção do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho foi criado com o objetivo de atender à demanda de mercado da cidade de Patos, a partir da percepção da necessidade de se formar um profissional com habilidades e competências específicas na área de segurança no trabalho. Sua metodologia foi definida para contribuir para a formação de um egresso criativo, apto a ocupar os diversos postos de trabalho desse segmento. A sua matriz curricular foi constituída em um conjunto de disciplinas que integralizam os seis períodos de formação. Essas disciplinas são apresentadas aos alunos utilizando-se de práticas pedagógicas teórico-práticas que procuram proporcionar ao aluno um aprendizado significativo, interativo e uma educação problematizadora, com o intuito de fomentar no aluno uma visão crítica sobre as diversas situações que ele irá encontrar na prática profissional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Assim, seus componentes curriculares são distribuídos na matriz de forma a permitir ao aluno a instrumentação técnica inicial necessária, com o aporte de disciplinas teóricas, até chegar às disciplinas de projeto, que são o cerne de sua formação.

3.1 Justificativas do curso

No mundo contemporâneo, a Segurança no Trabalho tem se tornado uma das principais preocupações da sociedade, ao lado da saúde e do controle ambiental. A prevenção de acidentes de todo tipo é parâmetro importante em qualquer projeto ou empreendimento, envolvendo a redução dos altos custos humanos e materiais, e consequentemente a melhoria das condições sociais.

O Brasil tem sido destaque no que se refere à incidência de doenças ocupacionais e ao número de acidentes de trabalho. Essa afirmação é comprovada diante das estatísticas que nos coloca, sistematicamente, entre os países que mais registram acidentes de trabalho no mundo. Segundo dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, publicado em outubro de 2011, foram registrados em 2010, em todo o País, 701.496 acidentes de trabalho, envolvendo nesse contexto os acidentes típicos, de trajeto e as doenças do trabalho. Apesar da incidência de acidentes ter caído 4,3% em relação ao ano de 2009, o número de óbitos subiu 5,9% totalizando 2.712 vidas perdidas. Essa incidência é extremamente alta, ainda mais considerando que as estatísticas oficiais brasileiras são limitadas, pois incluem apenas os trabalhadores registrados em carteira e envolvem grande subnotificação. Esses acidentes possuem consequências altamente indesejáveis, pois, provocam danos sociais e à saúde dos trabalhadores e das empresas. Dentre os prejuízos econômicos originados pelos acidentes de trabalho, temos a perda anual ao equivalente a 4% do PIB, no Brasil (IBGE, 2012).

Os tipos de acidentes variam desde lesões de pequenas proporções a lesões permanentes, ou mesmo a morte. Estes acidentes possuem consequências altamente indesejáveis, pois provocam danos pessoais e empresariais, prejudicando o bem-estar dos trabalhadores e os resultados de suas atividades de trabalho. De fato, um indivíduo em condições de trabalho adversas tem seu desempenho comprometido tanto em termos de qualidade quanto em termos de quantidade, gerando prejuízos para a sua saúde, para a saúde da empresa e para a saúde da própria sociedade que, direta ou indiretamente, depende da sua atividade de trabalho.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as principais causas dos acidentes são a deterioração das condições de trabalho, causadas pela globalização e pela liberalização dos mercados, o desrespeito ao direito de segurança do trabalhador e a falta de cumprimento da lei ou regulamentação adequada de segurança. Diante dessa situação, torna-se imperioso priorizar ações e adotar políticas mais contundentes para a prevenção dos fatores de risco incidentes nos locais de trabalho.

Para reduzir custos e otimizar o processo de trabalho, é necessário proporcionar condições adequadas para o exercício de todas as atividades profissionais dentro da organização, cumprindo as exigências legais e prevenindo acidentes e doenças ocupacionais, através da atuação de profissionais com conhecimento específico na área.

A área de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) se caracteriza pelo papel estratégico de implantar preceitos, condutas, valores e crenças de segurança com o desafio de integrar a segurança, a qualidade, o meio ambiente, a produção, a manutenção, a administração e o controle dos custos das empresas, estabelecendo melhoria das condições dos ambientes de trabalho, a fim de reduzir os níveis de risco e de proporcionar proteção aos trabalhadores, o que acarreta no aumento da produtividade e da competitividade das organizações. Para tanto, os profissionais dessa área analisam as condições de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

trabalho, planejam e elaboram normas e instruções de trabalho, reforçam comportamentos seguros, realizam auditorias e implementam ações corretivas que acabam ou minimizam os riscos dos locais de trabalho. O funcionamento efetivo da SST nas organizações pode trazer o benefício da redução das perdas humanas, ao patrimônio, ao meio ambiente e ao processo, evitando consequências danosas ao mundo do trabalho.

Dessa forma, a Norma Regulamentadora 04 (NR 04), em cumprimento ao artigo 162 da Consolidação das Leis do Trabalho, impõe que as empresas públicas e privadas, em função do grau de risco da atividade e do número de empregados que possuam, devem organizar e manter em funcionamento o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, com o objetivo maior de desenvolver programas preventivos de acidentes do trabalho no âmbito da empresa.

Neste contexto, vale ressaltar o papel do profissional tecnólogo em segurança no trabalho. Embora, a presença do mesmo ainda não seja obrigatória dentro da empresa, o seu papel como membro da equipe multidisciplinar é bastante claro e positivo. É necessário, no entanto, se realizar um rápido histórico da função do tecnólogo no Brasil.

No final da década de 60, com a Lei Federal nº 5540/68, chamada de reforma universitária de 68, surgiram no Brasil os Cursos Superiores Tecnológicos, com o nome de cursos superiores de curta duração, com a finalidade de proporcionar a criação de uma habilitação intermediária entre o grau médio e o superior. O modelo dos Cursos Superiores Tecnológicos fica claro no parecer do antigo Conselho Federal de Educação - CFE nº278/70, cuja duração não é o que caracteriza os cursos tecnológicos, mas, a sua organização, que tem finalidade explícita.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDBEN de nº9394, de 20 de dezembro de 1996, surge com força a Educação Profissional nos artigos 36 e de 39 a 42, que, após várias discussões e controversas, foi regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97 e a Portaria do Ministério da Educação nº646/97, essas legislações foram taxadas como sendo a reforma da Educação (BRASIL, 2001).

Em 1997, além das legislações mencionadas acima, surge a necessidade de regulamentação deste profissional pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, estabelecendo as diretrizes curriculares Nacionais para os cursos tecnológicos. Para afirmar tais propósitos, surge o Decreto nº 2406, de 27 de novembro de 1997, que regulamentou a Lei nº8948/94, que tratava da criação dos Centros de Educação Tecnológica como modalidade de instituição especializada em Educação profissional, com a finalidade de formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidade de ensino, para diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Com a publicação do Parecer nº 29/2002 do CNE que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Tecnológicos, que teve como relator o Conselheiro Francisco Aparecido Cordão, chama especial atenção o parágrafo do texto que deveria ser tomado como peça que a ser consultada e lida por todos que trabalham com a Educação Profissional Tecnológica.

[...] “A educação profissional em nível tecnológico é uma exigência cada vez mais presente nos dias atuais. As universidades ainda não perceberam isto, mas uma instituição de educação superior moderna não pode mais prescindir dessa área do saber, que é a tecnologia” (BRASIL, 2002).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

O Parecer CNE/CES Nº: 277/2006 define que a educação tecnológica deve ser vista como eixos de convergência interdisciplinar estimulada pelos novos desafios dos nossos tempos, estando o curso de Tecnologia em segurança no trabalho dentro do eixo Tecnológico em Segurança que Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação da natureza e à utilização, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrangem ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental (BRASIL, 2006).

Constata-se, assim, a necessidade cada vez maior da formação de profissionais em nível superior, possibilitando o exercício de suas atividades, para responder às exigências decorrentes das formas de gestão, de novas técnicas e tecnologias e da globalização nas relações econômicas, o que vêm transformando a sociedade e a organização do trabalho. Estas práticas exigem desses profissionais, a atuação em equipes multiprofissionais, com criatividade e flexibilidade, atendendo a diferentes situações em diversos tipos de organizações, permanentemente sintonizados com as transformações tecnológicas e socioculturais.

A atividade do profissional do Tecnólogo em Segurança no Trabalho é extremamente relevante para a redução dos acidentes de trabalho, através de planejamento de prevenção, implementação das ações e avaliações sistemáticas da eficácia dessas ações, com vistas à melhoria contínua. O atendimento, às necessidades dos sistemas gerenciais de segurança do trabalho, garantindo a manutenção da integridade física dos trabalhadores, unida ao aumento da produtividade e melhoria da qualidade, inclui-se nas atividades que o profissional tecnólogo deverá desempenhar entre as diversas categorias profissionais e população em geral nas questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho.

Portanto, a educação profissionalizante é uma forma de ação que visa e permite a mudança no quadro acidentário trabalhista atual. Nesse contexto, o IFPB – *Campus* Patos se propõe a manter curso de formação de profissionais de Segurança no Trabalho, contribuindo com a disseminação da cultura preventivista entre entidades empregadoras e trabalhadores, no intuito de promover o bem-estar físico e mental do homem e gerando desenvolvimento socioeconômico no país.

3.2 Objetivos do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho tem seus objetivos estabelecidos em conformidade com as competências e habilidades estabelecidas no seu perfil de egresso, atendendo às políticas institucionais de desenvolvimento de pesquisas e soluções tecnológicas para esse segmento. Dessa forma, seus objetivos são:

3.2.1 Geral

Capacitar profissionais para desenvolver ações de prevenção e controle de riscos nas atividades laborais dos setores produtivos da sociedade e no meio ambiente, visando à redução ou eliminação dos agravos a saúde e a segurança, observando os preceitos legais, atuando de forma a preservar a integridade bio-psico-social do trabalhador e da comunidade.

3.2.2 Específicos

De maneira específica o Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho do IFPB, procura:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

- Capacitar o discente a atuar de forma holística nas unidades produtivas através da prevenção de riscos evitando a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;
- Garantir ao discente a oportunidade de vivência nos diversos padrões tecnológicos vigentes, ressaltando o respeito e comprometimento com as questões éticas, legais e de sustentabilidade;
- Desenvolver o uso das diferentes linguagens a fim de garantir a excelência na expressão oral e escrita nos diversos contextos comunicativos e na formação crítica e reflexiva aberta as mudanças tecnológicas;
- Capacitar o discente a atuar em equipes multidisciplinares da área de saúde e segurança no trabalho solucionando problemas inerentes ao ambiente laboral, visando à melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

3.3 Perfil do egresso do curso

O profissional egresso do Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho será um especialista capaz de aplicar os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos no estudo e controle das condições ambientais de trabalho; plano de segurança do trabalho; desenvolvimento, orientação e fiscalização da segurança do trabalho; legislação e normas técnicas de segurança do trabalho; novos paradigmas na área de segurança do trabalho e implementação de novas tecnologias.

O Tecnólogo em Segurança no Trabalho planeja, implanta, gerencia e controla os sistemas de segurança laboral. Compõe equipes multidisciplinares em instituições, como membro do sistema de saúde e segurança no trabalho. Desempenha atividades de vistoria, perícia, avaliação e emissão de pareceres sobre a qualidade dos diversos processos e condições de trabalho, bem como, pesquisa e aplicação tecnológica. Sua atuação visa à qualidade de vida dos trabalhadores e do meio ambiente, por meio da promoção da saúde, prevenção de acidentes, doenças do trabalho e acidentes industriais com impacto sobre os ecossistemas.

Capacitações e Competências

1. Conhecer e aplicar os princípios de Segurança e Saúde no trabalho e meio ambiente, identificando fontes e processos de riscos ocupacionais de origem química, biológica, física, mecânica e ergonômica.
2. Apontar e caracterizar situações de risco à Segurança e a Saúde do trabalhador e ao meio ambiente, nos diversos setores produtivos;
3. Identificar, interpretar e aplicar os princípios de Gestão, utilizando instrumentos de planejamento;
4. Realizar e interpretar procedimentos de avaliação, estudos e relatório de impacto ambiental relacionado com a Higiene e Segurança no trabalho (EIA / RIMA), contribuindo para a implementação de sistemas de gestão ambiental em organizações, segundo as normas técnicas em vigor;
5. Elaborar e conduzir programas de treinamento, cursos, campanhas e palestras, discutindo a legislação referente à Segurança e Saúde no Trabalho;
6. Desenvolver programas de Saúde no trabalho, tais como: PPRA, PCMAT, LTCAT, entre outros;
7. Realizar serviços de vistorias, perícias e avaliação do ambiente laboral, emitindo pareceres e laudos técnicos referentes à Segurança e Saúde no Trabalho;
8. Orientar a adoção de procedimentos preventivos e de mitigação de riscos ocupacionais, através da aplicação de medidas de controle e utilização de EPC e EPI;
9. Realizar e orientar o atendimento de Primeiros Socorros a vítimas de acidentes de trabalho;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

10. Ter flexibilidade para acompanhar as mudanças da tecnologia e no foco de negócios das empresas.

3.4 Diferenciais competitivos do curso

Dentre os diferenciais apresentados pelo Curso de Tecnologia em Segurança no Trabalho, podemos destacar:

- Formação profissional tecnológica sólida, específica e célere que capacita o profissional a atuar nas diversas áreas de conhecimento relativas à saúde e segurança no trabalho;
- Visão multidisciplinar através da presença de docentes de diferentes áreas acadêmicas, com formação em programas de pós-graduação *strictu sensu*;
- Possibilita a integração do tripé ensino, pesquisa e extensão, durante o processo de qualificação do aluno;
- Pioneirismo na oferta do Curso de Tecnologia em Segurança no Trabalho por uma Instituição de Ensino Superior pública federal do Brasil.

3.5 Políticas Institucionais e sua correlação com o Curso

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem como missão “Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.” (PDI -2015-p. 17 de 2015-2019).

As políticas de ensino do IFPB, para o quinquênio 2015-2019, pautam-se pela busca da excelência do ensino, qualificação do corpo docente, melhoria das condições do processo de ensino e de aprendizagem e garantia do ensino público e gratuito, numa gestão democrática. Para a implementação destas políticas, algumas ações tem sido desenvolvidas no âmbito do CSTST como: a capacitação dos professores para doutoramento através de convênio; a construção de um novo bloco, com previsão de conclusão para 2016, para o desenvolvimento das disciplinas, atendendo as necessidades específicas; a renovação do Núcleo Docente Estruturante – NDE, órgão consultivo dos cursos superiores do IFPB, responsável pela concepção, acompanhamento e revisão do Projeto Pedagógico do CSTST, composto por professores e presidido pelo coordenador; a renovação do Colegiado de Curso, órgão de administração acadêmica dos cursos de graduação do IFPB, constituído por professores efetivos e representação discente indicado pelos alunos.

As políticas do IFPB, voltadas para pesquisa e extensão visam construir e difundir conhecimentos; apoiar tecnologicamente o setor produtivo; propiciar a iniciação científica aos discentes; fazer a realimentação curricular dos cursos; obter recursos para a instituição e incentivar a formação em pós-graduação dos servidores. No âmbito do CSTST, são realizados eventos e palestras que visam fornecer ao aluno subsídios para uma formação tecnológica mais próxima da realidade do mercado local; a contribuição do curso para o desenvolvimento do setor produtivo e de serviços se dá pelo fornecimento de mão-de-obra especializada; a iniciação científica se concretiza através dos projetos cadastrados na Coordenação de Pesquisa, do *Campus Patos*.

O diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes populares acontece com a implantação da política de extensão, sociabilizando e democratizando o conhecimento produzido. Como prática acadêmica, interliga as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, possibilitando a formação de um profissional cidadão. São desenvolvidas atividade que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

possuem o caráter extensivo como os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em espaços de interesse social como escolas públicas, hospitais, empresas, indústrias.

3.6 Organização curricular

Os novos conteúdos curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho do IFPB continuam distribuídos em seis módulos semestrais de disciplinas. A seguir serão apresentadas a nova matriz curricular e a matriz de migração (para os alunos que desejarem migrar da matriz antiga para a nova).

3.7 Estrutura Curricular

Semestre	Disciplinas Novas	Carga horária	Créditos	Ordem	Pré-requisito
1	Português Instrumental	80	4	1	
	Informática Aplicada	40	2	2	
	Matemática Aplicada	80	4	3	
	Desenho Técnico	80	4	4	
	Noções de Anatomia e Fisiologia Humana	80	4	5	
	Fundamentos de Segurança no Trabalho	40	2	6	
	Carga Horária Total / Créditos	400	20		
2	Física Aplicada	40	2	7	
	Higiene Ocupacional I	80	4	8	6
	Administração Aplicada	40	2	9	
	Leitura de Projetos	80	4	10	4
	Inglês Instrumental	40	2	11	
	Química Aplicada	40	2	12	
	Legislação Trabalhista	80	4	13	
	Carga Horária Total / Créditos	400	20		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

3	Higiene Ocupacional II	80	4	14	6
	Gestão Ambiental	40	2	15	
	Metodologia Científica	40	2	16	
	Estatística Aplicada	40	2	17	3
	Legislação Previdenciária	80	4	18	13
	Segurança no Trabalho na Indústria	80	4	19	
	Empreendedorismo	40	2	20	
	Carga Horária Total / Créditos	400	20		
4	Higiene Ocupacional III	80	4	21	6
	Saúde do Trabalhador	80	4	22	5
	Pesquisa Científica I	40	2	23	16
	Programas de Segurança e Saúde no Trabalho	40	2	24	8 e 14
	Ergonomia	80	4	25	5
	Toxicologia Aplicada	40	2	26	5 e 12
	Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional	40	2	27	
	Carga Horária Total / Créditos	400	20		
5	Pesquisa Científica II	40	2	28	23
	Primeiros Socorros	40	2	29	5
	Segurança no Trabalho em Sistemas Elétricos	40	2	30	
	Segurança no Trabalho na Agricultura e Pecuária	80	4	31	6
	Auditorias, Perícias e Laudos	80	4	32	18 e 24
	Segurança no Trabalho na Construção Civil	80	4	33	24
	Educação em Segurança no Trabalho	40	2	34	
	Carga Horária Total / Créditos	400	20		
	Instrumentação	40	2	35	8, 14 e 21



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
 (83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

6	Direitos Humanos	40	2	36	
	Segurança no Trabalho em Serviços de Saúde	80	4	37	21
	Métodos e Técnicas de Combate a Incêndio e Explosões	80	4	38	10
	Gerenciamento de riscos	80	4	39	9
	Segurança no Trabalho em Condições Especiais	80	4	40	6
	Carga Horária Total / Créditos	400	20		
Carga horária total das disciplinas		2.400			
Atividades Complementares		100			
Disciplina Optativa (Libras - 1º período)		40	2	41	
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC		80			
TOTAL DO CURSO		2.620			

3.8 Estrutura Curricular de Migração

Semestre	Disciplinas Antigas	Ordem Dispensa	Disciplinas Novas	Dispensa Migração
1	Português Instrumental	1	Português Instrumental	1
	Desenho Técnico	2	Informática Aplicada	4
	Matemática Aplicada	3	Matemática Aplicada	3
	Informática Aplicada	4	Desenho Técnico	2
	Fundamentos de Segurança no Trabalho	5	Noções de Anatomia e Fisiologia Humana	
	Inglês Instrumental	6	Fundamentos de Segurança no Trabalho	5
	Estatística Aplicada	7	Física Aplicada	
	Higiene do Trabalho	8	Higiene Ocupacional I	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

2	Administração e Gestão Estratégica	9	Administração Aplicada	9 e 15
	Leitura e Interpretação de Projetos	10	Leitura de Projetos	10
	Formação de Empreendedores	11	Inglês Instrumental	6
	Legislação Trabalhista e Previdenciária	12	Química Aplicada	14
			Legislação Trabalhista	
3	Biologia Aplicada	13	Higiene Ocupacional II	
	Química Aplicada	14	Gestão Ambiental	
	Gestão da Qualidade	15	Metodologia Científica	24
	Legislação e Normas Técnicas em ST	16	Estatística Aplicada	7
	Tecnologia Industrial	17	Legislação Previdenciária	
	Ergonomia	18	Segurança do Trabalho na Indústria	32
			Empreendedorismo	11
4	Medicina do Trabalho	19	Higiene Ocupacional III	
	Ética Profissional	20	Saúde do Trabalhador	19 e 26
	Programas de Saúde e ST	21	Pesquisa Científica I	
	Gestão da Saúde e Meio Ambiente	22	Programas de Segurança e Saúde do Trabalho	21
	Toxicologia Aplicada	23	Ergonomia	18
	Int. à Pesquisa Científica	24	Toxicologia Aplicada	23
			Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional	
	Psicologia do Trabalho	25	Pesquisa Científica II	
	Doenças Ocupacionais	26	Primeiros Socorros	31
	Educação em Segurança do Trabalho	27	Segurança do Trabalho em Sistemas Elétricos	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

5	Biossegurança	28	Segurança do Trabalho na Agricultura e Pecuária	34
	Aval. e Controle de Riscos Ambientais	29	Auditorias, Perícias e Laudos	36
	Met. Tec. Combate à Incênd. Expls.	30	Segurança do Trabalho na Construção Civil	33
			Educação em Segurança no Trabalho	27
6	Primeiro Socorros	31	Instrumentação	8
	Segurança no Trabalho Industrial	32	Direitos Humanos	
	Seg. no Trabalho da Construção Civil	33	Segurança do Trabalho em Serviços de Saúde	
	Segurança no Trabalho Agrícola	34	Métodos e Técnicas de Combate a Incêndio e Explosões	30
	Seg. no Ambiente Hospitalar	35	Gerenciamento de riscos	
	Auditoria, Laudos e Perícias	36	Segurança no Trabalho em Condições Especiais	

Os alunos que cursarão o 5º e 6º semestres da matriz curricular antiga não poderão realizar a migração para a matriz curricular nova.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
 (83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Período	1	Período	2	Período	3	Período	4	Período	5	Período	6
Português Instrumental	1 80	Física Aplicada	7 40	6 Higiene Ocupacional II	14 80	6 Higiene Ocupacional III	21 80	24 Pesquisa Científica II	28 40	9 Instrumentação	35 40
Informática Aplicada	2 40	6 Higiene Ocupacional I	8 80	Gestão Ambiental	15 40	5 Saúde do Trabalhador	22 80	5 Primeiros Socorros	29 40	Direitos Humanos	36 40
Matemática Aplicada	3 80	Administração Aplicada	9 40	Metodologia Científica	16 40	17 Pesquisa Científica I	23 40	Segurança no Trabalho em Sistemas Elétricos	30 40	22 Segurança no Trabalho em Serviços de Saúde	37 80
Desenho Técnico	4 80	4 Leitura de Projetos	10 80	3 Estatística Aplicada	17 40	9 Programas de Segurança e Saúde no Trabalho	24 40	6 Segurança no Trabalho na Agricultura e Pecuária	31 80	11 Métodos e Técnicas de Combate a Incêndio	38 80
Noções Anatomia e Fisiologia Humana	5 80	Ingês Instrumental	11 40	14 Legislação Previdenciária	18 80	5 Ergonomia	25 80	19 Auditorias, Perícias e Laudos	32 80	10 Gerenciamento de Riscos	39 80
Fundamentos de Segurança no Trabalho	6 40	Química Aplicada	12 40	Segurança no Trabalho na Indústria	19 80	5 Toxicologia Aplicada	26 40	25 Segurança no Trabalho na Construção Civil	33 80	6 Segurança no Trabalho em Condições Especiais	40 80
		Legislação Trabalhista	13 80	Empreendedorismo	20 40	Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional	27 40	Educação em Segurança no Trabalho	34 40		

CH Semestral (hr) 400 CH Semestral (hr) 400 CH Semestral (hr) 400 CH Semestral (hr) 400 CH Semestral (hr) 400 CH Semestral (hr) 400

Optativa	41
Libras Período I	40

TCC	42
	80

P	Disciplina	Nº
		CH

LEGENDA
 Nº - Número da Disciplina
 P - Pré-requisito
 CH - Carga horária no semestre

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA
Hora-relógio x Hora-Aula
 17 h/r = 20 h/a
 33 h/r = 40 h/a
 50 h/r = 60 h/a
 67 h/r = 80 h/a
 83 h/r = 100 h/a

Disciplinas Formação Geral	
----------------------------	--

Disciplinas Formação Profissional	
-----------------------------------	--

Disciplina Optativa	
---------------------	--

Disciplina TCC	
----------------	--

Carga Horária Teórica: 2.400h/r
 Carga Horária na Instituição: 2.400h/r
 Carga Horária Optativa: 40h/r
 Carga Horária Atividade Complementar: 100h/r
 Carga Horária TCC: 80h/r
 Carga Horária Total: (2400+40+100+80) = 2.620h/r

OBSERVAÇÕES:
 * Carga-Horária Mínima: 2.400h
 * Período Mínimo para Conclusão: 6 Períodos
 * Período Máximo para Conclusão: 9 Períodos
 * TCC obrigatório: 80h
 * O aluno(a) deve fazer 100h como atividades complementares



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

3.9 Planos de Ensino

1º Período

PLANO DE DISCIPLINA
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Português Instrumental
CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
Período: 1º
CARGA HORÁRIA: 80h
DOCENTE RESPONSÁVEL: Paloma Pereira Borba Pedrosa
EMENTA
A disciplina abordará temas pertinentes ao desenvolvimento do tecnólogo em Segurança no Trabalho, a fim de possibilitar a eficácia na expressão oral e escrita, a partir de tópicos como: conceitos de língua, linguagem e gramática; língua, variação e uso; oralidade e escrita; gêneros textuais, agência e interação social; leitura e produção de gêneros do domínio acadêmico e administrativo; noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.
OBJETIVOS
Geral Compreender as estratégias envolvidas no processamento da leitura e produção de textos, tendo em vista o caráter dialógico da língua, caracterizada pelas interações sociocomunicativas que se estabelecem entre os seus diversos usuários. Adquirir conceitos e informações a fim de desenvolver habilidades de reconhecimento e distinção dos aspectos cognitivos, linguístico-semânticos e textuais, tanto do ponto de vista da produção quanto da recepção dos gêneros estudados.
Específicos Ler e produzir diferentes tipos e gêneros textuais orais e escritos, considerando as condições discursivas de produção; Monitorar, conscientemente, os processos envolvidos na leitura e produção de textos, sendo capaz de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

selecionar, organizar e planejar as informações em função dos seus objetivos, utilizando-se, para tanto, de estratégias que favoreçam a interação interlocutiva;

Utilizar, com propriedade, as estratégias de leitura, apropriando-se de pistas que possibilitem apontar os pontos relevantes do texto lido, bem como fazer uso de elementos de coesão em suas produções de forma a marcar suas intenções;

Identificar, compreender e utilizar as convenções da língua de acordo com os gêneros, reconhecendo-as como recursos da língua que favorecem a relação dialógica entre leitor/autor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1

- Conceitos de língua, linguagem e gramática;
- Língua: variação e uso;
- Oralidade e escrita / níveis de discurso;
- Gêneros textuais e ação social.

Unidade 2

- Considerações sobre a noção de texto;
- Princípios da textualidade na leitura e produção textual (coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade);
- A dimensão interativa/pragmática da leitura e da escrita;
- Gêneros do domínio acadêmico: resumo, resenha e seminário.

Unidade 3

- Gêneros administrativos/oficiais: memorando, ofício, ata, relatório, declaração, requerimento, *e-mail*, entre outros;
- Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto técnico.

METODOLOGIA DE ENSINO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

As atividades acadêmicas serão desenvolvidas, no geral, através de aulas expositivas dialogadas; debates a partir da leitura dos textos de estudo; estudos dirigidos e atividades/exercícios individuais e em grupo; produções e análises de textos; exibição de vídeos e seminários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem ocorrerá de forma contínua e processual durante as unidades, enfatizando as atividades realizadas em sala de aula, bem como a participação nos debates e discussões sobre os temas abordados. Realização de trabalhos individuais e em grupo, avaliações escritas, estudos dirigidos e apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Utilização de quadro branco e pincel

Textos de estudo (bibliografia básica)

Recursos audiovisuais

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

FARACO, Carlos Alberto. TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOLD, Miriam. *Redação Empresarial*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KOCH, Ingedore. ELIAS, Vanda. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, Anna Rachel. LOUSADA, Eliane. ABREU-TARDELLI, Lília Santos. *Planejar gêneros acadêmicos – Leitura e produção de textos acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée. HENDGENS, Graciela Rabuske. *Produção Textual na universidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

Referência/Bibliografia Complementar

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática Reflexiva: Texto, Interação e Semântica* - Volume único. São Paulo: Atual, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore. ELIAS, Vanda. *Ler e escrever – Estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

MARTINS, Dileta Silveira. *Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT*. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Anna Rachel. LOUSADA, Eliane. ABREU-TARDELLI, Lília Santos. *Resenha*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Informática aplicada à Segurança do Trabalho

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Ligiane Gomes Marinho Salvino

EMENTA

A informática colabora, direta ou indiretamente, em diversas áreas profissionais. Estes podem se tornar mais organizados, proativos e eficazes utilizando-se de softwares aplicativos em suas rotinas diárias como profissionais, sendo capazes de buscar informações ou realizar cálculos de maneira mais precisa.

OBJETIVOS

Geral

Capacitar o aluno para reconhecer o momento de integrar a informática ao seu meio profissional, a fim de lhe oferecer facilidades e controles que possam aumentar a sua produtividade no mercado de trabalho.

Específicos

Identificar os principais dispositivos de um computador;

Conhecer, em teoria e prática, o principal e mais difundido sistema operacional;

Identificar os riscos e as maneiras corretas de se portar na internet;

Conhecer os principais serviços gratuitos disponíveis na internet;

Produzir textos em editores de texto;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Desenvolver apresentações gráficas em aplicativos apropriados;
Criar e aplicar fórmulas em planilhas eletrônicas;
Explorar todas as possibilidades de impressões em cada aplicativo estudado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

História dos computadores
Hardware e Software
Dispositivos de Entrada e Saída
Noções básicas de Sistemas Operacionais
Windows
Internet e redes sociais
Processador de texto
Planilha eletrônica
Aplicativo de apresentação gráfica

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas com recursos audiovisuais
Aulas em laboratório
Leitura de livros e textos complementares
Exercícios práticos e teóricos

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Quatro avaliações: duas teóricas e duas práticas;
Uma avaliação de reposição, conforme dita o regulamento do Instituto;
Uma avaliação final ao término do período, conforme o regulamento didático.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Laboratório de Informática com acesso à internet e sistema operacional Windows;
Quadro, pincel, projetor multimídia e impressora;
Técnico em informática para preparar o ambiente prático.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA

Básica

MANZANO, A. L; MANZANO, M. I. Estudo Dirigido de Informática Básica.. São Paulo: Érica, 2007.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Guia do Iniciante LibreOffice 3.X.X, disponível em <https://pt-br.libreoffice.org/ajuda/documentacao/>.

MANZANO, A. L. Estudo Dirigido Excel 2007. 2ª edição. São Paulo: Érica, 2008.

Complementar

MANZANO, A. L; MANZANO, M. I. Estudo Dirigido Word 2007. 1ª edição. São Paulo: Érica, 2007.

PAIXÃO, R. R. Manutenção de Computadores – Guia Prático. 1ª Edição. São Paulo: Érica, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Matemática Aplicada

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

ANO: 1º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Maíra Rodrigues Villamagna

EMENTA

Razão e proporção, regra de três e porcentagem; transformações de unidades de comprimento, área e de volume; progressão aritmética; interpolação numérica.

OBJETIVOS

Analisar e resolver situações problemas de matemática básica e fundamental para o ensino técnico;

Desenvolver o raciocínio lógico e fundamental em matemática básica para o exercício do ensino técnico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Razão e proporção;

Regra de três simples e composta;

Porcentagem;

Transformações de unidades;

Comprimento, área e volume;

Progressão Aritmética;

Interpolação Numérica.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição oral dos conteúdos; exposição escrita; uso de informática. Serão ministradas aulas teóricas expositivas e ao final de cada tema será marcada uma lista de exercícios para fixação do conteúdo ministrado naquela aula.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aluno será avaliado por meio de provas sem consulta, listas de exercícios e trabalhos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco, computador, programa computacional para cálculos estatísticos, projetor multimídia.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

GIOVANI, José Ruy. Aprendizagem e educação matemática. São Paulo: FTD, 1990.

IEZZI, Gelson; et al. Matemática 2o grau. São Paulo: Atual, 1993.

PAIVA, MANOEL. (2009) *Matemática - Paiva*. 1a ed. 3 vols. São Paulo: Moderna.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA, Manoel J. Matemática – Volume Único. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

DANTE, Luiz Roberto São Paulo Ática 2004 V.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Desenho Técnico

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 1º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Mario Limeira de Lyra

EMENTA

Instrumentos de Desenho Técnico. Leitura e representação das Projeções Ortográficas, hierarquia de linhas, tipos de tracejados e linhas de construção. Introdução à NBR6492/1994 – Representação de Projetos de Arquitetura. Formatação do papel série “A”, trabalho em escalas de representação. Projeções cilíndricas ortogonais e Perspectiva Isométrica. Noções de Desenho Arquitetônico e Mapas de Risco.

OBJETIVOS

Geral:

O aluno deverá ser capaz de interpretar e representar objetos e edificações de uso cotidiano utilizando instrumentos de desenho técnico, elaborando desenhos, aplicando técnicas, normas e convenções brasileiras e internacionais. Utilizar o desenho técnico como linguagem técnica de comunicação, conforme a normalização apontada pela ABNT.

Específicos:

Conhecer as normas técnicas referentes ao Desenho Técnico;

Dominar instrumentos de Desenho Técnico;

Expressar graficamente os elementos fundamentais do Desenho;

Desenvolver desenhos de projeções ortográficas;

Desenvolver desenhos de perspectivas isométricas;

Conhecer e aplicar conceitos de desenhos em escala e cotados;

Desenvolver desenho arquitetônico em Planta Baixa, de acordo com normas técnicas vigentes;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao desenho técnico como forma de representação de ideias;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

O instrumental de desenho técnico;

Tipos e Espessuras de Linhas;

Caligrafia Técnica;

Linhas de Construção;

Projeções Ortográficas;

Perspectivas Isométricas;

ABNT NBR 6492/1994 – Representação de Projetos de Arquitetura;

Desenho Arquitetônico - Planta Baixa;

Desenho Arquitetônico - Simbologia;

Desenho Arquitetônico - Representação de elementos construtivos;

Desenho Arquitetônico – Mapa de Risco.

METODOLOGIA DE ENSINO

Atividades práticas de desenho técnico em todas as aulas;

Aulas expositivas, apoiadas em recursos audiovisuais e computacionais;

Exercícios de fixação continuados para aperfeiçoamento fora da sala de aulas.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Avaliação individual contínua, pautada na participação e desenvolvimento dos conteúdos acumulados no decorrer da disciplina; Participação nas atividades desenvolvidas: exercícios práticos de Desenho Técnico e trabalhos realizados com a interação entre os alunos durante os desenhos. As notas serão atribuídas a partir de provas práticas de desenho técnico em sala de aula.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O acompanhamento para a recuperação da aprendizagem será efetuado para cada aluno, individualmente, de acordo com suas necessidades para atingir os objetivos da disciplina.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco e pincel atômico.

Material técnico impresso para alunos.

Sala com pranchetas e régua paralelas.

Microcomputador e Data show.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA

Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **NBR 6492 – Representação de Projetos de Arquitetura**. Rio de Janeiro, 1994.

SPECK, Henderson J.; PEIXOTO, Virgílio V. **Manual Básico de Desenho Técnico**. Ed. UFSC, 6ª ed. rev., Florianópolis, 2010.

BUENO, Claudia P.; PAPA ZOGLOU, Rosarita S. **Desenho Técnico para Engenharias**. Juruá, 1ª ed. (2008), 5ª reimpr./ Curitiba, 2013.

Complementar

_____. **NBR 8196 – Desenho Técnico - Emprego de Escalas**. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **NBR 10126 – Cotagem em Desenho Técnico**. Rio de Janeiro, 1987.

FRENCH, Thomas E; VIERK, Charles J. **Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica**. Tradução Eny R. Esteves, Maria C. Juchen, Maria T. C. Custódio, Marli M. Moreira. Globo, 8ª ed., São Paulo, 2005.

MONTENEGRO, Gildo A.; **Desenho Arquitetônico**; Bücher; 4ª ed., São Paulo, 2001.

SCHMITT, Alexander; SPENGLER, Gerd. **Desenho Técnico Fundamental**. Tradução Heinz Budweg. Adaptado Eurico O. Silva, Evandro Albiero. EPU, São Paulo, 1977

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Noções de Anatomia e Fisiologia Humana

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 1º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Lavoisier Medeiros

EMENTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Planos e eixos de movimento. Fundamentos da anatomia e fisiologia humana dos sistemas: locomotor, respiratório, cardiovascular, nervoso, tegumentar, digestório e excretor.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Propiciar o conhecimento básico da estrutura e funcionamento dos diferentes sistemas orgânicos, bem como seu controle e interrelações com o meio interno e ambiente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar a anatomia humana e os sistemas orgânicos que tem sua interligação com sistema nervoso central, alterando o comportamento humano.
- Proporcionar o entendimento das funções orgânicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução

- 1.1 Princípios e nomenclatura aplicados à anatomia e fisiologia
- 1.2 Posições, planos, descrições, segmentos e divisão do corpo humano.
- 1.3 Evolução do estudo das ciências humanas ao longo dos tempos

2. Osteologia

- 2.1 Estruturas dos ossos
- 2.2 Tipos de ossos e suas partes
- 2.3 Desenvolvimento ósseo
- 2.4 Ossos dos diferentes segmentos corporais. Cabeça, membro, coluna vertebral, tórax, caixa torácica

3. Anatomia dos Músculos Esqueléticos

- 3.1 Tipos de músculos
- 3.2 Partes de um músculo esquelético
- 3.3 Principais músculos dos diferentes segmentos. Cabeça, membros superiores e inferiores, do abdômen, tórax, quadril e cintura escapular

4. Contração do Músculo Esquelético

- 4.1 A fibra muscular
- 4.2 Mecanismo de contração muscular



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- 4.3 Unidade motora
- 4.4 Tônus muscular
- 5. Transmissão Neuromuscular
- 5.1 Estrutura da junção. Placa motora
- 5.2 Acetilcolina
- 5.3 Desencadeamento da contração muscular
- 6. Anatomia do Sistema Circulatório
- 6.1 Sistema venoso e arterial
- 6.2 Coração, câmaras, válvulas e músculo cardíaco
- 6.3 Fisiologia do Músculo Cardíaco
- 7. Rins e Líquidos
- 7.1 Anatomia do sistema urinário
- 7.2 Fisiologia do Sistema renal
- 8. Sistema Respiratório
- 8.1 Anatomia do sistema respiratório
- 8.2 Ventilação pulmonar
- 8.3 Trocas gasosas
- 8.4 Transporte de oxigênio e CO₂
- 9. Sistema Gastrointestinal
- 9.1 Anatomia dos diferentes segmentos do tubo gastrointestinal e glândulas anexas
- 9.2 Funções secretoras
- 9.3 Digestão e absorção
- 9.4 Função das glândulas anexas: fígado, pâncreas e glândulas salivares
- 10. Sistema tegumentar
- 10.1 Anatomia do sistema tegumentar
- 11. Sistema nervoso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

11.1 Anatomia do sistema nervoso central e periférico

11.2 Fisiologia do sistema nervoso central e periférico

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas com data show ;

Aulas práticas em laboratórios;

Vídeos;

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem fará uso de uma ou mais estratégias listadas abaixo:

o Participação do aluno nas atividades dentro de sala de aula.

o Seminários.

o Provas escritas e práticas.

Itens adicionais: pontualidade, participação, interesse e assiduidade.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Laboratório de biologia; laboratório de informática; Retroprojektor – slides

BIBLIOGRAFIA

Básica

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 184p.

MARIEB, Elaine N.; HOEHN, Katja. Anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2009. 1046p

HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 1151p.

Complementar

KAWAMOTO, Emilia Emi. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: Atual, 2009. 183p.

PLANO DE DISCIPLINA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos de Segurança do Trabalho		
CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho		
Período: 1º		
CARGA HORÁRIA: 40h		
DOCENTE RESPONSÁVEL: Lavoisier Morais de Medeiros		
EMENTA		
Histórico da Segurança do Trabalho. Tipos de riscos Ocupacionais: Riscos Físicos, químicos, biológicos, ergonômico e de acidentes. Mapa de Risco. Estudos das Normas Regulamentadoras (NR): 1,2,3,4,5,6,7,9,15,16,e,17. Papel do Tecnólogo em Segurança do Trabalho na Empresa.		
OBJETIVOS		
Geral Apresentar os princípios básicos da área de Segurança e Saúde no Trabalho;		
Específicos Apresentar conceitos básicos para o desenvolvimento do estudo da Segurança e Saúde no Trabalho; Estudar, de forma sintética, conteúdos acerca da Segurança do Trabalho, Higiene Ocupacional.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
UNIDADE I	Histórico da Segurança do Trabalho; Estudos dos Riscos Ocupacionais: Físicos, químicos, biológicos, ergonômico e de acidentes. Mapa de risco. Normas Regulamentadoras (NR's) 1,2, 3 e 4.	13h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

UNIDADE II	Normas regulamentadoras: NR 5- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); NR-6 Equipamento de Proteção Individual (EPI); NR-7 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); NR-9 Programa de prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	13h
UNIDADE III	NR- 15- Atividades e Operações Insalubres; NR- 16- Atividades e operações perigosas, estudos de casos.	14h
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Para a disciplina são utilizadas diversas técnicas de ensino-aprendizagem que se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Portanto, será utilizado:</p> <p>Exposições dialogadas;</p> <p>Estudos Dirigidos;</p> <p>Seminários;</p> <p>Aplicação de trabalhos em grupo.</p>		
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM		
<p>Frequência e assiduidade;</p> <p>Estudos dirigidos;</p> <p>Avaliação escritas (Provas)</p> <p>Seminários</p>		
RECURSOS NECESSÁRIOS		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Para operacionalização das atividades, serão necessários os seguintes recursos:

Projetor de multimídia;

Lousa, pincel marcador, apagador;

Textos xerocopiados e digitados, etc.

BIBLIOGRAFIA

Referências Básicas

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Legislação de segurança e saúde no trabalho**: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 9. Ed. Rio de Janeiro: GVC, 2012. v.1

EDITORA SARAIVA. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

GARCIA, G. F. B. **Segurança e Medicina do Trabalho- Legislação**. São Paulo: Editora Método, 2011.

Referências Complementares

AYRES, Dennis de Oliveira; CORREA, Jose Aldo Peixoto. **Manual de prevenção de acidentes do trabalho**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAOLESCHI, Bruno. **CIPA- Guia Prático de Segurança do Trabalho**. São Paulo: Editora Érica, 2009.

2º Período

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Física Aplicada

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 2º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: JÔNATAS COSTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

EMENTA

Conhecer os fundamentos e medidas da Física; Reconhecer os fenômenos da termometria e dilatação térmica; Conhecer os conceitos gerais dos fenômenos ondulatórios; Conhecer os fundamentos da óptica em termos da natureza luz, reflexão, refração e difração da luz e as propriedades corpusculares das ondas; Identificar a corrente elétrica em termos dos elementos de um circuito elétrico e de circuitos elétricos especiais; Conhecer os fundamentos do eletromagnetismo: o campo magnético, a força magnética e as fontes de campo magnético; Conhecer o fenômeno da radioatividade, suas causas, aplicações, problemas e controle.

OBJETIVOS

Geral: Contribuir com a formação científica efetiva visando a interpretação de fatos, fenômenos e processos naturais;

Específicos: Compreender o funcionamento e manipulação do conjunto de equipamentos e precedimentos, técnicos ou tecnológicos, do cotidiano doméstico, social e profissional.

Identificar questões e problemas a serem resolvidos, estimulando a observação, classificação e organização dos fatos e fenômenos segundo aspectos físicos e funcionais relevantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Termologia e Calorimetria
 - Termometria;
 - Dilatação;
 - Energia térmica e calor;
 - Propagação de Calor;
- Ondulatória
 - Fenômenos Ondulatórios
 - Noções de Acústica;
- Ótica
 - Natureza da Luz;
 - Ondas Eletromagnéticas;
 - O Espectro Eletromagnético;
 - As Ondas de Radiofrequência;
 - As microondas;
 - Luz Visível, infravermelho e ultravioleta;
 - Raios X e Raios γ
 - A Dualidade onda-partícula
 - Ótica da Visão;
- Eletrodinâmica
 - Corrente elétrica;
 - Efeitos da corrente elétrica;
 - Resistores;
 - Efeito Joule
 - Capacitores;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- Eletromagnetismo
 - Campo Magnético;
 - Indução Magnética;
- Noções de Radioatividade
 - Reações de Decaimento;
 - Velocidade Média e Meia Vida

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas de caráter teórico, com discussões de textos e resoluções de problemas;

Aulas práticas e/ou de exercícios;

Trabalhos individuais e/ou em grupo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Avaliações contínua através de exercícios teóricos e/ou práticos, individuais e/ou em grupos;

Análise contínua sobre frequência, pontualidade, participação e cumprimento de atividades;

Avaliações periódicas;

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco e pincel, projetor multimídia, microcomputadores e softwares específicos, livros, apostilas, kits para execução de experimentos em sala de aula ou laboratório.

BIBLIOGRAFIA

Referência Bibliográfica Básica:

- SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Universo da Física. Brasil: Saraiva, 2001. 2 v.
- CALÇADA, Caio Sérgio; SAMPAIO, José Luiz. Física Clássica. Brasil: Saraiva, 1998. 5 v.
- ANNA, Blaidi Sant' et al. Conexões com a física. Brasil: Moderna, 2014. 3 v.

Referência Bibliográfica Complementar:

- BISTAFA, S. R. Acústica Aplicada ao Controle do Ruído. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Higiene Ocupacional I

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho

Período: 2º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Anrafel Barbosa

EMENTA

Classificação dos riscos ambientais. Característica do agente físico. Riscos físicos: Ruído, Temperaturas extremas, Pressões anormais. Radiações ionizantes. Radiações não ionizantes. Umidade. Vibrações. Reconhecimento, avaliação e controle. Legislação em higiene ocupacional. Norma Regulamentadora N° 15 (NR 15, anexos referentes ao risco físico). Normas de Higiene Ocupacional – NHO, ACGIH, NIOSH, OSHA.

OBJETIVOS

Geral

Proporcionar uma visão ampla sobre a Higiene do Trabalho, enfocando, principalmente, conteúdos relacionados aos riscos físicos.

Levar o aluno a ter um comportamento reflexivo sobre os riscos físicos presentes nos ambientes laborais e que interferem em forma de prejuízo na saúde do trabalhador.

Específicos

Relacionar a segurança do trabalho atual com os fatos que deram origem à sistematização da matéria;

Identificar os riscos físicos;

Aplicar as Normas Regulamentadoras e legislação pertinente;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Higiene Ocupacional: definição e histórico;

Agentes físicos:

Ruído:

Fundamentos básicos do som;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

Parâmetros e procedimentos nas avaliações de ruído;

Anexos 1 e 2 da NR 15;

Medidas de controle.

Calor;

Conceitos básicos;

Instrumentos de medição;

Índices de avaliação e avaliação de calor;

Anexo 3 da NR 15;

Medidas de controle

Vibração:

Definições e parâmetros;

Vibração de corpo inteiro;

Vibração localizada;

Instrumentos e procedimentos de avaliação;

Anexo 8 da NR 15;

Medidas de controle.

Frio:

2.4.1. Anexo 9 da NR 15.

Umidade:

2.5.1. Anexo 10 da NR 15.

Pressões anormais:

Efeitos no organismo;

Anexo 6 da NR 15.

Radiação ionizante e não-ionizante:

Classificação

Efeitos no organismo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Ocorrências;

Anexos 5 e 7 da NR 15;

Avaliação e medidas de controle.

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Construção grupal;

Trabalhos individuais;

Aula prática com equipamentos de medição;

Seminários;

Exercícios de fundamentação teórica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;

relatório de aula prática;

apresentação de seminários.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Projeter multimídia;

Lousa, lápis para quadro e apagador;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Slides com apresentação do conteúdo;

Vídeos;

Textos de periódicos;

Equipamentos de medição;

Livros.

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Paulo: LTR. 2011.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. São Paulo: LTR. 2011.

SALIBA, Tuffi Messias. PAGANO, Sofia C. R. S. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. São Paulo: LTR. 2010.

Referência/Bibliografia Complementar

COSTA, Alexandre da. **Legislação Trabalhista e Previdência Aplicada a Saúde e segurança do Trabalhador**. vol.9.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NRs – Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 09 out. 12.

MANUAIS de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

PAOLESCHI, Bruno. **CIPA- Guia Prático de Segurança do Trabalho**. Editora Érica. 2009.

QUEIROZ, Suelen. **Tratado de Toxicologia Ocupacional**. Biblioteca 24 Horas.

TAVARES. Wellington. **Manual de Segurança do Trabalho**. Editora DCL.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Administração Aplicada

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PERÍODO: 2º
CARGA HORÁRIA: 40h
DOCENTE RESPONSÁVEL: Evadio Pereira Filho
EMENTA
Histórico sobre a evolução da administração; as teorias da administração; o papel do administrador; funções administrativas; O ambiente organizacional. Estrutura organizacional. A função do planejamento nas empresas. Diferenças entre os níveis de planejamento. Modelos de negócios. Questões contemporâneas da gestão organizacional. Estudos de caso em empresas reais.
OBJETIVOS
Objetivo Geral: Ser capaz de conhecer a importância de uma atuação (administração) eficiente e eficaz dentro do seu contexto profissional (organização), levando-o a oferecer serviços e/ou produtos de qualidade para a sociedade em geral. Objetivos específicos: Entender o contexto da administração e suas tendências; Compreender a importância e os conceitos relacionados as organizações; Refletir sobre o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao administrador.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Conceitos Introdutórios (8H/A) Organização e Administração; Níveis Organizacionais; As funções da administração; Habilidades e papéis do administrador; A importância do planejamento;
2. Organizações (4 H/A) Organizações como sistemas; O Ambiente organizacional; A importância das pessoas na organização; As áreas funcionais da administração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

3. Correntes Administrativas (clássica e científica) – (8H/A)

4. Gestão Contemporânea – (8 H/A)

Gestão Contemporânea – A comunicação organizacional

Gestão Contemporânea – A cultura organizacional

Gestão Contemporânea – Ética profissional

5. Gestão administrativa – (12 H/A)

Cultura organizacional

Recursos Humanos

Gestão e qualidade

Administração de serviços

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino consistirá em: apresentação do roteiro da aula; aulas expositivas e dialogadas dos fundamentos teóricos que circundam a teoria da administração, além da apresentação de casos práticos. Ademais, haverá análise de estudos de casos, filmes e textos acadêmicos para discussão em sala.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será contínua a partir da observação dos seguintes quesitos: presença, participação e interesse dos alunos no decorrer da aula. Ademais, para sistematizar os conhecimentos apreendidos, serão executados trabalhos e seminários em grupos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Computador, data show, quadro branco, pincel e filmes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Básica

CHIAVENATO, I. **Princípios da Administração**: o essencial em teoria geral da administração. 2ª Edição. São Paulo: Campus, 2012.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SPILLER, E. S. **Gestão dos Serviços em Saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Complementar

JURAN, J. M. **Qualidade desde o projeto**: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Leitura de Projetos

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 2º

Carga Horária: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Luana Alves de Oliveira

EMENTA

Leitura e interpretação de desenhos técnicos: Padronização e normas técnicas.

Leitura de Projetos: visualização, interpretação e identificação de simbologias no projeto arquitetônico (planta baixa, cortes e fachadas, locação e cobertura, situação, legenda) e nos projetos complementares (Projeto elétrico - simbologia, planta baixa; Projeto hidrossanitário - simbologia, planta baixa, diagrama em perspectiva; Projeto de combate a incêndio – simbologia e normatização e Projeto de layout - simbologia). Noções de acessibilidade - NBR 9050. Noções de Mapa de Risco.

OBJETIVOS

Geral

Capacitar o aluno a ler e interpretar as informações gráficas contidas nos projetos de edificações.

Específicos

Capacitar o aluno a interpretar e utilizar as escalas numéricas

Embasar o aluno com informações para a leitura e interpretação de projetos arquitetônicos e complementares.

Desenvolver no aluno a habilidade de realizar esboços de layout de ambientes e projetos elétricos e hidrossanitários.

Conscientizar os alunos sobre a utilização das leis, normas, regulamentações e códigos aplicados ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

projeto de edificações.

Capacitar o aluno a desenvolver um Mapa de Risco simples, baseado em normas técnicas de representação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1

Desenho: síntese histórica

Noções de projetividade

Planta baixa

Planta de layout

Planta de reforma

Cotagem

Cortes

Escala

UNIDADE II

Representação de um projeto arquitetônico.

Planta baixa. Corte. Planta de situação. Planta de cobertura.

Noções de acessibilidade - NBR 9050

UNIDADE III

Projetos complementares.

Projeto elétrico: simbologia e representação gráfica.

Projeto hidrossanitário: simbologia e representação gráfica.

Projeto de combate a incêndio.

Noções de Mapa de Risco.

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Construção grupal;

Trabalhos individuais;

Aula prática com equipamentos de medição;

Seminários;

Exercícios de fundamentação teórica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;

relatório de aula prática;

apresentação de seminários.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para operacionalização das atividades, serão necessários os seguintes recursos:

Projektor de multimídia;

Lousa, pincel marcador, esponja;

Acesso à internet.

Equipamentos midiáticos como: computador com programas de CAD, *Datashow*, aparelhos de dvd e som.

Equipamentos para experimentos e aulas práticas: cadeira de rodas, muletas, fones de ouvido, vendas, etc.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

LEGEN, Johan Van. *Manual do Arquiteto Descalço*. São Paulo: Empório dos Livros, 2009.

MONTENEGRO, Gildo. *Desenho Arquitetônico*. São Paulo: Editora Edgar Blücher Ltda. 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

NEUFERT, P. Arte de Projetar em Arquitetura. 17ª ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO JR., Aarão Pereira de, e NASCIMENTO JR., José Batista do. *Desenho técnico – leitura e interpretação*. Apostila Curricular. João Pessoa: IFPB, 2010.

BORTOLOTI, Frederico Damasceno. “Leitura e interpretação de desenho técnico.” *Noções de desenho técnico. Apostila de disciplina curricular de desenho técnico da UFES*. Vitória: UFES, acessado em 14.06.2010 as 13:33 h endereço eletrônico: www.ltc.ufes.br/fgr.

CREDER, Helio. *Instalações hidráulicas e sanitárias*. Rio de Janeiro: LTC. 2006.

Código de Obras e urbanismo do Município (Patos-PB)

ENGELS, Carlos J. “Apostila de Desenho Técnico.” *CURSO DE LEITURA DE PROJETOS*. São Paulo, 2009.

NBR 5626

NBR 14100

NBR 9050-2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

NBR 6992/2003 – Representação de Projetos de Arquitetura

NBR 13532 – Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura.

OBERG, L. *Desenho Arquitetônico*. São Paulo: Editora Ao Livro Técnico. 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Inglês Instrumental

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 2º

CARGA HORÁRIA:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

DOCENTE RESPONSÁVEL: Thiago José Ferreira de Sousa

EMENTA

Introdução de estruturas básicas da língua inglesa e estratégias necessárias à leitura e compreensão de textos escritos.

OBJETIVOS

Geral

Interpretar textos técnicos a partir do desenvolvimento de estratégias de leitura e do estudo de estruturas sintáticas contextualizadas e de vocabulário geral e específico.

Específicos

Utilizar efetivamente estratégias de leitura como *Scanning* e *Skimming*.

Reconhecer estruturas gramaticais nos textos em Língua Inglesa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1-Reconhecimento do tipo de texto e da linguagem usada

1.1-Uso da linguagem não-verbal

1.2-Palavras cognatas

1.3-Inferência

1.4-Palavras repetidas e palavras-chave

1.5-Inferência contextual

1.6-Seletividade

1.7-Skimming e Scanning

1.8-Identificação das idéias principais e subjacentes

1.9-Identificação do que expressam os números do texto

1.10-Uso do dicionário bilíngue

1.11 Reconhecimento de gêneros textuais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

1.12 Objetivos e níveis de leitura

1.13 Conhecimento prévio

2. Gramática contextualizada

2.1. Presente

2.2. Passado

2.3. Futuro

2.4. Grupos Nominais

2.5. Referência Pronominal

2.6. Apostos

2.7. Afixos

2.8. Grau de adjetivo e advérbio

METODOLOGIA DE ENSINO

Aferição do conhecimento prévio do aluno

Aula expositiva

Leitura, análise e interpretação de textos

Produção de textos

Debate sobre as temáticas abordadas

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Critérios de Avaliação: As avaliações seguirão critérios quantitativos e qualitativos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Livros

Documentos escritos

TV

DVD

Computador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Internet

Aparelho de som

Dicionários

Livros didáticos

Enciclopédias

Revistas e jornais

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

SOUZA; A.G.F...[et AL.]. **Leitura em lingua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: Disal, 2005.

ABRIL COLEÇÕES, **Linguagens e Códigos – Inglês/ Abril Coleções** – São Paulo: Abril, 2010.

TORRES, Nelson. **Gramática “O Inglês Descomplicado”**. 10 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

Referência/Bibliografia Complementar

MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Química Aplicada

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

ANO: 2º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: AMARILIO DO NASCIMENTO MORAIS FILHO

EMENTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Estrutura atômica, partículas fundamentais, distribuição periódica e suas propriedades, ligações químicas e físico-química dos compostos, Substâncias Inorgânicas e Orgânicas, estudo do núcleo atômico, aplicações da energia nuclear, termoquímica, poluição: causas e efeitos, estudo dos poluentes.
OBJETIVOS
Reconhecer o papel da química no ambiente do trabalho; Reconhecer aspectos químicos na interação individual e coletiva do ser humano com o ambiente do trabalho; Compreender e utilizar conceitos químicos dentro de uma visão macroscópica; Reconhecer e propor soluções de um problema relacionado à química, selecionando procedimentos experimentais pertinentes.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Matéria Estrutura atômica Estudo do núcleo atômico Classificação periódica Ligações químicas Substâncias Inorgânicas Substâncias orgânicas Poluição: causa e efeito Termoquímica
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas; Pesquisa em artigos, livros e textos de apoio; Quadro branco e pincel; Projetor multimídia.
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM
Serão realizadas avaliações de acordo com o calendário estabelecido pelo IFPB, aplicando avaliações escritas, realizações de seminários e produção de relatórios.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RECURSOS NECESSÁRIOS

Sala de Aula;

Data show

Laboratório

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIA / BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Kotz, John C. **Química Geral e Reações Químicas**, Vol 1, Cengage Learning, 2010;

Lee, J. D. **Química Inorgânica não tão concisa**. 5ª ed. Edgar Blucher, 1999

REFERÊNCIA / BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ewing, Galen Wood. **Métodos Instrumentais de Análise Química**, Vol 1. Edgar Blucher, 1972

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Legislação Trabalhista

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 2º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Álvaro Henriques David Neto

EMENTA

Introdução ao Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios Constitucionais e Trabalhistas. Direitos Trabalhistas Fundamentais. Relação de Emprego. Obreiro. Empregador. Contrato de Trabalho. Normas Regulamentadoras: aspectos jurídicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

OBJETIVOS

GERAL

Compreender os institutos fundamentais do Direito do Trabalho.

ESPECÍFICOS

Analisar o histórico e a formação do Direito Trabalhista;

Estudar os Princípios atinentes à disciplina, observando seu influxo nos demais institutos e regras do Direito do Trabalho;

Entender o caráter fundamental dos direitos trabalhistas insertos na Constituição Federal vigente;

Identificar empregados e empregadores, a relação trabalhista respectiva e suas consequências contratuais e jurídicas;

Observar, atentamente, os princípios e regras do Direito do Trabalho aplicáveis à Segurança e Saúde do Trabalhador;

Fomentar a hermenêutica crítica do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao Direito do Trabalho

Definição

Histórico

Fundamento

Taxonomia

Fontes do Direito do Trabalho

Conceito de fonte

Fontes materiais e fontes formais

Hierarquia das fontes

Princípios

Definição

Princípios x Fontes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Princípios, regras e valores constitucionais

Princípios de Direito do Trabalho

Direitos Trabalhistas Fundamentais

Salário

Jornada de trabalho

Intervalo intrajornada

Repouso semanal remunerado

Férias

Estabilidade

Aviso prévio

FGTS

Relação de Emprego

Natureza jurídica

Teorias acerca da relação de emprego

Requisitos da relação de emprego

Obreiro

Empregados

Trabalhadores e empregados especiais

Empregados domésticos

Trabalhador rural

Terceirizado

Empregador

Definição

Espécies

Grupo econômico

Contrato de trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Definição

Formação

Elementos essenciais

Espécies

Suspensão e interrupção

Extinção do contrato de trabalho

Normas regulamentadoras: aspectos jurídicos

Disposições gerais

Inspeção prévia

Embargo e interdição

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

Equipamentos de Proteção Individual

Insalubridade

Periculosidade

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva e dialogada, ilustrada com recursos audiovisuais;

Estudo de casos concretos

Análise e reflexão acerca de decisões judiciais;

Resolução e correção de exercícios ao final da aula.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Avaliação contínua, com resolução de questões em sala de aula e posterior correção por parte do professor;

Realização de trabalhos em grupo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Atividades avaliativas individuais;

Apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco;

Data show;

Filmes;

Artigos jurídicos;

Decisões judiciais.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ARAUJO, Giovanni Moraes de. **Legislação de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego**. Rio de Janeiro: GVC, 2012.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Segurança e medicina do trabalho: legislação**. Rio de Janeiro: Método, 2012.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. São Paulo: LTR, 2012.

COMPLEMENTAR

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: Método, 2015.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: Método, 2015.

DIAS, Ricardo Resende. **Direito do Trabalho Esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Método, 2015.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das leis do trabalho comentada**. 48. ed. São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de Direito do Trabalho Aplicado: Saúde e Segurança do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

3º Período

PLANO DE DISCIPLINA
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Higiene Ocupacional II
CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
Período: 3º
CARGA HORÁRIA: 80h
DOCENTE RESPONSÁVEL: Anrafel Barbosa
EMENTA
Riscos químicos: definições básicas. Classificação dos agentes químicos. Efeitos no organismo humano. Vias de penetração no organismo. Reconhecimento, avaliação e controle. Legislação em higiene ocupacional. Norma Regulamentadora Nº 15 (NR 15, anexos referentes ao risco químico). Normas de Higiene Ocupacional – NHO, ACGIH, NIOSH, OSHA.
OBJETIVOS
<i>Geral</i> Proporcionar uma visão ampla sobre a Higiene do Trabalho, enfocando, principalmente, conteúdos relacionados aos riscos químicos. Levar o aluno a ter um comportamento reflexivo sobre os riscos químicos presentes nos ambientes laborais e que interferem em forma de prejuízo na saúde do trabalhador.
<i>Específicos</i> Relacionar a segurança do trabalho atual com os fatos que deram origem à sistematização da matéria; Identificar os riscos químicos; Aplicar as Normas Regulamentadoras e legislação pertinente;
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Agentes químicos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

Gases e vapores e aerodispersóides:

Definições e classificação;

Conceitos e parâmetros nas avaliações;

Avaliação ocupacional;

As unidades de medida;

Classificação dos agentes químicos;

Efeitos no organismo;

Os limites de tolerância;

Anexos 11 e 13 da NR 15;

Medidas de controle.

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Construção grupal;

Trabalhos individuais;

Aula prática com equipamentos de medição;

Seminários;

Exercícios de fundamentação teórica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

relatório de aula prática;

apresentação de seminários.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Projeter multimídia;

Lousa, lápis para quadro e apagador;

Slides com apresentação do conteúdo;

Vídeos;

Textos de periódicos;

Equipamentos de medição;

Livros.

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Paulo: LTR. 2011.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. São Paulo: LTR. 2011.

SALIBA, Tuffi Messias. PAGANO, Sofia C. R. S. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. São Paulo: LTR. 2010.

Referência / Bibliografia Complementar

COSTA, Alexandre da. **Legislação Trabalhista e Previdência Aplicada a Saúde e segurança do Trabalhador**. vol.9.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR – Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 09 out. 12.

MANUAIS de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

PAOLESCHI, Bruno. **CIPA- Guia Prático de Segurança do Trabalho**. Editora Érica. 2009.

QUEIROZ, Suelen. **Tratado de Toxicologia Ocupacional**. Biblioteca 24 Horas.

TAVARES. Wellington. **Manual de Segurança do Trabalho**. Editora DCL.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Ambiental

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 3º

CARGA HORÁRIA: 40H

DOCENTE RESPONSÁVEL: Susana Cristina Batista Lucena

EMENTA

Fundamentos da educação ambiental como área do conhecimento teórico, científico- metodológico e aplicado às ciências ambientais. Histórico e perspectivas da situação ambiental no Brasil e no mundo. O papel da educação ambiental no ambiente laboral. Educação ambiental e interdisciplinaridade. A importância da Política Ambiental em empresas e Instituições públicas e/ou privadas. Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Responsabilidade Social. Sistema de Gestão Integrada (SGI). A relação com o ensino e a pesquisa.

OBJETIVOS

GERAL

Conscientizar o graduando da necessidade e dos objetivos do estudo dos métodos e processos do Trabalho, Segurança e Higiene na área Ambiental. Familiarizá-lo com as Ferramentas adequadas, Normas Técnicas e a terminologia padrão.

ESPECÍFICOS

Discutir com os alunos a importância da educação ambiental no ambiente laboral.

Conhecer as necessidades básicas do meio ambiente de trabalho, como forma de minimização de riscos.

Conhecer a norma ISO 14.001 e as técnicas para implantação de SGA.

Desenvolver os conhecimentos básicos de técnicas, materiais e procedimentos utilizados nas questões referentes à Gestão de forma a permitir a coordenação entre este segmento e os demais que compõem os espaços da Segurança do Trabalho, saúde e Meio Ambiente.

Apresentar ao aluno a relação entre o ensino e a pesquisa, como forma de aproveitamento dos trabalhos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

desenvolvidos no curso e preparação para o TCC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Panorama histórico mundial e brasileiro sobre meio ambiente e gestão ambiental

Levantamento de aspectos e impactos ambientais

Introdução aos sistemas de gestão ambiental (SGA)

Vantagens e desvantagens da implantação de SGA

A norma NBR ISO 14.001:2004 – visão sistêmica o Objetivos e Campo de aplicação

Termos e definições em gestão ambiental

Política ambiental o Planejamento de um SGA

Levantamento de aspectos e impactos ambientais

Programa de gestão ambiental – definição de objetivos e metas

Desempenho ambiental da organização

Implementação e organização

Recursos, funções e responsabilidades do SGA

Aspectos específicos das normas regulamentadoras e Plano de Gestão Integrada.

METODOLOGIA DE ENSINO

Para a disciplina são utilizadas diversas técnicas de ensino-aprendizagem que se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor passa a ser visto como um condutor/orientador e não apenas como um detentor de conhecimentos. Nesse sentido, será utilizado:

Aulas expositivas.

Exposições dialogadas.

Apresentações de vídeos.

Visitas técnicas.

Trabalho (pesquisa) no formato de Projeto.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Participação nas atividades de pesquisa;

Uma prova, valendo 10 pontos (individual);

Um trabalho de pesquisa, no formato de Artigo. Apresentação do trabalho (pesquisa) valendo 6 pontos (individual) e 4 pontos o trabalho escrito.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Para operacionalização das atividades, serão necessários os seguintes recursos:

Projetor de multimídia;

Lousa, pincel marcador. Esponja;

Acesso à internet.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. **GESTÃO AMBIENTAL – Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. Editora Atlas- 2ª edição.

BRAGA, Benedito et all. **INTRODUÇÃO À ENGENHARIA AMBIENTAL – o desafio do desenvolvimento Sustentável**. Pearson Prentice Hall, 2005. 2ª Edição.

SEIFERT, M.E.B. **GESTÃO AMBIENTAL – Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. São Paulo, Ed Atlas (2011). 2ª Edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PHILIPPI Jr. Arlindo (Ed.). **SANEAMENTO, SAÚDE E AMBIENTE: Fundamento para um Desenvolvimento Sustentável**. Barueri-SP: Manole, 2005. (Col. Ambiental).

LEFF, Enrique. **SABER AMBIENTAL- sustentabilidade, Racionalidade, complexidade, Poder**. Editora, 9ª Edição (2012).

PHILIPPI JR, Arlindo; ROMERO, M.A.; BRUNA, G.C. – **CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**. Ed. Manolle LTDA. 2ª Edição (2014).

Berté, Rodrigo. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa nas Instituições**. Ed. Do autor. Curitiba, 2007.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Metodologia Científica
CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
Período: 3º
CARGA HORÁRIA: 40h
DOCENTE RESPONSÁVEL: Manuela
EMENTA
Conhecimento: Tipologia, universo conceitual. Método: quantitativo e qualitativo, limites e possibilidades. Leitura e interpretação de textos: análise bibliográfica e documental. Elaboração de projetos. Roteiro de análise. Definições metodológicas: tipologia, universo, amostragem, seleção de sujeitos. Cronograma. Coleta de dados. Elementos da redação de trabalhos técnicos, administrativos e gerenciais. Normalização. Elaboração de documentos técnicos, administrativos e gerenciais.
OBJETIVOS
<p><i>Geral</i></p> <p>Analisar a investigação científica, dando ênfase ao universo da pesquisa e elaboração de trabalhos científicos.</p> <p><i>Específicos</i></p> <p>Conceituar os níveis de conhecimento científico, metodologia, pesquisa e segurança do trabalho;</p> <p>Discutir os principais tipos de pesquisa, seus procedimentos, técnicas e instrumentos de coleta de dados e análise científica;</p> <p>Apresentar os elementos essenciais que compõem as normas de elaboração de trabalhos acadêmicos.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Definição de Conceitos:

1. Níveis de Conhecimento

- Senso Comum

- Filosófico

- Teológico

- Científico;

2. Método Científico e Metodologia;

3. Segurança do Trabalho.

A pesquisa e a Iniciação Científica;

1. Ética;

2. Tipologia da pesquisa;

3. Classificação da pesquisa;

4. Definindo projeto de pesquisa;

5. Estrutura do Projeto de Pesquisa.

O tema da pesquisa

1. Pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos;

2. Organização do Trabalho Científico: fichamento, resumo e resenha.

O objeto de pesquisa;

1. O referencial teórico

2. A delimitação da questão

3. A elaboração da hipótese

4. Os objetivos da pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

5. A justificativa

O percurso metodológico

1. Tipos de pesquisa

2. Os sujeitos da pesquisa

3. O espaço da pesquisa

4. A produção dos dados

5. Cronograma

Projeto de pesquisa – Estrutura do Projeto e Normas Técnicas

1. Tema

2. Introdução

3. Objetivo geral

4. Objetivos específicos

5. Justificativa

6. Problema

7. Fundamentação teórica

8. Metodologia

9. Cronograma

10. Bibliografia

METODOLOGIA DE ENSINO

Estratégias de ensino: Aulas expositivas dialogadas, orientações teóricas e práticas individuais ou em grupo. Recursos técnico-pedagógicos: Quadro branco e lápis, apostilas, textos, equipamento multimídia, pesquisa na Internet, pesquisas bibliográficas sobre conteúdos programáticos.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Participação em atividades na sala de aula, individualmente ou em grupo; Avaliação contínua do processo de elaboração do projeto de pesquisa, com base nas normas e métodos da pesquisa científica (ABNT); Avaliação da aplicabilidade e exequibilidade da pesquisa; Avaliação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

relevância científica do projeto para a Fisioterapia; Construção e entrega do projeto de pesquisa.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco e lápis, apostilas, textos, multimídia, computador com acesso a internet, pesquisas na biblioteca.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIA/BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Aidil De Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida Souza. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIA / BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Aidil Jesus da Silveira & LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Metodologia do Trabalho Intelectual**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre a Iniciação à Pesquisa Científica**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Estatística Aplicada

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 3º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Maíra Rodrigues Villamagna

EMENTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Síntese numérica e gráfica de dados; Medidas de tendência central; Medidas de dispersão; Noções de probabilidade; Cálculo de Probabilidade; Variáveis aleatórias contínuas; Distribuição normal de probabilidade. Técnicas de Amostragem.

OBJETIVOS

Geral

Desenvolver o raciocínio estatístico em problemas aplicados à Segurança do Trabalho.

Específicos

Capacitar o aluno para o planejamento, coleta, apresentação e análise de dados;

Incentivar o uso da informática junto ao trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Estatística Aplicada

1.1 Importância e aplicações.

1.2 Conceitos básicos: população, amostra, amostragem e tipos de amostragem. 1.3 Planejamento estatístico de pesquisas.

1.4 Análise exploratória de dados.

1.5 População, Amostra, Dados brutos, Rol de dados.

Distribuição de frequência

2.1 Sem intervalos de classes

2.2 Com intervalos de classes

Construção de Gráficos

4.1 Barras verticais;

4.2 Barras horizontais e

4.3 Histograma

Medidas de posição

4.1 Média;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

4.2 Mediana e

4.3 Moda.

Medidas de dispersão

5.1 Amplitude;

5.2 Variância;

5.3 Desvio padrão e

5.4 Coeficiente de variação.

Introdução à Probabilidade

6.1 Propriedades de eventos e regras da adição de probabilidades;

6.2 Probabilidade Condicional e regra da multiplicação de probabilidades;

6.3 Eventos independentes.

Variável aleatória contínua

9.1 Valor esperado e

9.2 Variância.

Distribuição de probabilidades contínuas

8.1 Distribuição Normal.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição oral dos conteúdos; exposição escrita; uso de informática. Serão ministradas aulas teóricas expositivas e ao final de cada tema será marcada uma lista de exercícios para fixação do conteúdo ministrado naquela aula.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aluno será avaliado por meio de provas sem consulta, listas de exercícios e trabalhos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco, computador, programa computacional para cálculos estatísticos, projetor multimídia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

BUSSAB, W.O. & MORETTIN, P.A. Estatística básica. 4a ed., Atual Editora, S.P., 1993.
SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e Estatística. São Paulo: McGraw-Hill – Coleção Schaum, 1978.
TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2 ed. São Paulo, 2013.

Bibliografia Complementar:

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
MEYER, P.L. Probabilidade, aplicações a estatística. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1984.
MORETTIN, LUIZ GONZAGA . Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2010.
SIMON, J. Fonseca. Curso de Estatística. 5ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1995.
TRIOLA, M.F. Introdução à estatística. 7ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2001.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Legislação Previdenciária

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 3º

CARGA HORÁRIA: 80 horas

DOCENTE RESPONSÁVEL: Álvaro Henriques David Neto

EMENTA

Seguridade Social. Regime Próprio de Previdência Social. Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Segurados do RGPS. Acidente de trabalho e doenças ocupacionais. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

OBJETIVOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

GERAL

Compreender os institutos essenciais do Direito Previdenciário.

ESPECÍFICOS

Analisar o histórico e a formação da Seguridade Social no país, voltando especial atenção à Previdência Social;

Estudar os princípios referentes à Seguridade Social em conjunto com os princípios informadores do Regime Geral de Previdência Social;

Entender as características fundamentais dos Sistemas Previdenciários existentes;

Identificar os segurados e os benefícios a que fazem jus;

Examinar o instituto do acidente de trabalho e suas consequências jurídicas;

Fomentar a hermenêutica crítica do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Seguridade Social

Histórico e Formação

Natureza Jurídica

Assistência Social, Saúde e Previdência Social

Princípios

Regime Próprio de Previdência Social

Definição

Normas constitucionais

Abrangência

Regime Geral de Previdência Social

Princípios informadores

Abrangência

Segurados do RGPS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Segurados obrigatórios e facultativos

Filiação e inscrição

Manutenção e perda da qualidade de segurado

Dependentes

Acidente de trabalho e moléstias ocupacionais

Definição

Ocorrências equiparadas

Comunicação de acidente de trabalho – CAT

Serviço de reabilitação profissional

Direitos dos acidentados

Responsabilidade civil por acidente de trabalho

Benefícios do RGPS

Carência

Tempo de serviço e tempo de contribuição

Salário de benefício

Aposentadorias

Salários

Auxílios

Benefícios pagos aos dependentes

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva e dialogada, ilustrada com recursos audiovisuais;

Estudo de casos concretos

Análise e reflexão acerca de decisões judiciais;

Resolução e correção de exercícios ao final da aula.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Avaliação contínua, com resolução de questões em sala de aula e posterior correção por parte do professor;

Realização de trabalhos em grupo;

Atividades avaliativas individuais;

Apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco;

Data show;

Filmes;

Artigos jurídicos;

Decisões judiciais.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BALERA, Wagner. **Legislação Previdenciária Anotada**. 2. ed. São Paulo: Editora RT, 2013.

CAIRO JUNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. 5. ed. São Paulo: LTR, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. **Legislação previdenciária**. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Cláudio. **Acidente do Trabalho e A Responsabilidade Civil do Empregador**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2015.

GARCIA, Gustavo F. B. **Acidentes do trabalho: doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico**. 5. ed. São Paulo: Método, 2013.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário Esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Acidente do Trabalho: Abordagem Completa e Atualizada**. São Paulo: LTr, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Segurança do Trabalho na Indústria

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 3º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Renata Paiva da Nóbrega Costa

EMENTA

Introdução ao ambiente industrial: Breve histórico; Características do setor. Proteção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações: Segurança do trabalho em máquinas e equipamentos (NR 12). Segurança em Caldeiras, vasos de pressão e tubulações (NR 13). Segurança em fornos (NR 14).

OBJETIVOS

Geral

Refletir sobre o papel do Tecnólogo em Segurança do Trabalho atuando na prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais como membro da equipe multidisciplinar na área de Saúde e Segurança no ambiente Industrial.

Específicos

Discorrer sobre o ambiente industrial, seus processos e os riscos a que estão expostos os trabalhadores neste ambiente;

Apontar as fontes de riscos operacionais e suas formas de mitigação dentro do contexto industrial;

Discutir sobre os diferentes equipamentos e máquinas utilizados no processo de produção das indústrias e os respectivos métodos de prevenção de acidentes contemplados na NR 12, NR 13 e NR 14.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

UNIDADE	CONTEÚDO
I	Introdução ao ambiente industrial Breve histórico Revolução Industrial Pontos de desenvolvimento da Segurança Industrial no mundo Evolução da Segurança Industrial no Brasil. Características do setor Atividades industriais Focos de atuação Indústrias de bens de produção Indústrias de bens intermediários Indústrias de bens de consumo Bens duráveis Bens não duráveis Tipos de Indústrias Estatísticas de acidentes de trabalho.
II	2. Introdução ao estudo de máquinas Conhecendo a máquina Conceituação 2.1.2 Elementos componentes das máquinas 2.1.3 Tipos de máquinas
III	Proteção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações - estudo das Normas Regulamentadoras: 3.1 NR 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos); 3.2 NR 13 (Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações); 3.3 NR 14 (Segurança em fornos).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DRAGONI, José Fausto. **Proteção de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeado de segurança**. São Paulo: LTr, 2011. (8)

CAMPOS, A.; LIMA, V. T. CUNHA, J. **Prevenção e controle de rios em máquinas**. São Paulo: Editora: Senac. 4ª ed. 2012. (10)

NUNES, Flávio de Oliveira. **Normas Regulamentadoras n.º 12, 13 e 14**. In: Segurança e saúde no trabalho: esquematizada (normas regulamentadoras n. 10 a 19) volume 2. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: MÉTODO, 2014. (4)

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 12 – Segurança no Trabalho em máquinas e equipamentos**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/norma-regulamentadora-n-12-span-class-destaque-novo-span.htm>;

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/norma-regulamentadora-n-13.htm>;

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 14 – Fornos**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEF2813B74066/nr_14.pdf;

NBR ABNT 14152:1998 – **Segurança de máquinas – Dispositivos de comando bimanuais – Aspectos funcionais e princípios para projeto**.

NBR ANM 272:2002 – **Segurança de máquinas – Proteções – Requisitos gerais para o projeto e construção de proteções fixas e móveis**.

NBR ANM 273:2002 – **Segurança de máquinas – Dispositivos de intertravamento associados a proteções – Princípios para projeto e seleção**.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PERÍODO: 3º
CARGA HORÁRIA: 40h
DOCENTE RESPONSÁVEL: Evadio Pereira Filho
EMENTA
Perfil do empreendedor, técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades, gestão do negócio, processo empreendedor, metodologias e técnicas inovadoras, plano de negócios.
OBJETIVOS
Objetivo Geral: Tornar o aluno capaz de exercer a gestão de empreendimentos através do conhecimento e aplicação de atitudes empreendedoras. Objetivos específicos: Compreender o conceito de empreendedorismo; Entender o perfil empreendedor; Desenvolver potencial dos alunos para visão inovadora, criativa e empreendedora;
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<u>Introdução ao Empreendedorismo (6 H/A)</u> Conceitos do empreendedorismo e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico; Histórico do empreendedorismo; Quem é empreendedor e suas características; Tipos de empreendedores; Processo empreendedor; Inovação e o processo empreendedor.
<u>Primeiras providências (8 H/A)</u> Entendendo o mundo dos negócios; Por onde começar para abrir um negócio?; Quem são seus aliados e passos iniciais para abrir um negócio?; Questões legais de constituição da empresa.
<u>Identificando oportunidades (8 H/A)</u>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Diferenciando ideias de oportunidades;

Fonte de novas ideias;

Avaliando uma oportunidade;

Modelo de negócios na internet.

Plano de negócios (18 H/A)

Conceitos de plano de negócio;

Importância de um plano de negócio;

Estrutura do plano de negócio;

Elaboração de um plano de negócio.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialógicas a partir da fundamentação teórica definida com colocações baseada em exemplos práticos. Análise de estudos de casos, filmes, textos e/ou reportagens para reflexão de questões práticas.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação é um processo contínuo que envolve participação nas aulas, frequência, pontualidade na entrega dos trabalhos, avaliações objetivas e discursivas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Computador, data show, quadro branco, pincel, filmes, reportagens de sites e/ou revistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 2ª Edição. São Paulo: Campus, 2008.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008.

DOLABELA, F. **O segredo de Luisa**. São Paulo, Cultura, 1999.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GHOSHAL, S.; LAMPEL, J.; MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. São Paulo: Bookman, 2005.

TARJA, S. F. Gestão Estratégica na Saúde: **Reflexões e práticas para uma administração voltada para a excelência**. 4ª Edição. São Paulo: Látria, 2010.

TEIXEIRA, R. F. Marketing em organizações de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

4º Período

PLANO DE DISCIPLINA
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Higiene Ocupacional III
CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
PERÍODO: 4º
CARGA HORÁRIA: 80 horas
DOCENTE RESPONSÁVEL: Danilo Augusto de Holanda Ferreira
EMENTA
Riscos biológicos: definição e classificação. Reconhecimento, avaliação e controle dos riscos biológicos no ambiente do trabalho. Insalubridade por agentes biológicos. Biossegurança. Norma Regulamentadora Nº 15 (NR 15, anexos referentes ao risco biológico). Normas de Higiene Ocupacional – NHO, ACGIH, NIOSH, OSHA.
OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none">• Definir condições sob as quais os agentes biológicos podem ser seguramente manipulados e contidos de forma segura;• Aplicar conhecimentos, técnicas e equipamentos, com a finalidade de prevenir a exposição do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

trabalhador, laboratório e ambiente a agentes potencialmente infecciosos;

- Informar e conscientizar sobre as leis vigentes na federação, com vistas a estabelecer a implantação de programas de biossegurança;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Riscos biológicos: definição e classificação.

Introdução à Biossegurança.

Barreiras de contenção primária e secundária.

Classificação dos microrganismos por classe de risco.

Níveis de biossegurança.

Principais doenças em profissionais da saúde.

Métodos de desinfecção e esterilização.

Segurança dos profissionais de laboratórios, clínicas e hospitais.

Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Segurança no manuseio de agentes químicos, material biológico, medicamentos, cosméticos e correlatos, radioisótopos e organismos geneticamente modificados.

Norma Regulamentadora Nº 15 (NR 15, anexos referentes ao risco biológico).

Normas de Higiene Ocupacional – NHO, ACGIH, NIOSH, OSHA.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas;
Discussão em grupo;

Apresentação de vídeos da área de segurança do trabalho;

Seminários;

Visitas técnicas em ambientes de saúde.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Atividades avaliativas individuais;

Realização de trabalhos em grupo;

Apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Computador, data show, quadro branco, pincel, filmes, reportagens de sites e/ou revistas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HIRATA, Mario Hiroyuki; HIRATA, Rosario Domingues Crespo; MANCINI FILHO, Jorge. **Manual de biossegurança**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. 356p.

MASTROENI, Marco Fábio. **Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde**. São Paulo: Atheneu, 2006. 332p.

SILVA, José Vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; Duarte, Suelen Ribeiro Miranda. **Biossegurança no contexto da saúde**. São Paulo: Iátria, 2013. 168p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. 442p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Manual de segurança biológica em laboratório**. 3. ed. Genebra: OMS, 2004. 203p.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Saúde do Trabalhador

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 4º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Prof. Msc. Lavoisier Morais de Medeiros

EMENTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Bases históricas da saúde do trabalhador. Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho. Doenças ocupacionais causadas por agentes Físicos, Químicos e Ergonômicos. Prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Aspectos epidemiológicos das doenças do trabalho.

OBJETIVOS

Geral

Proporcionar ao aluno o conhecimento do risco de adoecimento provocado pela exposição ocupacional aos agentes químicos, físicos e ergonômicos para compreensão e prevenção de doenças ocasionadas no/pelo ambiente laboral.

Específicos

Identificar as principais formas de doenças no ambiente de trabalho;

Conhecer as relações entre meio ambiente e o processo saúde-doença.

Estabelecer relação entre processo de trabalho, ambiente de trabalho e a saúde dos trabalhadores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
UNIDADE I	Introdução ao estudo das doenças ocupacionais; História das doenças ocupacionais no Brasil e no mundo; Doenças ocupacionais por exposição ao agente físico: Calor, Frio, Umidade, Radiação, Pressões anormais, Ruído e Vibrações. Medidas de controle a exposição a agentes físicos.	27
UNIDADE II	Doenças Ocupacionais por exposição ao agente químico, Definição do agente químico e vias de absorção, Doenças causadas por gases e vapores, Pneumoconioses, Doenças causadas por metais pesados, Dermatoses ocupacionais, Doenças causadas por agrotóxicos, Medidas de controle dos agentes químicos.	27



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

UNIDADE III	Doenças ocupacionais por exposição ao agente ergonômico: LER/DORT, Risco ergonômico dos trabalhos em turnos e noturnos: Ciclo sono/vigília, Síndrome de burnout.	26
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Para a disciplina são utilizadas diversas técnicas de ensino-aprendizagem que se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Portanto, será utilizado:</p> <p>Exposições dialogadas;</p> <p>Estudos Dirigidos;</p> <p>Seminários;</p> <p>Aplicação de trabalhos em grupo;</p> <p>Leitura de artigos Científicos</p>		
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM		
<p>Frequência e assiduidade;</p> <p>Estudos dirigidos;</p> <p>Avaliação escritas (Provas)</p> <p>Seminários</p>		
RECURSOS NECESSÁRIOS		
<p>Para operacionalização das atividades, serão necessários os seguintes recursos:</p> <p>Projetor de multimídia;</p> <p>Lousa, pincel marcador, esponja;</p> <p>Textos xerocopiados e digitados, etc.</p>		
BIBLIOGRAFIA		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MORAES, M. V. **Doenças Ocupacionais**. 2ª edição. São Paulo: Iátria, 2011.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do trabalho: doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico**. 4. ed. São Paulo: Método, 2011.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento...** 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. 3. ed. São Paulo: Fundacentro, 2000.

MARIEB, Elaine N.; HOEHN, Katja. **Anatomia e fisiologia**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Pesquisa Científica I

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 4º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Manuela

EMENTA

Desenvolvimento, por parte do estudante, de um trabalho de pesquisa, com resultados a serem atingidos através de método adequado. O estudante deverá definir uma área de atuação e um tema sobre algum aspecto da Segurança do Trabalho, orientado por um professor e iniciar o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa sobre o tema. Serão trabalhados os fundamentos da pesquisa e o referencial teórico. Após este embasamento os alunos deverão construir um Projeto de Pesquisa que será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil, se necessário (qualificação do projeto).

OBJETIVOS

Familiarizar os alunos do Curso de Segurança do Trabalho acerca do processo de elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa com vistas a elaborar um trabalho de conclusão de curso;

Estudar os métodos e normas necessárias para o desenvolvimento de uma pesquisa; Definição de uma



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

temática para desenvolvimento do projeto;

Construção de um projeto que embasará a pesquisa necessária para a elaboração do TCC e que tenha relevância científica para a área da Segurança do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE:

Orientação da escolha do tema e título

Contextualização da Pesquisa Científica Etapas de planejamento da Pesquisa

O projeto de pesquisa: Elementos pré-textuais.

II UNIDADE:

O projeto de pesquisa: Elementos Textuais Normas e requisitos para a elaboração do Projeto de Pesquisa

Formatação de trabalhos acadêmicos: Normas da ABNT.

III UNIDADE:

O projeto de pesquisa:

Elementos pós-textuais Normas e requisitos para a elaboração do Projeto de Pesquisa Documentos obrigatórios para Plataforma Brasil.

METODOLOGIA DE ENSINO

Estratégias de ensino: Aulas expositivas dialogadas, orientações teóricas e práticas individuais ou em grupo. Recursos técnico-pedagógicos: Quadro branco e lápis, apostilas, textos, equipamento multimídia, pesquisa na Internet, pesquisas bibliográficas sobre conteúdos programáticos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Participação em atividades na sala de aula, individualmente ou em grupo; Avaliação contínua do processo de elaboração do projeto de pesquisa, com base nas normas e métodos da pesquisa científica (ABNT); Avaliação da aplicabilidade e exequibilidade da pesquisa; Avaliação da relevância científica do projeto para a Fisioterapia; Construção e entrega do projeto de pesquisa.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco e lápis, apostilas, textos, multimídia, computador com acesso a internet, pesquisas na biblioteca.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; SOUZA, Neide Aparecida. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007. 158p

LUDWING, Antônio Carlos Will. **Fundamentos e práticas de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MACHADO, Anna Rachel (Coord.). **Planejar gêneros acadêmicos**: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. São Paulo: Parábola, 2005. 116p. v.3

COMPLEMENTAR

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas. 225p

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: PROGRAMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 4º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Anrafel Barbosa

EMENTA

Programas Convencionais: PPRA, PCMAT, PCMSO, PCA, PGR, PPR (Normas regulamentadoras); Objetivos; Elaboração, definição de responsabilidades e atribuições; Controle de Riscos, competências profissionais; Exames Médicos; Prevenção (Treinamento, programas e vacinação). Estudo de Casos; Elaboração de programas de saúde do trabalho.

OBJETIVOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Geral

Discutir os principais aspectos da medicina do trabalho no desenvolvimento da saúde do trabalhador e a sua integração às ações sociais, políticas, econômicas, culturais, visando discutir o papel do tecnólogo em segurança do trabalho como agente transformador do processo saúde-doença.

Específicos

Elaborar, passo a passo, os principais programas de segurança e saúde do trabalho (PPRA, PCMAT, PCMSO, PCA, PGR, PPR).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Lei No. 6514 e portaria 3.214;

Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador;

Estudos das NR: NR-4; NR-5;

Elaborar um PPRA (NR 9);

Elaborar um PCMAT (NR 18);

Elaborar um PCMSO (NR 7);

Programa de Proteção Respiratória (PPR), Atividades Práticas utilizando as NR: NR-15; NR-16, Elaboração de Programas de Saúde do Trabalho;

Discussão de casos e artigos; Visitas técnicas a serviços especializados de segurança e medicina do Trabalho;

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Construção grupal;

Trabalhos individuais;

Aula prática com equipamentos de medição;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

Seminários;

Exercícios de fundamentação teórica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;

relatório de aula prática;

apresentação de seminários.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Projektor multimídia;

Lousa, lápis para quadro e apagador;

Slides com apresentação do conteúdo;

Vídeos;

Textos de periódicos;

Equipamentos de medição;

Livros.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

EDITORA SARAIVA. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

EQUIPE ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Legislação - Segurança e Medicina do Trabalho**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Método, 2010.

PAIVA, Marcos Guimarães. **PPRA e PCMSO em serviços de saúde**. São Paulo: LTR, 2012. 272p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR – Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 09 out. 2012.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Ergonomia

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 4º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Hanne Alves Bakke

EMENTA

Conceitos básicos em ergonomia; abordagem ergonômica de sistemas; fisiologia do trabalho; biomecânica ocupacional; antropometria; posto de trabalho; dispositivos de trabalho; carga de trabalho; dimensão física, cognitiva e psíquica; ergonomia e fatores ambientais; análise ergonômica do trabalho, ferramentas ergonômicas, NR 17.

OBJETIVOS

Geral

Apresentar e discutir a ergonomia física, cognitiva e organizacional dos setores de trabalho, bem como as avaliações desses espaços utilizados na pesquisa, com enfoque em aproximar o discente da compreensão e interpretação da ergonomia na segurança do trabalhador para embasar a tomada de decisões necessárias no campo de trabalho, adaptando tarefas, condições de postura e movimento favoráveis.

Específicos

Fornecer ao acadêmico uma base de conhecimento quanto aos conceitos, contribuições e aplicações da ergonomia;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Discutir as premissas que dirigem a importância da ergonomia;

Conhecer o que engloba os subtipos da ergonomia;

Caracterizar métodos e técnicas de avaliação em ergonomia;

Propiciar aos discentes reflexões sobre o ambiente de trabalho e sua influência na produtividade, qualidade e segurança;

Oportunizar vivências e construções de projetos e pesquisas em diversos segmentos que envolvem os trabalhadores da região;

Compreender e aplicar a ergonomia na prática como contribuição para melhorias em postos de trabalho e nas diversas situações da vida diária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
I	Fundamentos da Ergonomia; Conceitos de ergonomia; diferentes tipos de ergonomia; Aplicações da ergonomia; Fundamentos de Fisiologia no Trabalho; Considerações gerais sobre os comportamentos do homem no trabalho; Fisiologia do trabalho muscular; Antropometria: medidas e aplicações; Biomecânica ocupacional: gestos, posturas e movimentos de trabalho; Carga de trabalho; dimensão física, cognitiva e psíquica; Aplicação do critério NIOSH.	30
II	Análise Ergonômica dos postos de trabalho; estudo do posto de trabalho: enfoque tradicional e enfoque ergonômico; Análise ergonômica da tarefa: o trabalho prescrito; Análise ergonômica das atividades: o trabalho realmente realizado; Dimensionamento de espaços e planos de trabalho; Dimensionamento de assentos e cadeiras; Dispositivos manuais de trabalho; Dispositivos mecanizados de trabalho, Dispositivos eletrônicos de trabalho; Dispositivos de controle e comando de máquinas.	30
III	Condições ambientais de trabalho: Sistema Visual e Auditivo; Definições básicas; Introdução às normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho (MTE); Norma Regulamentadoras – 17: Ergonomia; Ferramentas ergonômicas, Análise Ergonômica do Trabalho.	20

METODOLOGIA DE ENSINO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas, dialogadas com uso de *datashow*, aulas práticas, quadro branco e pincel, bem como com livros, textos, artigos científicos e filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aluno será avaliado ao término de cada unidade, de acordo com o cronograma estabelecido pela Instituição, mediante os seguintes critérios:

-Avaliação escrita;

-Apresentação de seminários;

RECURSOS NECESSÁRIOS

Os recursos necessários para a condução da disciplina são *datashow*, pincel de quadro, apagador, papel, vídeo e aparelho para DVD.

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

IIDA, I. *Ergonomia: projeto e produção*. 2. ed. São Paulo (SP): Blucher, 2005.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. *Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MÁSCULO, F. S.; VIDAL, M. C. *Ergonomia: trabalho adequado e eficiente*. Rio de Janeiro: Elsevier/ABEPRO, 2011.

Referência/Bibliografia Complementar

ABRAHÃO, J.; SZNELWAR, L.; SILVINO, A.; SARMET, M.; PINHO, D. *Introdução à Ergonomia: da prática à teoria*. São Paulo (SP): Blucher, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 17. Disponível online.

CYBIS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. *Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações*. 2. ed. São Paulo (SP): Novatec, 2010.

DULL, J.; WEERDMEESTER, B. *Ergonomia prática*. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2012.

GOMES FILHO, J. *Ergonomia do objeto- sistema técnico de leitura*. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2010.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS. *Segurança e medicina do trabalho*. 67. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2011.

MORAES, A.; MONT'ALVÃO. *Ergonomia: conceitos e aplicações*. 4. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Toxicologia Aplicada
CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
PERÍODO: 4º
CARGA HORÁRIA: 80 horas
DOCENTE RESPONSÁVEL: Danilo Augusto de Holanda Ferreira
EMENTA
Agentes tóxicos; via de penetração e eliminação dos tóxicos no organismo; mecanismos de proteção do organismo; absorção e metabolismo; mecanismos de desintoxicação; limites de exposição ocupacional; monitoramento ambiental e biológico; primeiros socorros das intoxicações.
OBJETIVOS
Reconhecer, identificar e estudar os agentes tóxicos, as vias de penetração e eliminação no organismo e os métodos de investigação toxicológicos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Introdução à Toxicologia. Conceitos básicos de Toxicologia. A Intoxicação e suas fases. 3.1 Exposição 3.2 Toxicocinética. 3.2.1 Absorção. 3.2.2 Distribuição e acúmulo. Biotransformação. Excreção. 3.3 Toxicodinâmica. 3.2.1 Mecanismos de ação tóxica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Agentes tóxicos e suas manifestações clínicas

Monitoramento ambiental e biológico.

Limites de exposição ocupacional

Toxicologia dos metais

Toxicologia dos agrotóxicos

Toxinfecções alimentares

Toxicologia dos hidrocarbonetos

Toxicologia dos solventes

Mecanismos de desintoxicação e primeiros socorros.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas;
Discussão em grupo;
Apresentação de vídeos da área de segurança do trabalho;
Seminários

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Atividades avaliativas individuais;
Realização de trabalhos em grupo;
Apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Computador, data show, quadro branco, pincel, filmes, reportagens de sites e/ou revistas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia ocupacional**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 302p.

OGA, Seizi, BATISTUZZO, Jose Antonio, CAMARGO, Marcia Maria de Almeida,

Fundamentos de Toxicologia, São Paulo: Atheneu, 2008.

QUEIROZ, Suelen. **Tratado de Toxicologia Ocupacional**, São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SISINNO, Cristina Lúcia Silveira; OLIVEIRA-FILHO, Eduardo Cyrino. **Princípios de Toxicologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

PETRUZELLA, Frank D. **Manual de Toxicologia Clínica**. 6º ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 4º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Diogo Sergio César de Vasconcelos

EMENTA

Gerenciando a Saúde e a Segurança Ocupacional. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional: Requisitos Gerais, Política, Planejamento, Implementação e Operação, Verificação, e Análise Crítica pela Direção. Normas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

Discutir o gerenciamento no âmbito da saúde e segurança ocupacional, visando assegurar boas práticas no local de trabalho e ajudar a garantir aos trabalhadores, empregadores, investidores e outras partes interessadas o compromisso da empresa com a saúde e segurança do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dotar os alunos do conhecimento de ferramentas necessárias para o cumprimento das normas de segurança, higiene e princípios de saúde, levando em consideração aspectos de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, bem como a verificação da necessidade de implantação de programas oficiais e obrigatórios de Segurança e Saúde do Trabalho formulando estratégias para a implantação da gestão em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Saúde e Segurança do Trabalho.

Capacitar para a implementação e gerenciamento de programas de Segurança e Saúde do Trabalho, para proposição de medidas de controle para situações não previstas e monitoramento periódico dos resultados com a finalidade de afinação da execução das atividades e correção de eventuais falhas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE	TEMA	CONTEÚDO
I	Gerenciando a SSO	Conceito de Gestão e de Saúde e Segurança do Trabalho. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho e Normas de SSO.
II	Requisitos Gerais e Política	Definição e apresentação dos requisitos gerais de um SGSSO. Definição e elementos de uma Política de SSO.
III	Planejamento	Mapeamento de processos, identificação de perigos, avaliação de riscos e determinação de controles; Requisitos legais, objetivos, metas e programas de SSO;
IV	Implementação e Operação	Recursos, responsabilidades, autoridades, treinamento, conscientização e competência e comunicação. Documentação, Controle de documentos, controle operacional e prontidão e resposta a emergências.
V	Verificação e Análise Crítica pela direção	Monitoramento e medição do desempenho, avaliação do atendimento aos requisitos, investigação de incidente, não-conformidade, ação corretiva e ação preventiva, auditorias internas e análise crítica pela Direção.

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas, com o auxílio de data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos, exibição de vídeos e imagens, além de aula prática.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aluno será avaliado, de acordo com o cronograma estabelecido pela instituição, mediante os seguintes critérios:

Avaliação escrita individual;

Avaliação contínua, através de exercícios e participação dos alunos;

Apresentação de seminários.

A Média Final (MF) será calculada a partir das notas obtidas nas avaliações da disciplina e no seminário, conforme a fórmula:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

NF = (1ª Avaliação + Seminário) / 2

RECURSOS NECESSÁRIOS

Data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Giovanni Moraes de. Elementos do sistema de gestão de SMSQRS: segurança, meio ambiente, saúde ocupacional... 2. Ed. Rio de Janeiro: GVC, 2009. v. 1.

ARAUJO, Giovanni Moraes de. Elementos do sistema de gestão de SMSQRS: segurança, meio ambiente, saúde ocupacional... 2. Ed. Rio de Janeiro: GVC, 2009. v. 2.

ARAUJO, Giovanni Moraes de. Sistema de gestão de SSO OHSAS 18.001/2007 e OIT SSO/2001: comentado e comparado. 2. ed. Rio de Janeiro: GVC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Giovanni Moraes de. Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional OHSAS 18.001 E ism Code: comentados. Rio de Janeiro: GVC, 2006.

BOBSIN, M. A. Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde: proposta de estrutura de sistema e metodologia de avaliação de desempenho. 2005. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível na internet.

BENITE, A. G. Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho para empresas construtoras. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Construção Civil) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível na internet.

5º Período

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Pesquisa Científica II

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 5º



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

CARGA HORÁRIA: 40
DOCENTE RESPONSÁVEL: Manuela
EMENTA
Orientações para a realização da pesquisa científica, considerações éticas, procedimentos para coleta de dados, análise dos dados e resultados parciais.
OBJETIVOS
Familiarizar os alunos do Curso de Segurança do Trabalho acerca do processo de desenvolvimento de pesquisa. <ul style="list-style-type: none">• Estudar os métodos de análise e normas necessárias para o desenvolvimento de uma pesquisa;• Desenvolvimento das fases necessárias a obtenção do conhecimento científico;• Redação do texto científico para construção do TCC que tenha relevância científica para a área da Segurança do Trabalho.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
I UNIDADE: <ul style="list-style-type: none">* Normas e requisitos para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso;* Orientações teórico-práticas para desenvolvimento da pesquisa. II UNIDADE: <ul style="list-style-type: none">* Formatação de trabalhos acadêmicos: Normas da ABNT. III UNIDADE: <ul style="list-style-type: none">* Formatação de trabalhos acadêmicos: Estilo de Vancouver.
METODOLOGIA DE ENSINO
Estratégias de ensino: Aulas expositivas dialogadas, trabalhos em grupos, pesquisas em bases de dados, estudo e análise de artigos científicos e TCC já defendidos.
AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

Avaliação do processo de aprendizagem: Regime Contínuo:

- * Avaliação contínua do processo de desenvolvimento da pesquisa, com base nas normas e métodos da pesquisa científica (ABNT);
- * Avaliação da aplicabilidade e exequibilidade da pesquisa;
- * Avaliação da relevância científica do TCC para a Segurança do trabalho;

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco e lápis, apostilas, textos, multimídia, computador com acesso a internet, pesquisas na biblioteca.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

LAKATOS, E.M. ;MARCONI, M. A. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007. 304p

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; SOUZA, Neide Aparecida. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007. 158p.

COMPLEMENTAR

MATIAS – Pereira , José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2012. 196p.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Primeiros Socorros

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 5º

CARGA HORÁRIA: 40h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

DOCENTE RESPONSÁVEL: Prof. Msc. Lavoisier Morais de Medeiros		
EMENTA		
Caracterização, Funções e aspectos legais dos primeiros socorros. Acidentes: características e tipologia. Cuidados gerais preliminares. Primeiros Socorros em Vítimas de: Hemorragias, Lesões Traumáticas, Parada respiratória e cardíaca, Envenenamentos, Obstrução de via aérea por Corpos estranhos, Animais peçonhentos, Queimaduras.		
OBJETIVOS		
Geral Capacitar o aluno a prestar assistência de primeiros socorros em situações do dia a dia e na sua vida profissional;		
Específicos Nortear a realização da avaliação inicial da vítima e do local do acidente, minorando os riscos ao trabalhador. Possibilitar ao aluno a capacidade de intervir em situações de problemas e riscos, sabendo como atuar, tornando-se apto a diminuir o sofrimento de vítimas em geral.		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
UNIDADE I	Conhecimentos básicos em Primeiros Socorros; Prevenção de acidentes e estratégias de socorro; Avaliação da cena e da Vítima, Cinemática do trauma; Hemorragias e Choque;	13h
UNIDADE II	Primeiros Socorros em situações de: Afogamento e Engasgamento; Queimaduras; Traumatismos (Fraturas, Entorses e Luxações); Intoxicação e Envenenamento.	13h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

UNIDADE III	Execução de condutas de Primeiros socorros em: R.C.P. (Reanimação Cardiopulmonar); Acidentes por Animais Peçonhentos; T.P.T (Transporte de Politraumatizados); Convulsões.	14h
METODOLOGIA DE ENSINO		
<p>Para a disciplina são utilizadas diversas técnicas de ensino-aprendizagem que se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Portanto, será utilizado:</p> <p>Exposições dialogadas;</p> <p>Aulas Práticas em Laboratório;</p> <p>Aplicação de trabalhos em grupo sobre situações vivenciadas no dia a dia do profissional de Segurança no Trabalho;</p>		
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM		
<p>Frequência e assiduidade;</p> <p>Estudos dirigidos;</p> <p>Avaliação escritas (Provas)</p> <p>Seminários</p>		
RECURSOS NECESSÁRIOS		
<p>Para operacionalização das atividades, serão necessários os seguintes recursos:</p> <p>Projetor de multimídia;</p> <p>Lousa, pincel marcador, apagador;</p> <p>Laboratório de Suporte Básico a Vida com materiais como manequim de RCP, Prancha de resgate, Tala de Imobilização, dentre outros.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Bibliografia Básica</p> <p>SENAC. Primeiros Socorros - como agir em situações de emergência. São Paulo: SENAC, 2011.</p>		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

SOUSA, L. M.M de. **Primeiros Socorros: Condutas Técnicas**. 1ª Ed. São Paulo: Iatra, 2010.

VARELLA, D; JARDIM, C. **Primeiros Socorros: Um Guia Prático**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

Bibliografia Complementar

CHAPLEAU, Will. **Manual de emergências: um guia para primeiros socorros**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 408p.

FLEGEL, Melinda. **Primeiros Socorros no esporte**. Barueri: Manole, 2008. 308p.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Segurança do Trabalho em Sistemas Elétricos

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 5º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Anrafel Barbosa

EMENTA

Conceitos básicos de eletricidade, lei de ohm (tensão, corrente, resistência e potência elétricas). Introdução a segurança com eletricidade: definições, classificações, avaliações dos riscos em instalações e serviços com eletricidade; Medidas de controle do risco elétrico; Conceitos das Normas Técnicas Brasileiras sobre eletricidade e da Norma Regulamentadora N° 10.

OBJETIVOS

Geral

Proporcionar uma visão ampla sobre a indústria de energia elétrica, enfocando, principalmente, conteúdos relacionados aos riscos com energia elétrica.

Levar o aluno a ter um comportamento reflexivo sobre os perigos e acidentes com energia elétrica presentes nos ambientes laborais e que interferem em forma de prejuízo na saúde do trabalhador.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Específicos

Relacionar a segurança do trabalho com os trabalhos realizados na indústria da energia elétrica;

Identificar os riscos com energia elétrica;

Aplicar as Normas Regulamentadoras (NR 10) e legislação pertinente;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A indústria de energia elétrica: a origem, características, desafios da indústria, tecnologias utilizadas para segurança na área elétrica, características da segurança do trabalho associados as operações em sistemas elétricos de potência, tecnologias e procedimentos aplicados ao setor elétrico destinados à segurança operacional, aspectos específicos das normas regulamentadoras aplicadas.

Conceitos básicos de eletricidade, lei de ohm (tensão, corrente, resistência e potência elétricas);

Estudo da NR 10.

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Construção grupal;

Trabalhos individuais;

Aula prática com equipamentos de medição;

Seminários;

Exercícios de fundamentação teórica.

AValiação DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;

relatório de aula prática;

apresentação de seminários.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Projetor multimídia;

Lousa, lápis para quadro e apagador;

Slides com apresentação do conteúdo;

Vídeos;

Textos de periódicos;

Equipamentos de medição;

Livros.

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

CARVALHO, Ruy de Quadros, **Tecnologia e Trabalho Industrial**, L&PM Editores, 1987;

GUSSOW, Milton. **Eletricidade básica**: 247 problemas resolvidos e 379 problemas propostos. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997. 639p;

Norma Regulamentadora Número 10.

Referência / Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR – Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 09 out. 12.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Segurança do Trabalho na Agricultura e Pecuária

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Érika do Nascimento Fernandes Pinto

EMENTA

Atividades agropecuárias; Perfil do trabalhador agropecuário; Norma Regulamentadora do Trabalho Rural – NR 31; classificação e controle dos riscos no trabalho agropecuário; agricultura orgânica e seus benefícios.

OBJETIVOS

Geral

Conhecer o trabalho agrícola e os riscos presentes nesse tipo de atividade a fim de desenvolver a habilidade de gerenciar riscos específicos das atividades agrícolas.

Específicos

Identificar as atividades típicas do trabalho agrícola;

Conhecer o perfil do trabalhador agrícola;

Conhecer a Norma Regulamentadora do trabalho rural – NR 31;

Aplicar a Norma Regulamentadora do trabalho rural – NR 31 com eficácia;

Classificar os riscos do trabalho agrícola;

Priorizar as medidas de controle coletivas;

Conhecer os Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

Conhecer a Agricultura Orgânica e seus benefícios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

Introdução ao trabalho agrícola

Características dos trabalhadores e das atividades

Ferramentas e maquinário utilizados

Condições do ambiente de trabalho

Norma Regulamentadora do trabalho rural – NR 31

Os riscos e a segurança no trabalho agrícola

Riscos físicos

Riscos químicos

2.1. os agrotóxicos e seus impactos

2.2. controle por medidas individuais e coletivas

Riscos biológicos

3.1 animais peçonhentos e endemias rurais

Riscos Ergonômicos

Riscos de acidentes

5.1. cortes, Mutilações e capotamentos,

5.2. contaminação por envenenamento causado por defensivos agrícolas

Agricultura Orgânica

Conceitos e benefícios

Qualidade de vida humana e preservação do meio ambiente

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Estudo de casos reais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Construções grupais;

Aula de campo;

Seminários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;

relatório de aula de campo;

apresentação de seminários.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme Regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Projeter multimídia;

Lousa, lápis para quadro e apagador;

Slides com apresentação do conteúdo;

Vídeos;

Textos de periódicos;

Livros.

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

BRASIL. Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho: segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura, NR-31**. Atlas, São Paulo, 2010.

GARCIA, Eduardo Garcia. **Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos**. FUNDACENTRO, São Paulo, 2005.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Manual Prático de Agricultura Orgânica - Fundamentos e Técnicas**. Via orgânica, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Referência/Bibliografia Complementar

GARCIA, Eduardo Garcia. **Segurança e Saúde no Trabalho Rural: a questão dos agrotóxicos**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2001.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Defensivos Alternativos e Naturais para uma Agricultura Saudável**. Via orgânica, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Auditorias, Perícias e Laudos

CURSO: Superior de Tecnólogo em Segurança no Trabalho

SEMESTRE: 5º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Érika do Nascimento Fernandes Pinto

EMENTA

Elementos da auditoria; tipos de auditoria; noções de OHSAS 18.001; perícias de engenharia de segurança (de insalubridade, de periculosidade e de indenização por acidentes no trabalho); investigação de acidentes do trabalho; leitura e impugnação de laudo pericial.

OBJETIVOS

Geral

Conhecer auditorias, perícias e laudos da engenharia de segurança do trabalho, contextualizando a função de cada um dos tipos de perícias no âmbito das obrigações legais do empregador e dos direitos e deveres também legais dos trabalhadores.

Específicos

Conceituar auditoria, perícia, laudo, perito e assistente técnico;

Identificar a função do perito e a do assistente técnico, diferenciando-as;

Diferenciar os adicionais de insalubridade e periculosidade;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Internalizar os conceitos de agentes insalubres e perigosos;

Diferenciar os tipos de perícias (de insalubridade, de periculosidade e de indenização por acidente de trabalho);

Compreender laudos periciais;

Impugnar laudos periciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Auditoria

- Tipos Auditoria

- Noções de OHSAS 18.001

- Ferramentas de auditoria

Perícias de Engenharia de Segurança do Trabalho

- Perícia e Laudo Pericial

- Perito e Assistente Técnico

Perícias de Insalubridade

- Adicional de Insalubridade

- Agentes de riscos físicos, químicos e biológicos

- Uso e fornecimento do Equipamento de Proteção Individual

- Condições de trabalho e treinamento

Perícias de Periculosidade

- Adicional de Periculosidade

- Inflamáveis e Explosivos

- Substâncias Radioativas

- Profissionais de segurança pessoal ou patrimonial

- Atividade em motocicleta

- Atividade com energia elétrica

Perícias de Indenização por Acidente de Trabalho

- Condições e circunstâncias do acidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- Atos do acidentado

Leitura e Impugnação de Laudos e Perícias

- Profissionais habilitados

- Formulação dos quesitos

- Impugnação do laudo

- Estudos de caso

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;

Discussões a partir da leitura de periódicos;

Construção grupal;

Estudo de casos reais;

Leitura de laudos;

Impugnação de laudos;

Exercícios de fixação.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

trabalhos grupais;

participação durante as aulas;

atividades avaliativas individuais;

elaboração e apresentação de laudos periciais.

De forma que durante o semestre essas atividades devem compor 03 (três) notas, podendo haver uma atividade de recuperação, caso o aluno não obtenha a média, conforme Regimento.

RECURSOS NECESSÁRIOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Projektor multimídia;
Lousa, lápis para quadro e apagador;
Slides com apresentação do conteúdo;
Vídeos;
Textos de periódicos;
Livros.

BIBLIOGRAFIA

Referência/Bibliografia Básica

ARAUJO, Giovanni Moraes de. **Novo PPP e LTCAT: comentado e ilustrado**. Rio de Janeiro: GVC, 2011. 477p.

ARAUJO, Giovanni Moraes de. **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional - OHSAS 18.001 e *ism Code***: comentados. Rio de Janeiro: GVC, 2006.

BRASIL. Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho: Atividades e Operações Insalubres, NR-15**. Atlas, São Paulo, 2010.

Referência/Bibliografia Complementar

BARROS, et al. **NR-10- Guia Prático de Análise e Aplicação**. Editora Érica. 2010

MANUAIS de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

BRASIL. Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho: Atividades e Operações Perigosas, NR-16**. Atlas, São Paulo, 2010.

SALIBA, Tuffi Messias. PAGANO, Sofia C. R. S. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. São Paulo: LTR, 2010.

YEE, Zung Che. **Perícias de Engenharia de Segurança do Trabalho**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2011. 206 p.

VENDRAME, Antrônio Carlos. **Curso de Introdução à Perícia Judicial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vendrame, 2012. 465 p.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Paulo: LTR. 2011.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Segurança no Trabalho da Construção Civil

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 5º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Renata Paiva da Nóbrega Costa

EMENTA

Introdução ao setor da construção civil: Breve histórico; Características particulares do processo produtivo e da mão de obra; Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais nos canteiros de obras; Riscos ocupacionais. Principais medidas de segurança previstas na NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

OBJETIVOS

Geral

Proporcionar ao aluno um conhecimento detalhado sobre o setor da construção civil brasileira, apresentando os sistemas preventivos de segurança e as medidas de controle dos riscos a serem adotados nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho, de acordo a Norma Regulamentadora (NR 18).

Específicos

Conhecer o histórico do setor da construção civil;

Estudar as características particulares do processo produtivo e da mão de obra do setor;

Identificar as possíveis causas e consequências dos acidentes de trabalho nos canteiros de obras e as formas de preveni-los;

Identificar os principais riscos ocupacionais ligados ao setor;

Apresentar as principais Normas Regulamentadoras aplicáveis à construção civil;

Compreender as principais recomendações legais da NR 18, como parâmetro para adoção de melhorias das condições de segurança do meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

UNIDADE	CONTEÚDO
I	1. Introdução ao setor da construção civil 1.1 Breve Histórico 1.2 Características do setor 1.2.1 Importância econômica e social nacional 1.2.2 Estatísticas de acidentes de trabalho 1.2.3 Principais subsetores 1.2.4. A construção de edifícios 1.2.4.1 Processos produtivos 1.2.4.2 Fases construtivas 1.2.4.3 Mão de obra 1.2.4.4 Principais riscos ocupacionais 1.2.4.5 Cronograma das obras.
II	2. A Segurança do Trabalho nos canteiros de obras 2.1 Riscos mecânicos, riscos ergonômicos e riscos ambientais 2.3 Possíveis causas de insegurança 2.4 Os princípios da segurança e saúde no trabalho 2.4.1 Medidas de proteção coletiva 2.4.2 Medidas de proteção individual 2.4.3 Principais NRs aplicáveis ao setor.
III	3. NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção). 3.1 Objetivo e campo de aplicação 3.2 Comunicação prévia 3.3 PCMAT 3.4 Áreas de vivência 3.5 Treinamento, habilitação e qualificação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- 3.6 Acidente fatal
- 3.7 CIPA
- 3.8 Ordem e limpeza
- 3.9 Demolição
- 3.10 Escavações, fundações e desmonte de rochas
- 3.11 Carpintaria
- 3.12 Armações de aço
- 3.13 Estruturas de concreto
- 3.14 Estruturas metálicas
- 3.15 Operações de soldagem e corte a quente
- 3.16 Medidas de proteção contra queda de altura
- 3.17 Escadas, rampas e passarelas
- 3.15 Movimentação e transporte de pessoas e materiais
- 3.16 Andaimos e plataformas de trabalho.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, com apresentação de imagens e vídeos; Leitura e discussão de textos técnico/científicos; Roteiro para discussão de PCMATs; Apresentação de seminários; Exercícios orais e escritos; e Visitas Técnicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação será contínuo, através da participação do aluno em sala de aula:

- Lendo e discutindo textos técnico-científicos;
- Realizando exercícios individuais e/ou em grupos;
- Apresentando seminários e/ou trabalho prático (Diagnóstico de um canteiro de obras, de acordo com a NR 18);
- Elaborando relatórios de visitas técnicas;
- Realizando prova escrita.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro de pincel, Notebook, Data show, PCMATs de obras, Textos técnicos de periódicos e artigos científicos.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

FLÁVIO, Rivero Rodrigues. **Prevenindo acidentes na construção civil**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2012.

NUNES, Flávio de Oliveira. **Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Norma Regulamentadora n.º 18**. In: *Segurança e saúde no trabalho: esquematizada (normas regulamentadoras n. 10 a 19) volume 2*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: MÉTODO, 2014.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Norma Regulamentadora n.º 18**. In: *Segurança e Saúde no Trabalho - NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas*. São Paulo: MÉTODO, 2014.

COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 18 – Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/legislacao/norma-regulamentadora-n-18-1.htm>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Educação em Segurança do Trabalho

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 5º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Arilane Florentino Félix de Azevêdo

EMENTA

Estudo, análise, pesquisa e organização de pressupostos teórico-práticos voltados aos processos de ensino e aprendizagem na perspectiva da formação didático-metodológica, na racionalidade comunicativa, argumentativa. Constituição de intervenções educativas contingenciais.

OBJETIVOS

Geral

Compreender os fundamentos teóricos e práticos do processo de ensino-aprendizagem na formação do trabalhador, a partir de um caráter aplicativo-metodológico e dialógico relacional.

Específicos

Estabelecer uma relação entre educação e trabalho, analisando conceitos, implicações sociais, econômicas e pessoais;

Compreender o processo de ensino-aprendizagem no trabalho na perspectiva da educação no exercício profissional, tomando como eixos de debate e análise os saberes teóricos e os saberes práticos;

Experimentar a construção de projetos educativos em segurança do trabalho, utilizando diversos recursos e técnicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: Educação e Trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Conceito de Educação e Trabalho: diálogo e confronto de teorias

Teoria do Capital Humano: uma visão sociológica desenvolvimentista da relação entre educação e trabalho

Educação para o trabalho x educação pelo trabalho

Saberes teóricos e práticos: a relação entre o conhecimento da experiência e o conhecimento científico

Educação profissional: formação inicial e continuada de trabalhadores

Unidade II: Processo de ensino-aprendizagem

Processo de comunicação: componentes, elementos, comunicação verbal, barreiras na comunicação, conflitos de comunicação entre diferentes gerações

Técnicas de comunicação e apresentação: voz, vocabulário, expressão corporal, recursos, resistência e atenção dos participantes

Treinamento e Desenvolvimento: planejamento, meios de realização de treinamentos, plano de aula, técnicas de aprendizagem, avaliação do treinamento

Métodos de treinamento: dinâmicas de grupo e teatro.

Unidade III: Prática de treinamento em Segurança do Trabalho

Educação em segurança no trabalho: construção da cultura prevencionista

Saúde e segurança do trabalhador: quantidade x qualidade das formações

Estratégias de educação em segurança no trabalho.

METODOLOGIA DE ENSINO

. Aulas expositivas, dialogadas e ilustradas com recursos audiovisuais;

Exibição de filmes e debates;

Leituras e discussões de textos e estudos dirigidos;

Trabalhos individuais e coletivos, pesquisas, seminários, resumos, fichamentos e elaboração de projetos e de instrumentos informativos/educativos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Avaliação contínua dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, com mensuração em cada unidade do conteúdo programático;

Análise dos trabalhos escritos e das apresentações orais decorrentes dos estudos do conteúdo programático;

Análise processual da construção dos projetos de intervenção educativa no trabalho;

Acompanhamento da participação do estudante no tocante à disciplina, ao rendimento, à atenção, à participação, à pontualidade e à assiduidade;

Apreciação qualitativa/diagnóstica dos resultados alcançados e dos objetivos com fins de flexibilizar/adequar o conteúdo, a metodologia e os recursos no decorrer do semestre.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco;

Caneta para quadro branco;

Computador;

Projetor;

Biblioteca.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BUONFIGLIO, Maria Carmela (Org.) **Políticas Públicas em Questão: o plano de qualificação do trabalhador**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia Reis Saliba. **Legislação de Segurança, Acidente de Trabalho e Saúde do Trabalhador**. Rio de Janeiro: LTR, 2010.

SZABO JUNIOR, Adalberto Mohai. **Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho**. São Paulo: Editora Rideel, 2013.

Complementar

BLEY, Juliana Zilli. **Comportamento Seguro: a psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes**. Curitiba: Sol, 2007.

Boletim Técnico do SENAC. Disponível em: <http://www.senac.br/conhecimento/bts.html>.

CASTIONI, Remi. **Educação no Mundo do Trabalho: qualificação e competência**. São Paulo: Francis,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

2010.

CATTANI, Antônio David (Org.). **Trabalho e Tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2007 (Coleção Biblioteca 70).

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MACEDO, Lourdes Sales de. **Educação e Segurança no Trabalho**: contribuições da educação profissional e do saber dos trabalhadores da construção civil. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba; João Pessoa. 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1. São Paulo: Nova Cultural: 1986 (Coleção Os Economistas).

MORAES, Francisco de. **Empresas-escola**: educação para o trabalho versus educação pelo trabalho. Rio de Janeiro: SENAC, 2010.

MORAES, Márcia Vilma. **Treinamento e Desenvolvimento**: educação corporativa – para as áreas de saúde, segurança do trabalho e recursos humanos. São Paulo: Editora Erica, 2011.

SASAKI, LuisHiromitsu. **Educação para Segurança do Trabalho**. São Paulo: Escolar, 2007.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. v. 1. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981

6º Período

PLANO DE DISCIPLINA	
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR:	Instrumentação
CURSO:	Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho
Período:	6º



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

CARGA HORÁRIA: 40
DOCENTE RESPONSÁVEL: Diodo Sergio César de Vasconcelos
EMENTA
Conhecimentos básicos sobre equipamentos utilizados em higiene ocupacional.
OBJETIVOS
Conhecer aspectos básicos dos medidores de nível sonoro, suas aplicações e operações de ajuste. Conhecer os procedimentos básicos de operação de dosímetros de ruído, o ajuste de parâmetros normatizados e a interpretação dos relatórios técnicos dos equipamentos. Instrumentação para avaliação de calor ocupacional por monitor de estresse térmico. Aprender sobre equipamentos e dispositivos empregados na avaliação de particulados, bem como características e procedimentos de calibração. Aprender sobre os equipamentos e dispositivos empregados na avaliação de gases e vapores, bem como características e procedimentos de calibração. Aprender aspectos básicos sobre a utilização de luxímetros, termohigroanemometrose e termovisores.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1 – Avaliando o ruído ocupacional: aspectos básicos e uso de decibelímetros 1.1 Considerações iniciais 1.2 Equipamentos para avaliação do nível sonoro 1.3 Classificação dos medidores de nível sonoro 1.4 Tempo de resposta para os sonômetros 1.5 Curvas de compensação (circuitos de compensação, curvas de ponderação) 1.6 Nível equivalente de ruído 1.7 Níveis estatísticos de ruído (LN) 1.8 Dose de ruído 1.9 Nível de critério (<i>Criterion Level</i> – CL) 1.10 Fator duplicativo de dose ou incremento de dose (<i>Exchange Rate</i> – ER) 1.11 Limiar de integração (<i>Threshold Level</i> – TL (TH)) 1.12 Limite de tolerância 1.13 Outras nomenclaturas 1.14 Calibradores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- 1.15 Recomendações na avaliação de ruído com “decibelímetros”
- 1.16 Avaliando o ruído com sonômetro não integrador
- 1.17 Avaliando o ruído com sonômetro integrador
- 2 – Avaliando o ruído ocupacional com dosímetros de ruído
- 2.1 Considerações iniciais
- 2.2 Parâmetros para dosímetros integradores de ruído
- 2.3 Medidor integrador portado pelo trabalhador (dosímetro de ruído)
- 3 – Instrumentação: avaliação de calor ocupacional
- 3.1 Considerações iniciais
- 3.2 Os fatores ambientais
- 3.3 Estrutura física
- 3.4 Local de avaliação
- 3.5 Guia de operação básica
- 3.6 Calibração do instrumento
- 4 – Avaliação de particulados
- 4.1 Considerações iniciais
- 4.2 Avaliação de poeiras
- 5 – Avaliação de gases e vapores
- 5.1 Considerações iniciais
- 5.2 Avaliação com tubos colorimétricos
- 5.3 Avaliação com tubos adsorventes
- 5.4 Avaliação de gases e vapores por ar total
- 5.5 Avaliação de gases e vapores com monitores passivos
- 5.6 Avaliação de gases e vapores com equipamentos eletrônicos
- 6 – Avaliação de espaços confinados
- 6.1 Considerações iniciais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

6.2 Estrutura física

6.3 Guia de operação básica de detector multigas

6.4 Calibração do instrumento

6.5 Fatores de correção e erros comuns

7 – Outros equipamentos utilizados em avaliação ocupacional

7.1 Avaliação do nível de iluminação com luxímetro

7.2 Avaliação da temperatura, umidade e velocidade do ar

7.3 Avaliação com termovisor

7.4 Vibrações

METODOLOGIA DE ENSINO

As técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas se alternam em função do assunto tratado na aula. O professor é tido como um orientador dos alunos e não como um expositor permanente da matéria, pois a transmissão pura e simples dos seus conteúdos traz resultados bem menores ao aprendizado do que a discussão destes. Assim, a metodologia consiste em:

1. Aulas expositivas, dialogadas e com recursos audiovisuais;
2. Discussões a partir da leitura de periódicos;
3. Construção grupal; Trabalhos individuais;
4. Aula prática com equipamentos de medição;
5. Seminários;
6. Exercícios de fundamentação teórica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem fará uso dos seguintes instrumentos:

1. trabalhos grupais;
2. participação durante as aulas;
3. atividades avaliativas individuais;
4. relatório de aula prática;
5. apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

1. Projetor multimídia; Lousa, lápis para quadro e apagador;
2. Slides com apresentação do conteúdo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

3. Vídeos;
4. Textos de periódicos;
5. Equipamentos de medição;
6. Livros.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

_____. **Programa de conservação auditiva**. Disponível em: <www.solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt_BR/PPE_SafetySolutions_LA/Safety/Resources/Two/One/>.

_____. Problemas respiratórios (materiais particulados). **Informativo técnico**, v. 1, n. 21, Jan. 2005. Disponível em: <<http://multimedia.3m.com/mws/mediawebserver?6666660Zjcf6lVs6EVs66Sc3ECOrrrrQ->>.

ARAUJO, Giovanni Moraes de. **Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora GVC, 2013.

ARAUJO, G. M.; REGAZZI, R. D. **Perícia e avaliação de ruído e calor passo a passo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: (s.n.), 2002.

AREASEG. Site de Segurança do Trabalho. **Acústica**. Disponível em: <www.areaseg.com/acustica/>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 5413: Iluminância de interiores**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.labcon.ufsc.br/anexos/13.pdf>>.

_____. **NBR 10151: Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **NBR 10152: Níveis de ruído para conforto acústico**. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **NBR 14787: Espaços confinados – Prevenção de acidentes, procedimentos e medidas de proteção**. Versão Corrigida. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pneumoconioses**. Série A. Normas e manuais técnicos.

Brasília – DF: Editora do MS, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_pneumoconioses.pdf>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

_____. Ordem de serviço INSS/DAF/DSS nº 608, de 05 de agosto de 1998: Aprova norma técnica sobre perda auditiva neurossensorial por exposição continuada a níveis elevados de pressão sonora de origem ocupacional. Disponível em: <www.oficionet.com.br/arquivos_links/INSS/OS608-INSS-05-08-98.pdf>.

_____. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. **Norma Regulamentadora nº 07 (NR 7):** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1978a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E21660130E0819FC102ED/nr_07.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

_____. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. **Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15):** Atividades e Operações Insalubres. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1978b. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A33EF45990134335E790F6C84/NR-15%20\(atualizada%202011\)%20II.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A33EF45990134335E790F6C84/NR-15%20(atualizada%202011)%20II.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. **Norma Regulamentadora nº 17 (NR 17):** Ergonomia. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 1978c. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEFBAD7064803/nr_17.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978: Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. **Norma Regulamentadora nº 33 (NR 33):** Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000138812EAFCE19E1/>>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

NR-32%20(atualizada%202011).pdf>. Acesso em: 03 ago. 2013.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, RJ, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm>.

_____. Decreto nº 6.957, de 09 de setembro de 2009. Altera o regulamento da previdência social. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6957.htm>.

_____. **NHO 01**. (Norma de Higiene Ocupacional 01). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional ao ruído. FUNDACENTRO, 2001a. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Publicacao/NHO01.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2013.

_____. **NHO 04**. (Norma de Higiene Ocupacional 04). Método de coleta e análise de fibras em locais de trabalho. FUNDACENTRO, 2001b. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/ctn/anexos/Publicacao/NHO04.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2013

_____. **NHO 06**. (Norma de Higiene Ocupacional 06). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional ao calor. FUNDACENTRO, 2002. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Publicacao/NHO06.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2013.

_____. **NHO 08**. (Norma de Higiene Ocupacional 08). Coleta de material particulado sólido suspenso no ar de ambientes de trabalho (procedimento técnico). FUNDACENTRO, 2009. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/SES/anexos/NHO08_portal.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **NHO 09**. (Norma de Higiene Ocupacional 09). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional a vibrações de corpo inteiro. FUNDACENTRO, 2013a. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Publicacao/NHO_09_portal.pdf>. Acesso em: 09 maio 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

_____. **NHO 10**. (Norma de Higiene Ocupacional 10). Procedimento técnico – avaliação da exposição ocupacional a vibração em mãos e braços. FUNDACENTRO, 2013b. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Publicacao/NHO10_portal.pdf>. Acesso em: 09 maio 2013.

BRÜEL & KJAER. **Ruído ambiental**. Apostila técnica, 2000.

FERNANDES, João Cândido. **Apostila acústica e ruídos**. Faculdade de Engenharia – Unesp. Bauru, 2005. Disponível em: <<http://www.feb.unesp.br/jcandido/acustica/apostila.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.

GERGES, Samir N. Y. **Ruído, fundamentos e controle**. 2. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

INTERNATIONAL STANDARD. International Electrotechnical Commission (IEC) 61672. 2003a. _____. International Organization for Standardization (ISO) 226. Acoustics – Normal equal-loudness-level contours. 2. ed. 2003b.

MSA. Mine Safety Appliances Company. **Operating manual ALTAIR 4X multigas detector**. Germany, 2012.

MSD. Manual Merck. Biblioteca médica online. **Doenças pulmonares de origem ocupacional**. Disponível em: <<http://www.manualmerck.net/?id=64>>.

_____. **Appendix I:A-3. Sound propagation**. Disponível em: <www.osha.gov/dts/osta/otm/noise/health_effects/soundpropagation.html>.

_____. **Metal & metalloid particulates in workplace atmospheres (atomic absorption)**. Disponível em: <<https://www.osha.gov/dts/sltc/methods/inorganic/id121/id121.html>>.

_____. **OSHA occupational chemical database**. Disponível em: <<https://www.osha.gov/chemicaldata/>>.

_____. **OSHA technical manual (OTM)**. Disponível em: <https://www.osha.gov/dts/osta/otm/otm_toc.html>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PEIXOTO, et al. **Higiene Ocupacional I**. Santa Maria: UFSM/CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2012.

_____. **Higiene ocupacional II**. Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2013.

_____. **Higiene Ocupacional III**. Santa Maria: UFSM, CTISM; Rede e-Tec Brasil, 2013.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados**. 4. ed. São Paulo: Editora LTR, 2010.

SKC. World Leader in Sampling Technologies. **Impact Sampler**. Disponível em: <<http://www.skcinc.com/instructions/38010.pdf>>.

_____. **IOM Sampler** – A gold standard for personal inhalable pm sampling.

Disponível em: <<http://www.skcinc.com/prod/225-70.asp#IOMDownloads>>.

_____. **The SKC conductive plastic cyclone**. Disponível em: <<http://www.skcinc.com/prod/225-69.asp>>.

SPINELLI, Robson et al. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

TORLONI, Maurício; VIEIRA, Antônio Vladimir. **Manual de proteção respiratória**. São Paulo: ABHO, 2003. 168 p.

WHO. World Health Organization. **Occupational exposure to noise: evaluation, prevention and control**. Disponível em: <http://www.who.int/occupational_health/publications/occupnoise/en/>.

WORKSAFEBC. **Sound advice**: a guide to hearing loss prevention programs. Disponível em: <<http://www2.worksafebc.com/Topics/HearingLossPrevention/RegulationAndGuidelines.asp>>. Acesso em: 09 maio 2013.

COMPLEMENTAR

3M. Quest Technology. **3M saúde ocupacional** – Monitores de estresse térmico 3M

QUESTemp. Modelo QUESTemp° 34 & 36. Manual do usuário. 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

ASHRAE. Psychrometrics. **ASHRAE fundamentals handbook**. American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers. Atlanta, 2001. p. 61.

ACGIH. **Limites de exposição ocupacional (TLVs®) para substâncias químicas e agentes químicos & índices biológicos de exposição (BEIs®)**. Tradução: ABHO (Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais). São Paulo: ABHO, 2010.

AUCILIEMS, Andris; SZOCOLAY, Steven V. **Thermal comfort**. PLEA Notes: passive and low energy architecture international in association with department of architecture, the University of Queensland. 2. ed. Brisbane, 2007.

_____. **Noise and hearing loss prevention**. Disponível em: <www.cdc.gov/niosh/topics/noise/noisemeter.html>.

CDC. Centers for Disease Control and Preventional. **Documentation for immediately dangerous to life or health concentrations (IDLHs)**. Disponível em: <<http://www.cdc.gov/niosh/idlh/intridl4.html>>.

NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH (NIOSH). Pettit, Ted and Linn, Herb. **A guide to safety in confined spaces**. Department of Health and Human Services, Centers of Disease Control, p. 5. USA: July, 1987.

NISA. National Industrial Sand Association. **Occupational health program for exposure to crystalline silica in the industrial sand industry**. 2. ed. Washington: National Industrial Sand Association, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/assets/oira_1218/1218_08102011-1.pdf>.

OR-OSHA. **Technical Manual**: sampling, measurement methods, and instruments. Disponível em: <<http://www.orosha.org/pdf/techman/tecman1.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

OREGON OSHA. Occupational Safety and Health Division. **Not desined to be occupied** – Oregon OSHA’s guide to confined space safety. A Division of The Department of Consumer and Business Services. USA, 2013.

OSHA. Occupational Safety & Health Administration. **Appendix I:A. Physics of sound**. Disponível em: <www.osha.gov/dts/osta/otm/noise/health_effects/physics.html>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Direitos Humanos

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

PERÍODO: 6º

CARGA HORÁRIA: 40h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Fabrício de Sousa Morais / Rosemary Ramos Rodrigues

EMENTA

Cultura como expressão dos diferentes grupos humanos. Igualdade, diversidade e diferença. Diversidade étnico-racial brasileira com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros. Abordagens metodológicas e históricas para a educação dos alunos com necessidades especiais. Políticas públicas de inclusão.

OBJETIVOS

Geral

Analisar as questões étnico-raciais e de gênero que permeiam as relações culturais e sociais no Brasil e no mundo contemporâneo.

Específicos

Apresentar os conceitos de Identidade, Alteridade, Etnia e Gênero.

Discutir a formação sociocultural brasileira a partir das relações étnico-raciais e de gênero.

Compreender as questões étnico-raciais (brancos, indígenas e negros) na atualidade.

Debater as questões de gênero e suas implicações na contemporaneidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte conceitual



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Identidade

Alteridade

Etnia

Gênero

Formação sociocultural brasileira

Os indígenas e sua pluralidade cultural

Os europeus e a conquista do território

Os africanos e as migrações forçadas

As relações entre os gêneros

O Brasil e o mito da democracia racial

Questões do Brasil e do mundo contemporâneo: o mundo que temos e o mundo que queremos

A reinvenção dos lugares sociais e culturais femininos

A ressignificação das relações étnicas para a construção de uma sociedade mais justa.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aferição do conhecimento prévio do aluno

Aula expositiva

Leitura, análise e interpretação de textos (no sentido mais amplo do termo: em língua vernácula, pintados, imagéticos, filmicos...)

Pesquisa temática sobre o conteúdo

Pesquisa conceitual

Produção de textos

Debate sobre as temáticas abordadas

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Produção de textos a partir dos conteúdos trabalhados.

Estudo dirigido conceitual.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

Exposição de grupos sobre temáticas estudadas.

Avaliação escrita dissertativa.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Livros

Documentos escritos

TV

DVD

Computador

Internet

Aparelho de som

Dicionários vernaculares e especializados

Livros didáticos

Enciclopédias

Revistas e jornais

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

ARRUDA, Angela (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Trad. Semínaris Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

patriarcal. 50 ed. São Paulo: Global, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: uma visita à história contemporânea.** São Paulo: Sumus, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 24 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** Brasília: MEC/MA-RI/UNESCO, 1995. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002103.pdf>>. Acesso em 26/fev./2013.

SOUZA, Isaac Costa de; LIDÓRIO, Ronaldo (orgs.). **A questão indígena – uma luta desigual: missões manipulação e sacerdócio acadêmico.** Viçosa, MG: Ultimato, 2008.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Segurança do Trabalho em Serviços de Saúde

CURSO: Superior de Tecnólogo em Segurança no Trabalho

Período: 6º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Danilo

EMENTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Introdução: aspectos legais (NR 32); riscos nos ambientes de saúde; doenças infectocontagiosas; planos de emergência; procedimentos de limpeza: desinfecção e esterilização; segurança na coleta de resíduos de saúde; gerenciamento de resíduos de saúde; proteção radiológica.

OBJETIVOS

GERAL

Conhecer os problemas relacionados aos ambientes de saúde: processos e riscos, doenças ocupacionais e legislação NR32 específica.

ESPECÍFICOS

- Discutir o papel do Tecnólogo em Segurança do Trabalho, atuando na prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais dos ambientes de saúde;
- Trabalhar a biossegurança nos ambientes de saúde;
- Propor Planos de emergências nos ambientes de saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Apresentação da Disciplina: Plano de Ensino e Plano de Aulas.

Riscos nos ambientes de saúde: físicos, químicos e biológicos, ergonômicos e de acidentes; Procedimentos de limpeza: desinfecção e esterilização;

Resíduos dos serviços de saúde e sua gestão;

Planos de emergência para ambientes de saúde:

Combate a incêndios,

Falta de água e falta de energia elétrica

Aulas expositivas com data show;

Visitas técnicas em ambientes de saúde (níveis primários, terciários e secundários);

Vídeos;

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

A avaliação da aprendizagem fará uso de uma ou mais estratégias listadas abaixo:

- o Participação do aluno nas atividades dentro de sala de aula.
- o Seminários.
- o Provas escritas .

Elaboração de relatório e mapa de risco de um ambiente de saúde.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Os recursos necessários são: datashow, quadro, pincel de quadro, apagador, papel, vídeo e aparelho para DVD.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BRITO, Lúcio Flávio de Magalhães. **Segurança aplicada às instalações hospitalares**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 444p.

FELDMAN, Liliane Bauer (Org.). **Gestão de risco e segurança hospitalar: prevenção de danos ao paciente, notificação, auditoria de risco, aplicabilidade de ferramentas, monitoramento**. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2009. 391p.

SILVA, José Vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; Duarte, Suelen Ribeiro Miranda. **Biossegurança no contexto da saúde**. São Paulo: Iátria, 2013. 168p.

COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Eduardo de Lucena. **Manual de higiene hospitalar**. Rio de Janeiro: Revinter, 2006. 214p.

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Métodos e Técnicas de Combate à Incêndios e Explosões

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Período: 6º		
CARGA HORÁRIA: 80h		
DOCENTE RESPONSÁVEL: Diogo Sergio César de Vasconcelos		
EMENTA		
Legislação e normas brasileiras relativas à proteção contra incêndio e explosões. Teoria do fogo. Classes de fogo. Métodos de extinção. Agentes extintores. Medidas ativas e passivas de proteção e combate. Plano de Atendimento à Emergências. Brigada de incêndio.		
OBJETIVOS		
OBJETIVOS GERAIS:		
Discorrer sobre a teoria do fogo, suas classes, apresentando técnicas extintoras de combate à incêndio;		
Discutir sobre a legislação específica para proteção contra incêndios, em face da NR 23 e NBR que regulamentam matéria específica;		
Refletir sobre o papel do Tecnólogo em Segurança do Trabalho atuando na prevenção e combate à incêndios como membro de uma equipe multidisciplinar na área de Saúde e Segurança do Trabalho.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:		
Apresentar equipamentos fixos e móveis de combate à incêndio;		
Descrever as etapas necessárias para elaboração de projetos de dimensionamento de saídas de emergência e reserva técnica de incêndio;		
Demonstrar a importância do saber técnico aliado à disponibilidade de equipamentos bem instalados e dimensionados para a prática de combate a incêndio;		
Discutir sobre os procedimentos a serem tomados em situação de pânico;		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
UNIDADE	TEMA	CONTEÚDO
I	Introdução	Fogo: uma visão histórica; Fogo sob controle e fora de controle; Incêndios: a química do fogo, propagação do fogo, triângulo do fogo; pontos críticos da temperatura, curva de temperatura, classes de incêndio e tipos de incêndio; Explosões: faixa de explosividade; Métodos de Extinção; Agentes extintores.
II	Proteção contra incêndios e	Proteção contra incêndios e explosões: prevenção e combate; Medidas ativas e passivas de proteção; Sistema Global de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

	Explosões	Segurança contra Incêndios; Requisitos funcionais na segurança de um edifício.
III	Legislação e Normas Técnicas	Legislação e Normas Técnicas: hierarquia; Legislação Federal: NR 23 e Normas da ABNT; Legislação Estadual; Legislação Municipal; Classificação das Edificações.
IV	Medidas de Proteção Passivas	Reação e resistência dos materiais ao fogo: características, tempo requerido de resistência ao fogo (TRRF); Compartimentação: vertical e horizontal; Portas corta-fogo; Saídas de Emergência; Escadas
V	Medidas de Proteção Ativas	Extintores de Incêndio; Iluminação de emergência; Sistema de detecção e alarme; Chuveiros automáticos (sprinklers); Hidrantes e Mangotinhos; Mangueiras e Acessórios; Sistema de bombeamento.
VI	Plano de Atendimento à Emergências	Plano de Atendimento à Emergências (PAE); Brigada de Incêndio; Plano de Abandono de Área.
METODOLOGIA DE ENSINO		
O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas, com o auxílio de data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos, exibição de vídeos e imagens, além de aula prática.		
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM		
O aluno será avaliado, de acordo com o cronograma estabelecido pela instituição, mediante os seguintes critérios: Avaliação escrita individual; Avaliação contínua, através de exercícios e participação dos alunos; Apresentação de seminários. A Média Final (MF) será calculada a partir das notas obtidas nas avaliações da disciplina e no seminário, conforme a fórmula: $NF = (1^{\text{a}} \text{ Avaliação} + 2^{\text{a}} \text{ Avaliação} + \text{Seminário}) / 3$		
RECURSOS NECESSÁRIOS		
Data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos.		
BIBLIOGRAFIA		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, A.G. Segurança contra incêndios – Sistemas de Hidrantes e de Mangotinhos. São Paulo: LTR. 2010.

CAMILO JÚNIOR, A.B. Manual de Prevenção e Combate à Incêndios. São Paulo: SENAC São Paulo. 2010.

SEGURANÇA e medicina do trabalho. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1150p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Normas Técnicas relacionadas à proteção contra incêndios.

Instruções técnicas do Corpo de Bombeiros do estado de SP. Disponíveis em: <http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/>

Normas técnicas do Corpo de Bombeiros do estado da Paraíba. Disponíveis em: <http://www.bombeiros.pb.gov.br/>

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Gerenciamento de Riscos

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

Período: 6º

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Diogo Sergio César de Vasconcelos

EMENTA

Os riscos empresariais e a Gerência de Riscos. Identificação de Riscos. Técnicas de Análise de Riscos. Avaliação de Riscos. Prevenção e Controle de Perdas. Financiamento de Riscos. Elementos para a tomada de decisão sobre riscos.

OBJETIVOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

OBJETIVOS GERAIS

Planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais de uma organização, no sentido de minimizar os efeitos dos riscos sobre essa organização ao mínimo possível, reduzindo ao mínimo os efeitos das perdas acidentais, enfocando o tratamento aos riscos que possam causar danos pessoais. ao meio ambiente e à imagem da empresa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar técnicas de identificação, prevenção e controle de riscos de forma a encontrar caminhos que garantam prioritariamente a proteção dos trabalhadores contra riscos de acidentes em suas atividades laborais, e a prevenção de perdas econômicas e financeiras decorrentes de Acidentes e falhas.

Mostrar que a responsabilidade pela prevenção destas perdas é de todos na empresa, desde a alta direção até o mais modesto trabalhador.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE	TEMA	CONTEÚDO
I	Os riscos empresariais e a Gerência de Riscos	Termos fundamentais. Natureza e visão dos riscos empresariais.
II	Identificação de Riscos	Checklists e roteiros. Inspeção de Segurança. Investigação de acidentes. Fluxogramas.
III	Técnicas de Análise de Riscos	Álgebra Booleana. APR – Análise Preliminar de Riscos. FMEA – Análise de Modos de Falhas e Efeitos.. Análise de Operação: Técnica de Incidentes Críticos. Análises quantitativas: Análise de Árvore de Falhas.
IV	Avaliação de Riscos	Riscos e probabilidades. Distribuições de probabilidades. Previsão de perdas por estatísticas.
V	Prevenção e Controle de Perdas	Controle de danos, controle de total de perdas e segurança de sistemas. Procedimentos para o desenvolvimento de um programa-piloto de prevenção e controle de perdas.
VI	Financiamento de Riscos	Retenção de riscos. Transferência de riscos.
VII	Elementos para a tomada de decisão sobre riscos	Método para a determinação matemática de prioridades para o controle de riscos. Custo de acidentes. Avaliação das perdas de um sistema. Seguro e auto-seguro. Definição de níveis de franquias,

METODOLOGIA DE ENSINO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas, com o auxílio de data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos, exibição de vídeos e imagens, além de aula prática.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aluno será avaliado, de acordo com o cronograma estabelecido pela instituição, mediante os seguintes critérios:

Avaliação escrita individual;

Avaliação contínua, através de exercícios e participação dos alunos;

Apresentação de seminários.

A Média Final (MF) será calculada a partir das notas obtidas nas avaliações da disciplina e no seminário, conforme a fórmula:

$$NF = (1^{\text{a}} \text{ Avaliação} + 2^{\text{a}} \text{ Avaliação} + \text{Seminário}) / 3$$

RECURSOS NECESSÁRIOS

Data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATTOS, UAO; MÁSCULO, FS (org.) Higiene e Segurança do Trabalho. Rio de Janeiro, Abepro/Elsevier, 2011.

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2011. 254p.

AYRES, Dennis de Oliveira; CORREA, Jose Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ruppenthal, Janis Elisa. Gerenciamento de riscos Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria ; Rede e-Tec Brasil, 2013. Apostila disponível na internet.

DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M. L. Tecnologias consagradas de gestão de riscos. 2 ed. São Paulo: Risk. Tecnologia, 2003. Manual disponível na internet.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Segurança do Trabalho em Condições Especiais

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho

ANO: 2015.2

CARGA HORÁRIA: 80h

DOCENTE RESPONSÁVEL: Diogo Sergio César de Vasconcelos

EMENTA

Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração (NR 22). Segurança e Saúde no Trabalho Portuário (NR 29). Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário (NR 30). Trabalho em Espaços Confinados (NR 33). Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval (NR 34). Trabalho em Altura (NR 35). Segurança e Saúde no Trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados (NR 36).

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

Apresentar condições especiais em que o trabalho humano pode vir a ser realizado de modo que medidas preventivas sejam estabelecidas para evitar o adoecimento do trabalhador, bem como a ocorrência de acidentes de trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Definir e classificar as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Discutir os principais pontos das Normas Regulamentadoras referentes ao trabalho realizado em condições especiais;

Verificar as principais medidas de controle para os riscos identificados nas situações de trabalhos em condições especiais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE	TEMA	CONTEÚDO
I	Normas regulamentadoras	Definição e classificação das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
II	Segurança e Saúde	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, n.º 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

	Ocupacional na Mineração	Regulamentadora n.º 22 do MTE.
III	Segurança e Saúde no Trabalho Portuário	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma Regulamentadora n.º 29 do MTE.
IV	Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma Regulamentadora n.º 30 do MTE.
V	Trabalho em Espaços Confinados	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma Regulamentadora n.º 33 do MTE.
VI	Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma Regulamentadora n.º 34 do MTE.
VII	Trabalho em Altura	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma Regulamentadora n.º 35 do MTE.
VIII	Segurança e Saúde no Trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados	Apresentação e discussão dos principais pontos da Norma Regulamentadora n.º 36 do MTE.

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas, com o auxílio de data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos, exibição de vídeos e imagens, além de aula prática.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O aluno será avaliado, de acordo com o cronograma estabelecido pela instituição, mediante os seguintes critérios:

Avaliação escrita individual;

Avaliação contínua, através de exercícios e participação dos alunos;

Apresentação de seminários.

A Média Final (MF) será calculada a partir das notas obtidas nas avaliações da disciplina e no seminário, conforme a fórmula:

$$NF = (1^{\text{a}} \text{ Avaliação} + 2^{\text{a}} \text{ Avaliação} + \text{Seminário}) / 3$$

RECURSOS NECESSÁRIOS

Data show e quadro branco, bem como livros, textos, artigos científicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Legislação de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 9. Ed. Rio de Janeiro: GVC, 2012. v.1

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: legislação de segurança e saúde no trabalho. 8. Ed. Rio de Janeiro: GVC, 2011. v. 2

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: legislação de segurança e saúde no trabalho. 8. Ed. Rio de Janeiro: GVC, 2011. v. 3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Manual de auxílio na Interpretação e aplicação da norma regulamentadora n.º 35 - trabalhos em altura. Ministério do Trabalho e Emprego. 2012. Disponível na internet.

Francisco Kulcsar Neto, José Possebon, Norma Conceição do Amaral. Espaços confinados : livreto do trabalhador : NR 33 – segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível na internet.

SEGURANÇA e medicina do trabalho. 66ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Optativa

PLANO DE DISCIPLINA

NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Língua Brasileira de Sinais - Libras

CURSO: Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho

PERÍODO: optativa

CARGA HORÁRIA: 40h **CRÉDITOS:** 2

DOCENTE RESPONSÁVEL: Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega

EMENTA

Introdução aos aspectos gramaticais, culturais e textuais da Libras a partir de vivências interativas nesta língua. Relação Língua de Sinais, educação e identidade Surda.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

OBJETIVOS

Geral

Fornecer aos alunos subsídios teóricos e práticos que propiciem a compreensão de aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos da Língua Brasileira de Sinais.

Específicos

- Compreender e reconhecer aspectos da Cultura e da comunidade Surda;
- Aprender e utilizar as saudações em LIBRAS em contexto formal e informal;
- Reconhecer as configurações de mão utilizadas na datilologia e a diferença entre essa e o sinal soletrado;
- Utilizar adequadamente os pronomes pessoais, possessivos e expressões interrogativas;
- Compreender e utilizar adequadamente as expressões não-manuais;
- Identificar e utilizar adequadamente os verbos que possuem concordância;
- Utilizar adequadamente os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos;
- Dar informações que envolvam espacialização: objetos, pessoas e ambientes de casa, escola, escritório, da construção civil e do campo;
- Compreender e produzir pequenos diálogos em LIBRAS;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução aos estudos sobre linguística:
 - Considerações gerais sobre as línguas de sinais: concepções inadequadas
 - (universalidade, caráter mímico), o status da língua.
 - Conceitos: surdo, deficiente auditivo, instrutor, interprete e professor de Libras.
 - Aspectos culturais e sociais da comunidade surda.
 - Parâmetros da Libras: configuração de mão, ponto de articulação, movimento,
 - Orientação e expressão facial e corporal.
 - Datilologia (alfabeto manual)
 - Numerais
 - Sobre a Libras e Linguística
 - Saudações
 - Vocabulário relacionado a atividades do cotidiano.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

- Dias da semana e meses do ano.
- Aspectos gramaticais:
- Sinais – parâmetros formacionais: configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial.
- Datilologia (alfabeto manual).
- Pronomes pessoais e advérbio de lugar.
- Pronomes demonstrativos e interrogativos.
- Verbos com e sem marca de concordância.
- Sinais soletrados.
- Estudo da espacialização: objetos e pessoas; ambientes de casa, escola, escritório, da construção civil e do campo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aula expositiva teórico-prática, aulas de conversação.
- Exibição de vídeos em Libras e filmes que abordem a temática da surdez.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

- O processo de avaliação será contínuo, através da participação do aluno em sala de aula:
 - Atividades escritas e conversação.
 - Realizando exercícios individuais e/ou em grupos.
 - Apresentando seminários.
 - Realizando prova escrita e/ou prática conversação.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Computador, data show, quadro branco, pincel e filmes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRITO, Lucinda Ferreira Brito. Por uma gramática da língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro UFRJ, 1995.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Edusp, 2009. Vol. I e II.
- COUTINHO, Denise. Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças. Vol. 1 João Pessoa:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Idéia, 2009.

- ❑ _____, Denise. Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças. Vol.2 João Pessoa: Idéia, 2009
- ❑ FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico, livro do aluno cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.
- ❑ QUADROS, Ronice Muller de & KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artemed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ❑ GÓES, Maria Cecília de. O Papel da Linguagem no Desenvolvimento Humano: Questões Relativas à Condição da Surdez. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Coleção educação contemporânea).
- ❑ PIMENTA, Nelson e Ronice Muller de Quadros. Curso de Libras 1. Rio de Janeiro, RJ: LSB Vídeo, 2006.
- ❑ QUADROS, Ronice Muller de. Bilinguismo. Educação de Surdos: a aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- ❑ STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda – Florianópolis: Ed. DA UFSC. 2008.

3.10 Proposta pedagógica

O Instituto Federal da Paraíba em sua proposta pedagógica procura desmistificar o difuso conceito de educação tecnológica associada a dicotomia entre a formação geral e a profissionalizante, desenvolvida numa visão restrita e pragmática do trabalho humano, dimensionado como ocupação, para que ultrapasse a preparação para o trabalho ou apenas para o desenvolvimento tecnológico.

Desta forma, a educação tecnológica deve ser compreendida como a conjugação interativa entre a educação geral e a tecnologia, valorizando e contextualizando os indivíduos no processo, nas tendências e limites da realidade produtiva e social (PDI, 2015).

Sua abordagem é dirigida para a formação do educando no sentido do pensar, saber, saber fazer e saber ser nas várias dimensões frente ao desenvolvimento tecnológico e suas repercussões sociais. A Educação Tecnológica está para formar um indivíduo mais crítico e consciente na construção da história do seu tempo com possibilidade de construir novas tecnologias, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais (PDI, 2015).

Ressalta-se também que para se viabilizar uma prática pedagógica coerente, os recursos didáticos deverão ser diversificados; a avaliação processual e formativa, o que supõe atividades pedagógicas diferenciadas, amparadas em aprendizagens significativas, que consigam atender à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

diversidade de níveis de estrutura cognitiva, resultada das diferentes condições de vida e de motivações dos estudantes (PDI, 2015).

3.11 Metodologia de Ensino

A prática pedagógica no CST em Segurança no Trabalho, em conformidade com o PDI (2015), busca estabelecer relação com contexto sócio-histórico-cultural dos aprendizes, tendo como horizonte a superação de consciências ingênuas e a busca de consciências críticas, capazes de refletirem sobre a cultura em seu sentido amplo, assumindo as incertezas de um projeto original, pluralista e transgressor das concepções pedagógicas conservadoras, que relacione cultura formal e informal.

Os procedimentos metodológicos do CSTST são definidos em consonância com os objetivos e o perfil profissional do egresso, estes visam estimular a curiosidade, percepção e criatividade do aluno na construção do saber. O curso é ofertado na modalidade presencial, com duração mínima de 3 anos, distribuído em 6 períodos. A sequência das disciplinas possibilita a interligação dos conteúdos e a interdisciplinaridade.

Na definição da nova matriz curricular estabeleceu-se que as cargas horárias das disciplinas semanais reduziriam de 25h/s para 20h/s.

As atividades das disciplinas, principalmente as diretamente relacionadas à área, baseiam-se em: aula expositiva dialogadas, práticas de laboratório e visitas técnicas. Essas atividades são desenvolvidas em ambientes diferenciados de acordo com a necessidade da disciplina e de seu conteúdo (sala de aula, laboratórios, em campo). De acordo com as especificidades diversos métodos e técnicas de ensino são adotados como: aulas expositivas dialogadas, apresentação de seminários, práticas em laboratórios, visitas técnicas e pesquisas de campo.

As disciplinas técnicas promovem o conhecimento dos avanços tecnológicos inerentes à profissão.

Buscando aproximar o discente com o mercado de trabalho o curso oferece visitas externas às feiras de exposições, congressos, fábricas e empresas da Paraíba e/ou nos estados circunvizinhos. Palestras com profissionais que atuam nas áreas inerentes e correlatas ao curso são oferecidas com objetivo de apresentar ao aluno o ambiente e as situações reais do mercado de trabalho.

Todas essas estratégias visam garantir as competências e habilidades pretendidas ao profissional em Tecnologia em Segurança no Trabalho, de maneira a torná-lo um sujeito proativo e preparado para o mundo do trabalho.

3.12 Flexibilidade Curricular

A proposta pedagógica do Instituto Federal da Paraíba permite a flexibilidade curricular através do processo de reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos. Como também assegura ao discente o aproveitamento de estudos.

O processo de flexibilidade curricular é regulamentado pelas Normas Didáticas para Cursos Superiores do IFPB, aprovada pela Resolução No. 03/2009:

CAPÍTULO I - DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIAS/ CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

Art. 1º - Os discentes devidamente matriculados em curso de graduação do IFPB poderão solicitar reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos para fins de abreviação do tempo de integralização de seu curso,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

§ 1º - O reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos far-se-á mediante exames a serem prestados pelo interessado, nas épocas apropriadas, previstas no calendário acadêmico, desde que tenha seu pedido aceito.

§ 2º - A avaliação do processo de reconhecimento de competência/conhecimento será realizada semestralmente, de acordo com as condições estabelecidas em Edital específico da Coordenação do Curso.

Art. 2º - Para efeito de reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos, as disciplinas dos cursos são divididas em:

- a) Grupo I - Disciplinas Básicas, Científicas e Instrumentais: Disciplinas de formação geral pertencente à base de conhecimentos do curso.
- b) Grupo II - Disciplinas Tecnológicas: Disciplinas do núcleo específicos do curso e que aprofundam conhecimentos na área de formação.

Parágrafo Único - As disciplinas são identificadas em cada grupo no Projeto Pedagógico do Curso e no Edital específico, emitido pela Coordenação do Curso.

Art. 3º - O reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos será realizado por disciplina, sendo a solicitação e avaliação realizada no período imediatamente anterior ao da sugestão de bloqueio da disciplina.

Não será permitido reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos correlatas às disciplinas da bloqueio do primeiro período do curso;

O reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos será permitido uma única vez por disciplina, desde que o(a) discente não tenha sido reprovado(a) ou trancado a mesma;

O reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos não se aplica ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC nem ao Estágio Supervisionado, ambos com regulação própria.

Art. 4º - Para cada disciplina será composta uma banca avaliadora, formada por 03 (três) professores, presidida pelo professor da disciplina no semestre em questão.

§ 1º - A banca avaliadora será responsável pela elaboração dos instrumentos de avaliação apropriados, bem como pelo procedimento a ser adotado que pode incluir provas práticas e/ou teóricas;

§ 2º - A avaliação deve ser realizada de forma individual e levar em consideração aspectos quantitativos e qualitativos da formação do aluno na matéria em questão;

§ 3º - Será aprovado o aluno que tiver desempenho igual ou superior a 70 (setenta).

Art. 5º - Para a inscrição no processo de reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos nas disciplinas do Grupo I, o discente deve protocolar requerimento à Coordenação do Curso, no período previsto no Edital específico, devendo anexar ao requerimento os documentos que comprovem seu aproveitamento em disciplinas equivalentes ou afins daquela que está solicitando o reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos.

§ 1º - Para comprovação do seu extraordinário desempenho na área de conhecimento, o discente deve comprovar exames de proficiência, histórico escolar de séries anteriores, certificados de conclusão de cursos relacionados à matéria, todos com excelente desempenho ou outros documentos que atestem sua competência na área;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

§ 2º - O coordenador do curso deve encaminhar a solicitação à banca avaliadora de cada disciplina, devendo a mesma se responsabilizar, com base na documentação apresentada, pela seleção inicial dos alunos que serão submetidos à avaliação num prazo máximo de 15 (quinze) dias;

§ 3º - Somente terão direito a participar da avaliação os(as) discentes que comprovarem, através de documentos, que possuem competências na área da disciplina solicitada;

§ 4º - Após a seleção inicial, a Coordenação do Curso publicará uma relação dos alunos selecionados para o processo de reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos, devendo também conter o local e horário da avaliação de cada disciplina.

Art. 6º - Para a inscrição no processo de reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos nas disciplinas do Grupo II, o discente deve protocolar requerimento à Coordenação do Curso, no período previsto no Edital específico, devendo anexar ao requerimento os documentos que comprovem sua experiência profissional na área de estudo ou afins da que está solicitando o reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos.

§ 1º - Para comprovação da experiência profissional na área, o discente deve comprovar através de diplomas de cursos técnicos ou superiores, certificados de cursos extracurriculares, certificados de participação em treinamentos ou cursos de qualificação, declarações de empresas, descritivos de função, contratos de trabalho, anotações de responsabilidade técnica ou outros documentos que atestem sua competência na área em avaliação.

§ 2º - O coordenador do curso deve encaminhar a solicitação à banca avaliadora de cada disciplina, devendo a mesma se responsabilizar, com base na documentação apresentada, pela seleção inicial dos alunos que serão submetidos à avaliação num prazo máximo de 15 (quinze) dias;

§ 3º - Somente terão direito a participar da avaliação os(as) discentes que comprovarem, através de documentos, que possuem competências na área da disciplina solicitada;

§ 4º - Após a seleção inicial, a Coordenação do Curso publicará uma relação dos alunos selecionados para o processo de reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos, devendo também conter o local e horário da avaliação de cada disciplina.

Art. 7º - Após a avaliação, a banca avaliadora deve encaminhar à Coordenação do Curso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o resultado, em ficha individual assinada por todos os membros da banca.

Art. 8º - A Coordenação do Curso será responsável pela inserção do resultado no Sistema Acadêmico, o que deve ocorrer até o final do período letivo previsto no calendário acadêmico.

§ 1º - Somente serão inseridos os resultados dos discentes aprovados;

§ 2º - O resultado obtido no processo de reconhecimento de competências/ conhecimentos adquiridos não será computado no Coeficiente de Rendimento Escolar – CRE do discente.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 9º - Será assegurado o direito ao aproveitamento de estudos realizados ao(à) discente que:

- a) for classificado em novo Concurso Vestibular;
- b) tenha efetuado reopção de curso;
- c) tenha sido transferido;
- d) tenha reingressado no curso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- e) ingressar como graduado;
- f) tenha cursado com aproveitamento a mesma disciplina ou equivalente em outro curso de graduação de outra Instituição, devidamente reconhecido.

Parágrafo Único – Deverá integrar o requerimento de aproveitamento de estudos o plano de ensino da respectiva disciplina e histórico escolar, devidamente carimbados e assinados pela Instituição.

Art. 10 - Será concedido ao(à) discente ingresso o direito de requerer, junto à Coordenação do Curso, o aproveitamento de estudos no próprio semestre letivo, conforme prazo estabelecido pelo Edital de Matrícula.

Art. 11 - Para o segundo período letivo o aproveitamento de estudos deverá ser solicitado em semestre anterior ao da oferta da disciplina/componente curricular, conforme período estabelecido no Calendário Acadêmico do Ensino Superior.

Art. 12 - O(a) discente ingresso que obtiver dispensa de disciplinas, por intermédio de aproveitamento de estudos, terá acesso ao resultado do processo de comprovação em causa, no prazo estipulado de até 15 (quinze) dias, a contar do início do semestre letivo, para que o mesmo possa efetivar matrícula em outra(s) disciplina(s).

Art. 13 - Para o aproveitamento de estudos de componentes/disciplinas de uma matriz curricular para outra deve levar em conta os critérios.

- a) equivalência de conteúdos;
- b) objetivos da disciplina;
- c) atualização dos conhecimentos;
- d) condições de oferta e desenvolvimento;
- e) correspondência de no mínimo 90% da carga horária exigida.

§ 1º - A nota do aproveitamento de estudo não será incluída no cômputo do CRE.

§ 2º - O parecer será emitido pelo(a) docente da disciplina.

4 Atividades Articuladas ao Ensino

4.1 Trabalho de Curso

O Projeto de Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC) consta de um trabalho individual desenvolvido no sexto e último período do curso pelo aluno, tem carga horária de 40h, é acompanhado de orientação de um professor com titulação mínima de Especialista. O trabalho deverá ser apresentado a uma banca examinadora composta por 03 membros, sendo o orientador e dois examinadores.

O TCC é um componente curricular obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, podendo, ser desenvolvido nas seguintes modalidades:

- I. De Caráter Científico: cuja finalidade é a solução de um problema através de procedimentos científicos, gerando um novo conhecimento útil à atividade ou ao projeto de segurança no trabalho;
- II. De Caráter Prático: cuja finalidade será resolver um problema técnico, utilizando os conhecimentos e tecnologias já existentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, de acordo com o seu projeto pedagógico, o TCC será desenvolvido na disciplina TCC.

Os TCC deverão ser apresentados em forma de monografia ou de artigo. As monografias conterão no mínimo: introdução, revisão de literatura, objetivos, metodologia, resultados e discussões, conclusão e referências. Os artigos de Caráter Científico ou prático terão o mínimo 15 (quinze) e o máximo 20 (vinte) laudas. O texto poderá ser editado utilizando-se o processador de texto Word for Windows. A formatação deverá seguir as normas técnicas da ABNT.

O formato do papel deverá ser A4, orientação retrato, com margens 2,0cm, superior, inferior, esquerda e direita. Apenas a primeira página deverá ter a margem superior igual a 4,0cm onde será incluído o cabeçalho da Instituição.

Os itens e subitens deverão ser alinhados à esquerda e apenas a primeira letra maiúscula e em negrito. As grandezas deverão ser expressas no Sistema Internacional (SI) e a terminologia científica (incluindo a nomenclatura e os símbolos gregos) deverão seguir as convenções internacionais de cada área em questão.

O TCC tem os seguintes objetivos:

- I. Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada;
- II. Desenvolver a capacidade de planejamento para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- III. Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;
- IV. Estimular o espírito empreendedor através da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos e processos;
- V. Intensificar a extensão universitária através da resolução de problemas existentes no setor produtivo e na sociedade;
- VI. Estimular a construção do conhecimento coletivo.

Linhas de Pesquisa do TCC:

Os TCC a serem desenvolvidos no Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho poderão se enquadrar em uma ou mais linhas de pesquisa definidas a seguir:

Linha 1: Segurança no Trabalho - Esta linha de pesquisa objetiva o registro das atividades relacionadas aos riscos ergonômicos e de acidentes (mecânicos), abordando os conceitos, disseminação do conhecimento e das tecnologias empregadas a segurança do trabalhador.

Linha 2: Higiene Ocupacional - Aborda os conceitos relativos à qualidade do ambiente de trabalho, quanto aos aspectos de segurança, conforto e à satisfação dos usuários em suas atividades laborais. Está relacionada aos riscos físicos, químicos e biológicos.

Linha 3: Saúde no Trabalhador - Aborda medidas de proteção à saúde do trabalhador. Relacionados aos riscos ambientais.

4.1.1 Acompanhamento do trabalho de curso

O acompanhamento dos discentes no TCC será feito por um docente orientador escolhido pelo discente ou designado pelo coordenador do curso, observando-se sempre a área de conhecimento em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

que será desenvolvido o projeto, a área de atuação e a disponibilidade do docente orientador. Se houver necessidade, poderá existir a figura do co-orientador, para auxiliar nos trabalhos de orientação e/ou em outros que o orientador indicar, desde que aprovados pelo coordenador de curso.

O acompanhamento dos TCC será feito através de reuniões semanais (uma hora por semana), previamente agendadas entre o docente orientador e o orientando, devendo o cronograma ser apresentado ao docente de Projeto de Graduação juntamente com o projeto de pesquisa, até 20 (vinte) dias corridos após o início do semestre letivo. As atividades são registradas em formulário próprio, Controle de Acompanhamento de Orientação, que é entregue a coordenação no final do semestre ao professor responsável pela disciplina Projeto de Graduação.

É obrigatória a participação do discente em pelo menos 75% das reuniões de orientação.

4.1.2 Consecução e Avaliação do TCC

Para ter direito a matrícula no TCC, o discente deverá atender às seguintes exigências:

- I. Estar regularmente matriculado no curso e dentro do período de integralização;
- II. Ter cursado e ter sido aprovado em todas as disciplinas integrantes do 1º ao 5º semestres do curso.
- III. Ter o projeto de pesquisa (desenvolvido preferencialmente nos quarto e quinto períodos do curso na disciplina Pesquisa Científica I e II) aprovado, por uma banca com 03 docentes do curso. O discente deverá requerer à Coordenação do Curso matrícula na disciplina TCC, via protocolo, até 20 (vinte) dias corridos após o início do semestre letivo, anexando ao requerimento 03 cópias do projeto de pesquisa que norteará o seu TCC e uma carta de anuência do orientador. O projeto de pesquisa deverá seguir o modelo apresentado no Manual de orientação para a elaboração de projeto de pesquisa para a realização de trabalhos de conclusão de curso, fornecido pelo professor da disciplina TCC. A nota da avaliação do projeto de pesquisa não será considerada na nota final do TCC.

A pré-defesa corresponderá à segunda etapa de consecução do TCC, e tem caráter avaliativo parcial do estágio em que se encontra o trabalho, antes da defesa final. Deverão ser entregues ao professor de TCC 03 (três) cópias impressas do trabalho para a pré-defesa no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o início do semestre letivo, acompanhado de carta de anuência do orientador. Passando dessa fase de pré-banca, o discente passará para a defesa.

A defesa é o último estágio da avaliação do TCC, devendo ser avaliado a partir do trabalho impresso e de uma defesa oral pública. A defesa pública deverá ser realizada em aproximadamente 120 (cento e vinte) dias corridos após o início do semestre letivo. Deverão ser entregues 03 (três) cópias do trabalho com todo o conteúdo, em data, hora e local publicados em edital pela coordenação do curso, juntamente com uma declaração de anuência do orientador. A avaliação da defesa será realizada através da leitura e da análise do texto apresentado à banca examinadora e da defesa oral do discente. A defesa oral será aberta ao público, em local, datas e horários amplamente divulgados, tendo o discente 30 (trinta) minutos para fazer sua apresentação.

A banca examinadora formada por no mínimo 03 (três) docentes, incluindo-se o orientador, que a presidirá, podendo ser complementada por outros membros, inclusive por profissional do mercado que atue na área do projeto realizado. Os examinadores serão indicados pelo orientador, vinculados ao próprio IFPB ou a outra instituição de ensino superior. Cada membro da banca deverá preencher a ficha de avaliação emitindo uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos ao trabalho. A nota do aluno dar-se-á através de média aritmética. Caso o trabalho obtenha Média Semestral (MS) inferior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselho superior@ifpb.edu.br

a 70 (setenta) e igual ou superior a 40 (quarenta) pontos, o discente terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para entregar ao professor de Projeto de Graduação uma nova versão do trabalho, que corresponderá a uma Avaliação Final (AF), como determinam as Normas Didáticas do IFPB. Para a avaliação final o discente deverá atender a todas as exigências registradas em ata pela banca examinadora. Será marcada uma segunda defesa pública do trabalho, mantendo-se a mesma banca examinadora e acrescentando-se aos critérios de avaliação a evolução do trabalho.

Após a defesa pública, o discente aprovado terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para fazer as correções sugeridas pela banca examinadora e entregar a versão final do TCC, juntamente com uma declaração de anuência do orientador. Deverão ser entregues 01 cópia impressa em uma única face e encadernada em capa dura e 01 cópia digital, em CD ou DVD.

Considerar-se-á aprovado na disciplina de TCC o(a) discente que:

I. obtiver média semestral (MS) igual ou superior a 70 (setenta) pontos e frequência igual ou superior a 75%.

II. após avaliação final (AF), obtiver média final (MF) igual ou superior a 50 pontos.

Os discentes são estimulados a publicar seus trabalhos nos eventos científicos internamente na Semana Científica de Ciência e Tecnologia do IFPB, bem como externamente.

A importância do TCC, diz respeito, sobretudo a contextualização do conteúdo apreendido ao longo do curso, nesta atividade o aluno desenvolve as habilidades e competências curriculares adquiridas.

5 Atividades Complementares

Compreendem-se como atividades complementares todas e quaisquer atividades não previstas no conjunto das disciplinas obrigatórias do currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e técnico do futuro profissional.

Atendendo à Resolução CNE/CP 2/2002 e o Art. 12 das Normas didáticas do Ensino Superior do IFPB, a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho contempla as atividades acadêmico-científico-culturais como atividades complementares/extracurriculares que os alunos devem realizar, visando enriquecer sua formação e ampliar conhecimentos. Essas atividades têm, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como objetivos principais:

- articular o trinômio: Ensino, Pesquisa e Extensão;
- desenvolver a cultura da responsabilidade social e da capacidade empreendedora do aluno;
- ampliar a diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo aluno;
- possibilitar ao aluno o exercício da cidadania, atuando como sujeito ativo e agente do processo histórico;
- promover a contextualização do currículo a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais.
- devem, assim, privilegiar:
 - a) a complementação da formação social, humana e profissional;
 - b) atividades de caráter comunitário e de interesse coletivo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- c) atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica;
- d) atividades esportivas e culturais, além de intercâmbios com instituições congêneres.

Para a conclusão desse Curso, são exigidas 100 horas de atividades complementares (AC). Tais atividades podem ser cumpridas entre o primeiro e o último períodos, dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba ou em outra instituição, pública ou privada, respeitando-se a sua adequação à atividade proposta, devidamente formalizada junto à coordenação do curso.

As atividades complementares integram, em caráter obrigatório, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, que compreende as seguintes categorias de atividades: ensino, pesquisa, extensão, práticas profissionalizantes e outras atividades oferecidas pela Coordenação do Curso que visem à formação complementar do aluno. As atividades complementares específicas serão descritas no regimento interno estabelecido e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Consideram-se atividades complementares as seguintes:

- atividades de pesquisa: participação grupos de pesquisa, projetos científicos, apresentação ou publicação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- participação na organização de eventos técnico-científicos de interesse da Instituição em atividades afins ao curso;
- atividades de extensão: participação em projetos de extensão com a comunidade ou em eventos técnico-científicos;
- outras atividades oferecidas pela Coordenação do Curso que visem sua formação complementar.

O aluno deverá solicitar à Coordenação do Curso a inclusão da carga-horária de Atividades Complementares em seu histórico escolar, através de requerimento específico e devidamente comprovado, mediante declaração ou certificado informando a carga-horária, de realização, aproveitamento e frequência. O pedido será analisado pelo Coordenador do Curso ou por uma comissão designada para esse fim, que poderá deferir ou indeferir o pedido, com base nestas normas. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado de Curso.

A tabela abaixo apresenta a relação das atividades complementares relacionadas à carga horária equivalente e máxima. O aluno deverá realizar 100 horas de Atividades Complementares:

Atividades complementares ¹	Carga horária equivalente	Carga horária máxima
Monitoria (em disciplina que compõe o currículo do curso)	10 h/mês	40 horas
Estágio extracurricular (devendo atender as legislação nacional de estágios supervisionados)	50 h/estágio	50 horas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Iniciação científica (participação em projeto devidamente formalizados na instituição e/ou órgãos de fomento a pesquisa na área do curso)	20 h/projeto	40 horas
Atividades de Extensão (participação em atividades devidamente formalizados na instituição)	20 h/projeto	40 horas
Representação e administração em entidades estudantis (integrante de centro acadêmico, membro de colegiado do curso, integrante do DCE da Instituição)	05 h/mandato	10 horas
Congressos, seminários, encontros, simpósios e afins de caráter científico e/ou tecnológico, na área de segurança no trabalho (participação como ouvinte)	05 h/ evento	30 horas
Congressos, seminários, encontros, simpósios e afins de caráter científico e/ou tecnológico, na área de segurança no trabalho (participação como apresentador de trabalho) Obs. Atividades concomitantes, não são cumulativas, deve-se contar a maior pontuação.	07 h/evento	28 horas
Palestras/mesas redondas/oficinas, na área de segurança no trabalho (participação como ouvinte)	01 h/evento	10 horas
Palestras/mesas redondas/oficinas, na de segurança no trabalho (participação como debatedor)	02 h/evento	12 horas
Cursos ou minicursos, na área de segurança no trabalho (participação como ouvinte)	03 h/evento	15 horas
Cursos ou minicursos, na área de segurança no trabalho (participação como ministrante)	03 h/evento	12 horas
Participação em concursos, na área de segurança no trabalho	20 h/ concurso	20 horas
Participação em empresas juniores e/ou empresas incubadas que tenham vínculos com o IFPB.	10 h/projeto concluído	50 horas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Curso de língua moderna	03 h/ semestre aprovado	09 horas
Visitas técnicas extracurriculares na área do curso, não vinculadas às disciplinas.	02 h/visita	10 horas

(1) Cada aluno deverá desenvolver pelo menos 03 (três) tipos de atividades entre as relacionadas acima, devidamente comprovadas por meio de certidão, emitidas pela entidade promotora da atividade. A documentação deverá ser apresentada ao professor coordenador das Atividades Complementares.

5.1 Relevância das atividades complementares

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho concebe a participação dos discentes em atividades complementares acadêmico-culturais de forma a ampliar os espaços e as oportunidades de formação inicial do graduando. Considera-se assim que o processo de formação se estende as atividades extra-sala que possam contribuir para a aquisição de competências relevantes para o profissional de Segurança no Trabalho.

A participação dos alunos no desenvolvimento das atividades complementares, bem como a sua integração com o setor produtivo, é a base para o efetivo aproveitamento das atividades complementares como meio para o desenvolvimento de competências importantes para a formação profissional.

5.2 Programas ou projetos de pesquisa (iniciação científica)

A pesquisa científica no Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho se dá através da realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso TCC e através dos programas de Iniciação Científica fomentados pelo próprio IFPB (PIBICT) e pelo CNPq (PIBITI). Alguns desses projetos estão vinculados ao Grupo de Pesquisa em Qualidade do Ambiente Construído, se enquadram nas seguintes linhas de pesquisa:

Linha 1: Segurança no Trabalho - Esta linha de pesquisa objetiva o registro das atividades relacionadas aos riscos ergonômicos e de acidentes (mecânicos), abordando os conceitos, disseminação do conhecimento e das tecnologias empregadas a segurança do trabalhador.

Linha 2: Higiene Ocupacional - Aborda os conceitos relativos à qualidade do ambiente de trabalho, quanto aos aspectos de segurança, conforto e à satisfação dos usuários em suas atividades laborais. Está relacionada aos riscos físicos, químicos e biológicos.

Linha 3: Saúde no Trabalhador - Aborda medidas de proteção à saúde do trabalhador. Relacionados aos riscos ambientais.

5.3 Tecnologias de informação e comunicação – TIC

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho utiliza alguns recursos de tecnologia de informação e de comunicação no seu processo de ensino-aprendizagem.

O Sistema Acadêmico da instituição – **Q-Acadêmico** – possibilita ao professor a inserção de material didático, apostilas e textos para o acesso dos alunos matriculados na disciplina, complementando, dessa forma, o conteúdo ministrado em sala de aula. Essa ferramenta também permite aos alunos esclarecer dúvidas com o professor, nesse ambiente virtual, fora da sala de aula. É também, através do **Q-Acadêmico** que os alunos respondem ao questionário de avaliação do curso, realizado pela instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Outro recurso disponível são os computadores das salas de aula equipados com acesso à internet. Eles possibilitam ao professor e aluno, utilizar mais essa ferramenta como auxiliar na sua metodologia de ensino e didática, apresentando em tempo real, exemplos atuais sobre os assuntos trabalhados, acessar a Web, possibilitando aulas interativas.

6 Sistema de Avaliação

6.1 Processos de avaliação do curso

Os processos de ensino-aprendizagem do CSTST são avaliados nas esferas interna e externa. A avaliação interna é a Avaliação Institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação da instituição - CPA – e a avaliação externa compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos.

A Avaliação Institucional procura atender a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Lei Federal n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. É realizada semestralmente, através de um questionário virtual, no momento em que os alunos acessam o Q Acadêmico para efetuarem suas matrículas; esse questionário contém itens sobre a metodologia empregada em cada disciplina, o desempenho dos professores, o modelo de avaliação e o material didático de apoio, a qualidade das instalações físicas e os recursos tecnológicos da instituição voltados para o curso, como também a estrutura administrativa de apoio ao curso. Os procedimentos e processos utilizados na avaliação institucional privilegiam as abordagens qualitativas e quantitativas, buscando formar um banco de dados que venha a balizar alterações pedagógicas, e melhorias na qualidade dos recursos físicos ofertados, bem como verificar se as práticas pedagógicas estão em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso. A avaliação externa é prevista na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, e compreende a Avaliação das Instituições de Ensino Superior – AVALIES, realizada quando do processo de recredenciamento da Instituição como IES; a Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG, realizada no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da Instituição.

As avaliações da CPA e do INEP proporcionam ao CSTST um conjunto de dados com informações sobre o desempenho de seus professores, de seus alunos, da estrutura administrativa da instituição e dos recursos físicos e tecnológicos disponibilizados aos alunos. Através da análise desses dados é possível propor alterações e ajustes na proposta pedagógica do curso; solicitar à instituição políticas de capacitação de pessoal docente e técnico administrativo; requerer materiais e novos recursos tecnológicos voltados às suas necessidades; promover atividades complementares com os alunos; identificar problemas que venham a comprometer o processo ensino-aprendizagem; propor novos métodos de avaliação bem como ações que promovam a interdisciplinaridade. Os professores, através de reuniões semanais, discutem as políticas pedagógicas do curso, analisando o desempenho de seus alunos, buscando ações conjuntas para obter melhorias constantes.

6.2 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Os procedimentos de avaliação implantados no CSTST são compatíveis com as atividades desenvolvidas nas disciplinas correspondentes a cada Eixo Temático, diferenciando-se buscando atender suas especificidades, tanto de caráter prático, quanto teórico. Para isso são utilizados como meios de avaliação: provas, trabalhos, exercícios, seminários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

As Normas Didáticas para Cursos Superiores do IFPB, aprovada pela Resolução No. 03/2009, regulamentam as avaliações do processo ensino e aprendizagem em seus Capítulos VII e VIII.

Em seu Art. 22, dispõe que “A avaliação será compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua e cumulativa, com a verificação da aprendizagem, análise das dificuldades e redimensionamento do processo ensino/aprendizagem”. De acordo com o Art. 23, esta “ocorrerá por meio de instrumentos próprios, buscando detectar o grau de progresso do (a) discente regularmente matriculado (a), realizada ao longo do período letivo, em cada disciplina, compreendendo: I. Apuração de frequência às atividades didáticas e II. Avaliação do aproveitamento escolar”.

6.3 Apoio ao Discente

O IFPB conta com uma equipe multidisciplinar qualificada de pedagogos, técnicos educacionais, psicólogos e assistentes sociais, além de infraestrutura adequada com Gabinete Médico, Biblioteca, Núcleos de Aprendizagem e Laboratórios. Há que se destacar ainda, a formação dos Conselhos Escolares e o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais.

O apoio psicopedagógico ao discente, visando ao estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos alunos na Instituição, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas financeiros, mantém programa de Bolsas de Trabalho, que contempla os mais carentes e programa de Monitoria que contempla alunos que possuem habilidades específicas. Mantém ainda um programa de Bolsas de Extensão e de Pesquisa.

O IFPB, em observância à legislação específica, consolida sua política de atendimento às pessoas com deficiência, assegurando o pleno direito à educação para todos e efetivando ações pedagógicas visando à redução das diferenças e a eficácia da aprendizagem.

O apoio às atividades acadêmicas, visando estimular os discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como para a participação em eventos externos (congressos, seminários, palestras, viagens etc.), conta com órgãos responsáveis pela execução e acompanhamento dessas atividades.

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas têm sua estrutura, competências e atribuições definidas no Regimento Geral da Instituição. Os principais são: Diretorias de Educação Profissional, de Ensino Superior e de Articulação Pedagógica; Coordenação de Cadastro, Registro e Controle Acadêmico, instalados na Reitoria. As Diretorias e os Departamentos de Ensino, as Coordenações de Unidades Acadêmicas e de Cursos, e/ou áreas, as Coordenações Pedagógicas e de Apoio ao Estudante, instalados nos *Campi* que compõem o Instituto.

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a retroalimentação do currículo escolar e também para que o IFPB possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica do curso. Neste sentido o IFPB mantém um cadastro atualizado de empresas parceiras e de alunos que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento, embora que de forma ainda incipiente, dos seus egressos. Para esse acompanhamento, a Instituição poderá promover também o Encontro de Egressos.

A Ouvidoria, órgão de assessoria à Reitoria, é um espaço autônomo e independente da administração do IFPB, que objetiva arbitrar demandas oriundas de diversos segmentos (alunos, técnicos administrativos, professores, comunidade externa) que compõem, direta ou indiretamente, esta Casa de Educação, garantindo o acesso à informação, por meio do estabelecimento de um canal



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

permanente de comunicação e de encaminhamento das questões administrativas e/ou pedagógicas inerentes a administração pública.

III. CORPO SOCIAL DO CURSO

7 Corpo discente

7.1 Forma de acesso ao curso

De acordo com o Artigo 167 do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, as formas de acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho dar-se-ão mediante processo seletivo, em período previsto em edital público, nas seguintes modalidades:

- Por meio de processo seletivo a partir de Edital específico. A partir de 2010 o IFPB aderiu ao Sistema Unificado de Seleção, SISU, organizado pelo MEC, que tem como base a avaliação do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM;
- Transferência Escolar Voluntária;
- Ingresso de Graduados;
- Reingresso de Ex-alunos;
- Reopção de Curso;
- Por intermédio de processo de mobilidade acadêmica nacional e/ou internacional.

As normas, critérios de seleção, programas e documentação dos processos seletivos constarão em edital próprio aprovado pelo Conselho Superior do IFPB.

7.2 Atenção aos discentes

Com o intuito de reduzir as desigualdades sociais existentes no contexto escolar, é Instituído por meio do Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, o qual busca viabilizar a igualdade de oportunidade, melhorar o desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeira (Brasil 2010). Vale salientar que o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Sendo, as ações de assistência estudantil do PNAES desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

O instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba deverá perseguir a meta de reduzir a evasão escolar, por meio de várias ações sócio-pisico-pedagógicas dentre as quais, ampliando e aperfeiçoando nos próximos anos, Programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB (instituída pela resolução nº 40 de 06 de Maio de 2011)dentre os quais:

I - Programa de Benefícios Sócioassistenciais;

II - Programa de Alimentação;

III - Programa de Atenção a Saúde do Estudante;

IV - Programa de Moradia;

V - Programa de Integração dos Estudantes Ingressos;

VI - Programa de Material Didático Pedagógico;

VII Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais

VIII - Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho.

IX - Programa de Apoio Pedagógico.

X – Programa de Auxílio Transporte.(CAPÍTULO IV DOS PROGRAMAS. Art. 6º A Política de Assistência Estudantil do IFPB).

7.2.1 Apoio psicopedagógico ao discente

Visando ao estabelecimento de uma política que assegure a permanência dos alunos na Instituição, principalmente aqueles com dificuldades de aprendizagem e/ou com problemas financeiros, o instituto mantém um programa de Monitoria que contempla alunos que possuam habilidades específicas. Mantém ainda um programa de Bolsas de Extensão e de Pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Reduzir o desperdício escolar se constitui um grande desafio institucional considerando a diversidade da oferta de ensino e as dificuldades de natureza social e econômica. No intuito de minimizar o processo de evasão e retenção o IFPB desenvolve programas de natureza assistencial, estimulando a permanência do aluno no convívio escolar. Os principais são:

- Programas de natureza pedagógica para minimizar o processo de evasão e retenção escolar;
- Programa de Bolsas, atendendo a política de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de educação inclusiva;
- Programa de atualização para o mundo do trabalho.

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a retroalimentação do currículo escolar e também para que o Instituto possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho.

Neste sentido o Instituto Federal da Paraíba mantém um cadastro atualizado das empresas parceiras e dos alunos que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento, embora que de forma ainda incipiente, dos seus egressos.

O IFPB, em observância à legislação específica, consolida sua política de atendimento às pessoas com deficiência, assegurando o pleno direito à educação para todos e efetivar ações pedagógicas visando à redução das diferenças e a eficácia da aprendizagem.

7.2.2 Apoio às atividades acadêmicas

Visando estimular os discentes para a realização de atividades acadêmicas e eventos complementares, bem como para a participação em eventos externos (congressos, seminários, palestras, viagens etc.), o Instituto conta com Órgãos responsáveis pela execução e acompanhamento dessas atividades.

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas têm sua estrutura, competências e atribuições definidas no Regimento Geral do Instituto. Os principais são: As Diretorias de Educação Profissional, de Ensino Superior e de Articulação Pedagógica, a Coordenação de Cadastro, Registro e Controle Acadêmico, todos instalados na Reitoria. As Diretorias e os Departamentos de Ensino, as Coordenações de Unidades Acadêmicas e de Cursos, e/ou áreas, as Coordenações Pedagógicas e de Apoio ao Estudante, todos instalados nos *Campi* que compõem o Instituto.

7.3 Ouvidoria

A Ouvidoria é um órgão de assessoria à Reitoria que opera com independência, imparcialidade e autonomia para intermediar a relação entre a Administração, os servidores e público externo, garantindo o acesso à informação, por meio do estabelecimento de um canal permanente de comunicação e de encaminhamento das questões inerentes a administração pública.

É um espaço autônomo e independente da administração do IFPB, que objetiva arbitrar demandas oriundas de diversos segmentos (alunos, técnicos administrativos, professores, comunidade externa) que compõem, direta ou indiretamente, esta Casa de Educação. Neste contexto, procura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

otimizar encaminhamentos de questões de ordem administrativa e/ou pedagógicas. Estas são atribuições centrais da Ouvidoria.

Conforme Resolução Nº 017/2002, de 30 de agosto de 2002 o papel do Ouvidor e as suas responsabilidades frente à comunidade, são:

- facilitar e simplificar ao máximo o acesso do usuário ao serviço da Ouvidoria;
- promover a divulgação da Ouvidoria, tornando-a conhecida por todos;
- receber e apurar, de forma independente e crítica, as informações,
- reclamações, denúncias e sugestões que lhe forem encaminhadas por membros da comunidade interna e externa, quando devidamente formalizadas;
- analisar as informações, reclamações, denúncias e sugestões recebidas, encaminhando o resultado da análise aos setores administrativos competentes;
- receber elogios, em que o requerente pode elogiar servidores, as infraestrutura, que sejam consideradas eficientes no IFPB;
- acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, mantendo o requerente informado do processo;
- propor ao Reitor a instauração de processo administrativo disciplinar, quando necessário, nos termos da legislação vigente;
- sugerir medidas de aprimoramento das atividades administrativas em proveito da comunidade e do próprio IFPB;
- elaborar e apresentar relatório anual de suas atividades ao Conselho Diretor;
- interagir com profissionais de sua área, no Brasil e no exterior, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho de suas atividades;
- propor outras atividades pertinentes à função.

7.4 Acompanhamento aos Egressos

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a retroalimentação do currículo escolar e também para que o Instituto possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica do curso.

Nesse sentido, o Instituto Federal da Paraíba mantém um cadastro atualizado das empresas parceiras e dos alunos que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento, embora que de forma ainda incipiente, dos seus egressos. Para esse acompanhamento, a Instituição poderá promover também o Encontro de Egressos.

7.5 Registros acadêmicos

O sistema utilizado pelo IFPB, batizado de **Q-Acadêmico**, é um sistema de Gestão Acadêmica, modularizado de forma em que os sistemas de Controle Acadêmico, Controle de Processo Seletivo, Controle de Acesso e Controle de Biblioteca integram-se totalmente gerando uma única base de informações para toda Instituição de ensino, permitindo os mais diversos relatórios gerenciais e estatísticos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Totalmente flexível quanto à estrutura organizacional, o sistema permite gerenciar dados por Unidades de Ensino, Gerências Acadêmicas e Coordenadorias simultaneamente, além do total controle sobre manutenção das informações, permitindo auditoria detalhada sobre cada procedimento executado e o uso de assinaturas digitais para autenticação.

Em se tratando da estrutura dos cursos, o **Q-Acadêmico** destaca-se em sua versatilidade, permitindo ao usuário uma parametrização completa das estruturas existentes na Instituição, tanto no sistema de avaliação tradicional quanto por competências, atendendo o Ensino Médio, Pós-Médio, Técnico Integrado, Tecnólogo, Superior e Pós-Graduação, todos no mesmo sistema.

A customização completa de modelos de documentos e relatórios da Instituição como boletins, históricos, certificados, diplomas, declarações e atestados, dentre outros, potencializa a utilização pela comunidade acadêmica, visando melhores resultados.

As principais funcionalidades do sistema estão disponíveis também via Internet, onde Alunos, Professores e Coordenadores, de forma totalmente organizada/planejada, têm possibilidade de maximizar o uso de informações *on-line* como, por exemplo, questionários docentes e institucionais, consulta de boletins, históricos, calendários, lançamentos de diário, planos de ensino, material de aula, entre outros.

8 Administração do Curso

8.1 Coordenação do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho está sendo coordenado desde de abril 2015 pelo professor Anrafel de Souza Barbosa, que atua no IFPB desde 2013, com regime de dedicação exclusiva.

8.1.1 Formação Acadêmica e Experiência Profissional

O coordenador é graduado em Engenharia Elétrica (2000), com especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho (2012) e com mestrado em Meio Ambiente e Qualidade de Vida (2015). O coordenador trabalha em regime integral de 40 horas semanais (dedicação exclusiva), das quais 20 são destinadas à coordenação.

8.1.2 Atuação da Coordenação

O coordenador do Curso tem atuado na organização e gerenciamento dos trabalhos de elaboração/discussão desse Projeto.

De um modo geral, os trabalhos da Coordenação do Curso estão voltados ao desenvolvimento dos projetos e dos programas relativos ao Curso, prestando apoio ao corpo docente e atuando como integrador das áreas administrativas e da organização didático-pedagógica.

A Coordenação do Curso também atua junto aos alunos, avaliando suas expectativas e sugestões e estreitando o relacionamento com professores e alunos, seja por meio de reuniões ou contatos diretos.

Cabe ainda à Coordenação de Curso, na organização de seus projetos e programas, distribuir os trabalhos de ensino e pesquisa entre o corpo docente, tendo sempre presente o calendário escolar anual e os objetivos estabelecidos no Curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

8.2 Composição e Funcionamento dos Órgãos Colegiados

De acordo com a Resolução CS nº 141/2015, de 02 de outubro de 2015, o Colegiado de Curso Superior (CCS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é o órgão deliberativo primário e de assessoramento acadêmico. Tem como objetivo desenvolver atividades voltadas para o constante aperfeiçoamento e melhoria dos cursos superiores.

O Colegiado de Curso Superior (CCS) será constituído pelos seguintes membros permanentes:

I – coordenador do curso superior, como Presidente;

II – 4 (quatro) docentes efetivos vinculados à coordenação do curso superior, escolhidos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um ano;

III – 1 (um) discente, escolhido por seus pares, com seu respectivo suplente, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução;

IV – 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado noutra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;

V – 1 (um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou TAE), vinculado à coordenação pedagógica do campus, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

8.3 Núcleo Docente Estruturante

A resolução CS nº 143/2015, dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), este é um órgão consultivo responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e atualização periódica do Plano Pedagógico dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE), entre outras:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;

IV - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);

V. propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na avaliação interna e na avaliação externa, realizado (SINAES);

VI - coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

VII – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

8.4 Corpo Docente

No quadro a seguir, será apresentado o perfil do corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, bem como a descrição do número de docentes, professores com titulação em *stricto sensu*, experiência no magistério superior e dedicação ao curso.

8.4.1 Relação nominal do corpo docente da área técnica

CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA ¹				EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				TEMPO DE CONTRATO
		GRADUADO IES - ANO	ESPECIALISTA IES - ANO	MESTRE IES - ANO	DOUTOR IES-ANO	NMS ²	EFM ³	FMS ⁴	FP ⁵	
026.600.344-35	Anrafel de Souza Barbosa	UFCG 2000	IESP 2012	FACNORTE 2015		2	2	15	Não	2
049.098.964-06	Diogo Sergio César de Vasconcelos	UFPB 2008	IESP 2010	UFPB 2011		1	-	5	Não	1
023.599.814-12	Érika do Nascimento Fernandes Pinto	ESAM – 2001 UERN – 2000	UNIFOR – 2007	UFCG – (em andamento)		5	6		Sim	11

¹ Na formação Acadêmica informar a sigla da instituição concedente da titulação e o ano de conclusão;

² **NMS** – tempo de experiência profissional (em ano) **No** Magistério **S**uperior;

³ **EFM** – tempo de experiência (em ano) no **E**nsino **F**undamental e **M**édio

⁴ **FMS** - tempo de experiência profissional (em ano) **Fora** **M**agistério **S**uperior;

⁵ **F**ormação **P**edagógica (Sim ou Não). Caracterizada pela comprovação de realização de cursos, de matérias, de disciplinas, de treinamentos ou de capacitação de conteúdo didático-pedagógico;

CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA ¹				EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				TEMPO DE CONTRATO
		GRADUADO IES - ANO	ESPECIALISTA IES - ANO	MESTRE IES - ANO	DOUTOR IES-ANO	NMS ²	EFM ³	FMS ⁴	FP ⁵	
007.821.164-69	Lavoisier Morais de Medeiros	UFPB 2000	FIP 2004	UFPB 2012		9		13	Não	4
046.043.044-08	Hanne Alves Bakke	UFPB - 2005	FACULDADE REDENTOR - 2007	UFPB - 2009	UFPE - 2015	4			Não	4
047703924-35	Manuela Carla de Souza Lima Daltro	UNIPÉ - 2007	FACULDADE REDENTOR-2008	FCMSCSP- atual		5		8	Sim	1
038.828.154-50	Renata Paiva da Nóbrega Costa	UFPB 2006	FIP 2008	UFPB 2013		2		2	Não	2

CPF	DOCENTE	FORMAÇÃO ACADÊMICA ¹				EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				TEMPO DE CONTRATO
		GRADUADO IES - ANO	ESPECIALISTA IES - ANO	MESTRE IES - ANO	DOUTOR IES-ANO	NMS ²	EFM ³	FMS ⁴	FP ⁵	
010.648.074-02	Alvaro Henriques David Neto	UNIPE 2008	FESMIP 2014				6	Não		
060.815.314-14	Danilo Augusto de Holanda Ferreira	UFPB 2009	ABO 2012	UFPB 2014		1	3	5	Não	

Legenda:

FP - Formação Pedagógica (Sim ou Não). Caracterizada pela comprovação de realização de cursos, de matérias, de disciplinas, de treinamentos ou de capacitação de conteúdo didático-pedagógico;

NMS – tempo de experiência profissional (em ano) No Magistério Superior;

EMF – tempo de experiência (em ano) no Ensino Fundamental e Médio

FMS - tempo de experiência profissional (em ano) Fora Magistério Superior;

TC – Tempo (em ano) de Contrato na IES;

Na formação Acadêmica informar a sigla da instituição concedente da titulação e o ano de conclusão;

O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

8.5 Titulação e experiência do corpo docente da área técnica e efetiva dedicação ao curso

Nos quadros a seguir estão dispostas as informações acerca do corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, no que diz respeito à titulação, regime de trabalho e experiência.

8.5.1 Titulação

O corpo docente é formado por 9 professores, dos quais 1 é doutor, 6 mestres e 03 são especialistas:

TITULAÇÃO	Nº
Doutor	1
Mestre	6
Especialista	2
Graduado	

8.5.2 Regime de trabalho do corpo docente

Todo o corpo docente do curso trabalha em regime integral de 40 horas semanais, do qual 8 professores possuem vínculo efetivo com o IFPB, trabalhando em regime de dedicação exclusiva ou T40 e apenas um é substituto:

REGIME DE TRABALHO	Nº
Dedicação Exclusiva – DE	7
T 40	2
T 20	

8.5.3 Experiência (acadêmica e profissional)

8.5.3.1 Tempo de exercício no magistério superior

Apenas 1 professor não possui experiência no Magistério Superior.

EXERCÍCIO MAGISTÉRIO SUPERIOR	Nº
Sem experiência	1
De 1 a 3 anos	4
De 4 a 9 anos	4
10 anos ou mais	



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

8.5.3.2 Tempo de exercício profissional fora do magistério

Dos 9 professores, 6 possuem pelo menos 4 anos de experiência profissional fora do magistério.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO	Nº
Sem experiência	3
De 1 a 3 anos	1
De 4 a 9 anos	4
10 anos ou mais	2

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

8.6 Produção de material didático ou científico do corpo docente da área técnica

8.6.1 Publicações

TIPO DE PUBLICAÇÃO	TOTAL
Artigos publicados em periódicos científicos	17
Livros ou capítulos de livros publicados	19
Trabalhos publicados em anais (completos ou resumos)	59
Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	

8.7 Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente e Técnico Administrativo

Com a edição da Lei nº 11.782/2008 os docentes ganharam uma nova estrutura de carreira sendo denominados de Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O plano de carreira e o regime de trabalho são regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008,



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pela Constituição Federal, além da legislação vigente atreladas a essas Leis e a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Instituto Federal da Paraíba tem uma política de qualificação e capacitação que contempla o estímulo a participação em Seminários e Congressos, além da oferta de cursos de pós-graduação para os docentes e técnicos administrativos seja através da participação em programas das Universidades como também dos programas interministeriais como é o caso do Minter e do Dinter.

A Política de Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos no âmbito Institucional foi instituída através da Portaria nº 148/2001 – GD de 22/05/2001, que criou o Comitê Gestor de Formação e Capacitação, disciplinando e regulamentando a implementação do Plano de Capacitação, bem como regulamentando as condições de afastamento com este fim.

O Comitê Gestor de Formação e Capacitação tem as seguintes competências:

- elaborar o plano de capacitação geral da Instituição;
- avaliar processos de solicitação de docentes e/ou técnico administrativos para afastamento e/ou prorrogação de afastamento;
- propor à Direção Geral a liberação e/ou prorrogação de afastamento de docentes e/ou técnico-administrativos;
- acompanhar os relatórios periódicos, trimestrais ou semestrais, dos servidores afastados, avaliando a continuidade da capacitação;
- zelar pelo cumprimento das obrigações previstas.

O Plano de capacitação do IFPB considera os seguintes níveis de qualificação profissional:

- Pós-Graduação *stricto sensu*: mestrado, doutorado e pós-doutorado.
- Pós-Graduação *lato sensu*: aperfeiçoamento e especialização.
- Graduação;
- Capacitação profissional: cursos que favoreçam o aperfeiçoamento profissional;
- Atividades de curta duração: cursos de atualização e participação em congressos, seminários, conclaves, simpósios, encontros e similares.

8.8 Docentes (da área técnica) x número de vagas autorizadas

NÚMERO DE VAGAS ANUAIS/DOCENTE EQUIVALENTE EM TEMPO INTEGRAL	QUANTIDADE
Vagas anuais	80
Total de docentes	9
Média	8,88



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

8.9 Docentes por disciplinas de Formação Técnica e Geral

SEMESTRE	DISCIPLINAS	PROFESSOR
2015.2	Higiene Ocupacional I, Higiene Ocupacional II, Programas de Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança no Trabalho em Sistemas Elétricos	Anrafel de Souza Barbosa
2015.2	Gerenciamento de Riscos, Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, Métodos e Técnicas de Combate à Incêndios e Explosões, Segurança no Trabalho em Condições Especiais	Diogo Sergio César de Vasconcelos
2015.2	Auditorias, Perícias e Laudos, Segurança no Trabalho na Agricultura e Pecuária	Érika do Nascimento Fernandes Pinto
2015.2	Fundamentos de Segurança no Trabalho, Noções de Anatomia e Fisiologia Humana, Primeiros Socorros, Saúde do Trabalhador	Lavoisier Moraes de Medeiros
2015.2	Legislação Previdenciária, Legislação Trabalhista	Alvaro Henriques David Neto
2015.2	Ergonomia,	Hanne Alves Bakke
2015.2	Metodologia Científica, Pesquisa Científica I, Pesquisa Científica II, TCC	Manuela Carla de S.L. Daltro
2015.2	Segurança do Trabalho na Indústria, Segurança no Trabalho da Construção Civil	Renata Paiva da Nóbrega Costa
2015.2	Higiene Ocupacional III, Segurança no Trabalho em Serviços de Saúde, Toxicologia Aplicada	Danilo Augusto de Holanda Ferreira
2015.2	Desenho Técnico	Mario Limeira de Lyra
2015.2	Educação em Segurança no Trabalho, Psicologia do Trabalho	Arilane Florentino Félix de Azevêdo
2015.2	Gestão Ambiental	Susana Cristina Batista Lucena
2015.2	Leitura de Projetos	Luana Alves de Oliveira
2015.2	Administração Aplicada, Empreendedorismo	Evadio Pereira Filho
2015.2	Direitos Humanos	Fabício de Sousa Moraes
2015.2	Estatística Aplicada, Matemática Aplicada	Maíra Rodrigues Villamagna
2015.2	Informática aplicada	Ligiane Gomes Marinho Salvino
2015.2	Inglês Instrumental	Thiago José Ferreira de Sousa
2015.2	Português Instrumental	Paloma Pereira Borba Pedrosa
2015.2	Física Aplicada	Jônatas Costas
2015.2	Química Aplicada	AMARILIO DO NASCIMENTO MORAIS FILHO

9 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

O corpo Técnico Administrativo (TA) que estará diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades do Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, disposto no quadro abaixo, é



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

formado por profissionais qualificados, cujas atribuições deverão suprir as necessidades locais.

Servidor TA	Função/Atribuição	Setor
Leandro Leite	Técnico em Segurança do Trabalho	Coordenação de Segurança do Trabalho
Maria do Socorro dos S. Guedes Duarte	Pedagoga	COPAE
Carlos Wendell Pedrosa dos Santos	Assistente Social	COPAE
Nara da Nóbrega Rodrigues	Psicóloga	COPAE
Erbson Jecelino Gonçalves Pedro	Técnico em Assuntos Educacionais	COPAE
Juliana Figueiredo de Oliveira	Assistente de Aluno	COPAE
Valéria Andrade Silva	Assistente de Aluno	COPAE
Filipe Batista de Sá	Assistente de Aluno	COPAE
Yanna Gomes de Sousa	Técnica em Enfermagem	DAP
Paulo Kledson Carvalho de F. Leitão	Médico	DAP

IV. BIBLIOTECA

A Biblioteca opera com um fácil acesso ao acervo da biblioteca e propiciará a reserva de exemplares, cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 8 (oito) dias para o aluno e 15 (quinze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo da biblioteca é instalado mediante a necessidade das quantidades mínimas preconizadas pelo MEC.



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br



Vista da entrada da biblioteca do campus.

V. INFRAESTRUTURA

10 Espaço Físico Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho funciona em instalações próprias do *Campus*. Para a formação do tecnólogo na área de Segurança do Trabalho do IFPB – *Campus Patos*, o quadro de instalações é composto por:

- Laboratório de informática com programas específicos.
- Laboratório de Higiene Ocupacional e Ergonomia.
- Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual.
- Laboratório de suporte básico à vida.
- Laboratório de proteção contra incêndios.



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

De forma complementar a realização das atividades discentes e administrativas são necessários os seguintes ambientes:

- Biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado, com espaço para estudo individual e em grupo.
- Salas de aula;
- Sala de professores;
- Sala de apoio administrativo (Coordenação de Curso);
- Estacionamento.

11 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

Para garantir a segurança patrimonial e de alunos e servidores, o *Campus Patos* conta com uma infraestrutura composta por:

- Segurança patrimonial;
- Sistema de prevenção a incêndio (extintores, mangueiras de incêndio, sistemas de alarme, etc.);
- Saídas de Emergência;
- EPI;
- Gabinete Médico (Equipe composta por Médico e Técnica em Enfermagem).

12 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho terá a sua disposição, equipamentos audiovisuais e multimídias, disponibilizado pelo Campus, para dar suporte ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, como os descritos:



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
PROJETOR MULTIMÍDIA	06
TELEVISOR	03
LOUSA INTERATIVA 79"	03
APARELHO DE SOM MINI SYSTEM	01
CAIXA DE SOM ATIVA (150W RMS)	02

13 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O campus de Patos começou suas atividades em blocos acadêmicos próprios com infraestrutura para receber pessoas com deficiência física com rampas, terminais de acesso, assistentes de alunos, etc, conforme preconiza o Decreto nº 5.296/2004. Além disso no PDI da instituição é assegurado *in verbis*:

O IFPB, em observância à legislação específica, consolidará sua política de atendimento a pessoas com deficiência, procurando assegurar-lhes o pleno direito à educação e efetivar ações pedagógicas visando à redução das diferenças e à eficácia da aprendizagem. Assim, assume o compromisso formal desta Instituição em todos os seus campi:

- I – Constituir os Núcleos de Apoio às pessoas com necessidades Especiais - NAPNE, dotando-os de recursos humanos, materiais e financeiros, que viabilizem e deem sustentação ao processo de educação inclusiva;
- II – Contratar profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- III – Adequar a estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos que favoreça à acessibilidade nos campi;
 - a) construir rampas com inclinação adequada, barras de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros;
 - b) adquirir equipamentos específicos para acessibilidade: teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros;



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- c) adquirir material didático específico para acessibilidade: textos escritos, provas, exercícios e similares ampliados conforme a deficiência visual do aluno, livros em áudio e em Braille, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros;
- d) adquirir e promover a adaptação de mobiliários e disposição adequada à acessibilidade;
- e) disponibilizar informações em LIBRAS no site da Instituição;
- f) disponibilizar panfletos informativos em Braille.

IV – Promover formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;

V – Estabelecer parcerias com as empresas, visando à inserção dos alunos com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho.

14 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE)

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE, é um setor que tem por objetivo garantir a acessibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais, dar suporte metodológico ao corpo docente e orientar os pais no processo de inserção familiar (quando for o caso). O NAPNE atua na tríade instituição-aluno-sociedade de forma a equacionar possíveis conflitos que venham a criar barreiras no processo de inclusão tanto do aluno ingressante quanto do aluno egresso.

Atualmente o NAPNE - Campus Patos, tem a sua disposição uma sala de estudo e reunião, recursos audiovisuais, computadores, impressora em braille, dicionário trilingue e uma equipe terceirizada, por meio de parceria com a ASDEF, composta por 04(quatro) interpretes de libras, 01(uma) transcritora em braille e 01(uma) cuidadora, para atender os alunos com necessidades especiais, tanto em sala de aula como em horário oposto. Além desta equipe, o Campus Patos, conta em seu quadro de docentes com uma Professora de Libras, a qual disponibiliza desde 2014, a comunidade acadêmica e externa, cursos básicos de Libras Modulo I e II; e uma Professora, da área de Informática, que promove o projeto de extensão “*Visão falada*”, que tem por objetivo fomentar a independência de pessoas com deficiência visual no uso de ferramentas digitais, a partir da utilização do programa DOSVOX, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ.

Em termos gerais, é valido ressaltar que o trabalho realizado pelo NAPNE, no Campus Patos, conta com a colaboração da COPAE nas áreas Pedagógicas, de Assistência Social e Psicologia, e com



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

o apoio dos Coordenadores dos Cursos, Direção, e demais servidores (docentes e técnicos administrativos) dando todo o suporte necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

As Diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764/2012, são implementadas em plano de ação intersetorial, em interlocução com a comunidade, docentes das classes comuns e os de Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com a nota técnica nº 24/2013/MEC/ SECADI/DPEE, p.03, “os professores das classes comuns e os do AEE devem manter interlocução permanente com o objetivo de garantir a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos”. (Nota Técnica nº 24/2013/MEC/ SECADI/DPEE, p.03).

ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E ATITUDINAL - O IFPB ao estabelecer o seu Plano de Acessibilidade por meio da RESOLUÇÃO Nº 240, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, compromete-se em assumir o processo inclusivo com qualidade, e este se faz com a eliminação de barreiras que impedem a total participação dos indivíduos no processo de ensino e, sobretudo no de aprendizagem. Nele estão contidos os objetivos e as diretrizes gerais que nortearão o Plano de Ação a ser elaborado no âmbito de cada campus com a orientação e supervisão das Diretorias Sistêmicas da Pró-Reitoria de Ensino. O Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 estabeleceu que “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” Um aspecto fundamental da inclusão diz respeito às acessibilidades necessárias para que as pessoas com deficiência (PcD) possam ter o seu direito garantido qual seja, uma educação de qualidade. Para FÁVERO e COSTA, 2014, as pessoas com deficiência se deparam diariamente com barreiras que as impossibilitam de desempenhar com autonomia suas atividades cotidianas e escolares, fundamentais ao exercício pleno dos direitos e deveres de cidadãos participativos. Essas barreiras apresentadas inicialmente somente como arquitetônicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no decorrer dos tempos passaram a ter desdobramentos que atingiram outras áreas de conhecimento, notadamente a área pedagógica. Destarte o IFPB além de lidar com a eliminação das barreiras arquitetônicas enfrenta, também, as de caráter pedagógico e atitudinal conforme a concepção e implementação das ações previstas em seu Plano de Acessibilidade que, em observância às orientações normativas, visam, dentre outras, em seu art. 2º: I – Eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ora existentes; [...] IV – Promover a educação inclusiva, coibindo quaisquer tipos de discriminação; [...] VIII – Assegurar a flexibilização e propostas pedagógicas diferenciadas, viabilizando a permanência na escola; IX – Estimular a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e com transtorno do espectro autista; Ratificando e fortalecendo a implementação de ações que visem à plena inclusão de todos nas atividades acadêmicas, o art. 110 do Plano de Acessibilidade aponta, prioritariamente, as de caráter pedagógico: I - Promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais; II - Promoção de formação de profissionais



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e professores, para atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos com deficiência; III - Inserção nos currículos das Licenciaturas a disciplina Educação Inclusiva, de caráter obrigatório; IV - Garantia de inserção, nos currículos das Licenciaturas, a disciplina Libras em caráter obrigatório, ministrada preferencialmente por um surdo, e nos demais cursos como disciplina optativa; V - Prorrogação do tempo máximo para integralização dos cursos, não excedendo o limite de 50%; VI - Garantia de inserção de discussões e práticas inclusivas nos Planos pedagógicos dos cursos (PPCs); VII - Garantia de que todos os editais, das áreas de ensino, pesquisa e extensão, tenham reserva de 10% de suas vagas para projetos com foco em políticas inclusivas, afirmativas, de gênero e/ou sustentabilidade social; VIII - Garantia de que as temáticas referentes à cultura afro-brasileira e indígena perpassem transversalmente os cursos da educação básica especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira; IX - Promoção de terminalidade específica, nos termos legalmente previstos. O entendimento que perpassa o trabalho psico/sócio/pedagógico atende ao princípio da equidade, pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os estudantes e da respectiva necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades. Entende-se por Acessibilidade Pedagógica a supressão dos impedimentos nos métodos pedagógicos e técnicas de estudos. Significa dizer que, na educação inclusiva, é necessário flexibilizar e adaptar o currículo o que não significa simplificá-lo ou reduzi-lo, mas torná-lo acessível, o que é muito diferente de empobrecê-lo. Tanto nos casos de alunos com dificuldades na aprendizagem quanto aqueles com altas habilidades o currículo deve ser ajustado e não (re)criado para atender a diversas situações. Por sua vez a Acessibilidade Atitudinal significa a supressão de barreiras atitudinais. As atitudes fundam-se em preconceitos, estereótipos que produzem a discriminação. Esta é a que leva mais tempo para ser construída, uma vez que parte da necessidade de mudança de cultura. Segundo Amaral (1998) barreiras atitudinais “são anteparos nas relações entre duas pessoas, onde uma tem uma predisposição desfavorável em relação a outra, por ser esta significativamente diferente, em especial quanto às condições preconizadas como ideais” (p. 17). Temas transversais que versem sobre questões relativas à inclusão e à diversidade devem ser inseridos no currículo da Educação Técnica de Nível Médio e, obrigatoriamente, nas matrizes dos cursos de licenciatura. A escola é reprodutora dos eventos da sociedade e cada um traz dela suas referências e representações. Acreditamos que a humanização do processo e a possibilidade que cada um tem de reinventar-se são fatores primordiais para que os investimentos em recursos materiais e humanos, junto à formação continuada dos profissionais da educação, se potencializem em instrumentos úteis e eficazes na construção de uma sociedade e de uma educação, de fato, para todos. Convém ressaltar que as ações desenvolvidas no sentido de sensibilizar e conscientizar, a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, serão extensivas aos servidores do quadro funcional do IFPB (docentes e técnicos administrativos) como também ao pessoal terceirizado. Espera-se que ao promover o conhecimento sobre a diferença para os estudantes, naturalmente em relação aos deficientes, acabam mudando suas atitudes frente à deficiência, trabalhando a acessibilidade atitudinal. Um ambiente



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a auto estima dos estudantes e isto contribui para que eles realmente aprendam significativa e satisfatoriamente.

VI. LABORATÓRIOS

A infraestrutura dos laboratórios está assim delineada:

- Laboratórios de Informática

Item	Qte	Observações
Mesa (*)	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Cadeiras (*)	25	Para viabilização das atividades laboratoriais e acomodação dos discentes.
Desktop (*)	25	Para atividades práticas com aplicações de uso geral e específico e com acesso a internet.
Quadro Branco (*)	1	Tamanho mínimo: 5 m. Pinceis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Bancadas (*)	6	Acomodação dos Desktops
Projektor Multimídia (*)	1	Para viabilização das atividades laboratoriais, conectado ao Desktop situado a mesa.
Nobreak (*)	1	Para garantir a segurança dos equipamentos (Com capacidade para suportar todos os equipamentos instalados no laboratório)
Condicionador de AR (*)	1	Refrigeração do ambiente para conservação dos equipamentos e melhor acomodação dos alunos e professor durante as aulas.
Armário com Chaves (*)	2	Armário para acomodação de material didático

(*) Conforme Layout



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Infraestrutura mínima de softwares

- Pontos de rede individuais para cada estação de trabalho, com acesso à Internet;
 - Java Development (*)
 - Eclipse (*)
 - Turbo Pascal (*)
 - VMWare (*)
 - Virtual Box (*)
 - Network Simulator (*)
 - Microsoft Office (*)
 - AntiVirus (*)
 - DeepFreeze (*)
 - Sistema Operacional Windows e Ubuntu (Dual Boot) (*)
 - Microsoft Visio (*)
 - Mozilla Firefox (*)
 - Microsoft Internet Explorer (*)
 - Google Chrome (*)
 - Compactador de Arquivos (*)
- (*) Versões mais recentes

Observações:

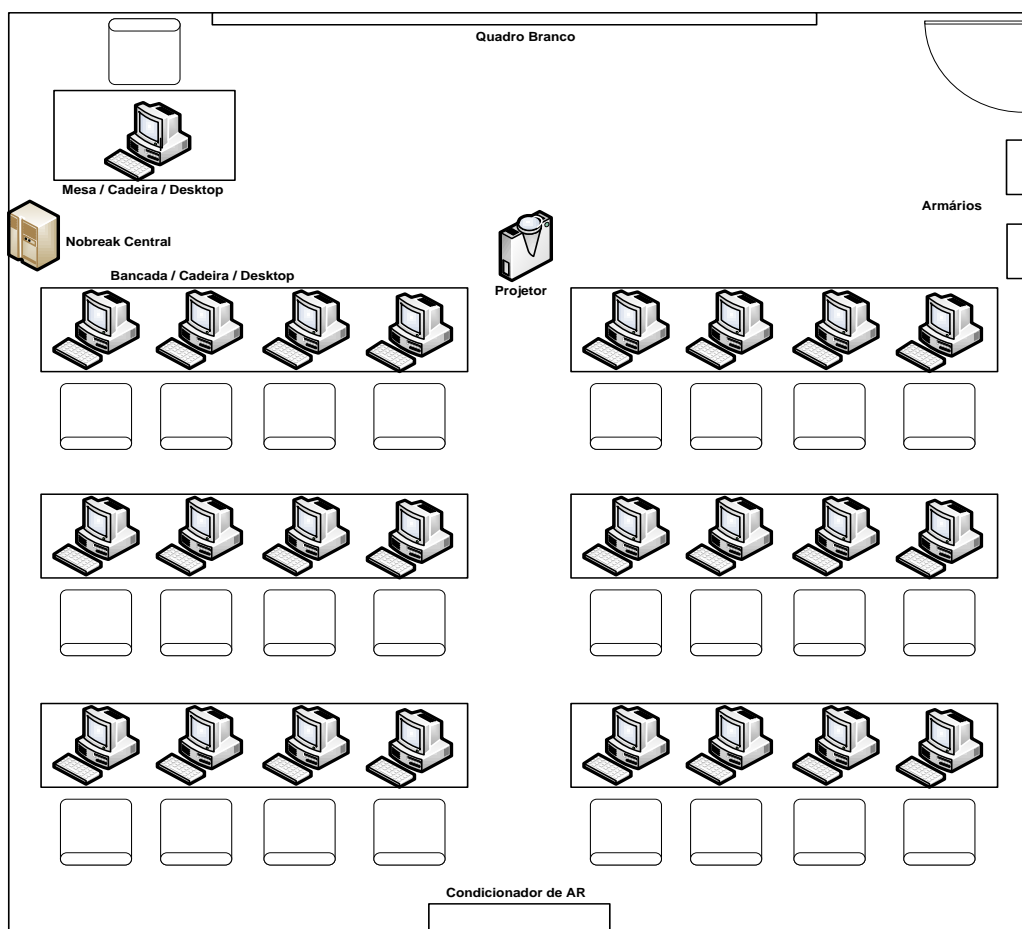
- Em comum acordo com os professores, soluções similares podem ser instaladas, desde que sejam livres ou licenciadas, quando for o caso;
- A lista de programas deverá ser revisada de acordo com as necessidades disciplinares, antecedente ao início de cada semestre letivo;
- Deverá ser enviada a coordenação responsável pela manutenção nos laboratórios, lista com a relação de programas e demais necessidades, com pelo menos 30 dias antes do reinício de cada semestre letivo;
- A coordenação de curso deverá prever em orçamento anual a compra das licenças de uso de software, quando for o caso.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Os Laboratórios de Informática serão dispostos conforme o layout abaixo:



- Laboratório de Higiene e Segurança no Trabalho

A tabela a seguir apresenta os equipamentos que muni o Laboratório de Higiene e Segurança no Trabalho do curso (Tabela 1):

Tabela 1 – Laboratório de Higiene e Segurança no Trabalho



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Equipamentos
Abafador Agena modelo TR- atenuação 18 dB
Abafador PVC concha 16 dB
Avental de Raspa COM EMENDA 100 x 60 cm
Avental em Borracha alta e baixa tensão
Avental de chumbo
Avental Frontal PVC - Tira soldada
Avental KP 500 - Tira com ILHÓS ou SOLDADA
Avental térmico
Bomba de Amostragem de Poeira + certificado de calibração para Bomba de Amostragem de Poeira e gás
Calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos
Calçado para proteção dos pés contra agentes provenientes de energia elétrica
Calçado para proteção dos pés contra agentes térmicos
Calçado para proteção dos pés e pernas contra respingos de produtos químicos
Calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água
Calibrador para decibelímetro e dosímetro
Capacete para proteção contra choques elétricos
Capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio
Capuz para proteção do crânio e pescoço contra agentes abrasivos e escoriantes
Capuz para proteção do crânio e pescoço contra riscos de origem térmica
Cinturão de segurança para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Cone 750 mm Borracha Refletivo NBR 15071
Creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos
Decibelímetro MOD.DEC-5010 DIGITAL INTEGRADOR C/RS-232 E SPL,LEQ,MAXL,MINL Fornecidos: Estojo, 4 pilhas, software, cabo RS-232, protetor de vento + Certificado de Calibração
Detector de Fuga de Gás combustível. Modelo: Gaslert- quatro Detector de 4 gases
Dosímetro de Ruído Digital Simpson. Referência: 897 + certificado de calibração
LUXIMETRO MOD.LDR-225 DIGITAL ESCALA 0 A 999.900 LUX COM RS-232 E DATALOGGER Acessórios Fornecidos: Estojo, 6 pilhas AAA, Adaptador AC, Software, Cabo RS-232 e manual de instruções. Com Certificado de aprovação
Termômetro de Globo Digital MOD.TGD-400 DIGITAL C/DATALOGGER
Termômetro de Glogo Digital MOD.TGD-200
Termo-higro-decibelímetro-luxímetro + certificado de calibração

- Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual

A tabela a seguir apresenta os equipamentos que muni o Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual do curso (Tabela 2):

Tabela 2 – Laboratório de Equipamentos de Proteção Individual

Equipamento	Quantidade	CA ou Tombo	Marca
Bota PVC Cano Curto	05 pares(Cinco)	26629	Bracol
Botina	04 pares (Quatro)	17010	Kadesh
Capacete (Azul)	15 (Quinze)	12617	Plasticor
Capacete (Branco)	03 (Três)	12354 / 12389	UltraMaster
Cone Sinalizador	05 (Cinco)	-	Plastcor
Manequim	01 (Um)	-	-
Pedestal	03 (Três)	-	-



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

Avental Descartável	01 Saco	-	-
Avental em Raspa	05 (Cinco)	6339	Dadalto
Capuz (Árabe)	04 (Quatro)	14239	Kaeme
Luvras Descartáveis	01 Caixa	16613	Embramac
Luva PVC	01 par (Um)	27130	BSB
Luva Raspa	05 pares (Cinco)	6343	Dadalto
Luva Vaqueta	04 pares (Quatro)	17288	Dadalto
Manga de Segurança	10 (Dez)	7203	Dadalto
Máscara Cirúrgica Descartável	Saco	-	Descarpack
Perneira	10 (Dez)	11514	Dadalto
Touca Descartável	01 Saco	-	-

- Laboratório de Suporte Básico a Vida

Para as atividades práticas referentes ao suporte básico à vida, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho utiliza o Laboratório de Habilidades e Simulação (LHS).

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
COMPUTADOR	01
APARELHO DE TELEFONE	01
MESA DE MADEIRA	01
BANCADAS	02
CADEIRAS ACOLCHOADAS	03
ARMÁRIO DE VIDRO	01
SUPORTE DE SORO	01
SUPORTE PARA ALCOOL GEL	01
SUPORTE PARA PAPEL TOALHA	01
AR CONDICIONADO	01
LIXEIRAS DE CESTO	02



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

LIXEIRAS PEDAL	02
QUADRO BRANCO	01
CX LUVA PROCEDIMENTO P	01
CX LUVA PROCEDIMENTO M	01
CX LUVA PROCEDIMENTO G	01
ESPARADRAPO MICROPORE GRANDE	02
REANIMADOR ADULTO	01
ESTETOSCÓPIO ADULTO	01
REANIMADOR NEONATAL	01
MASCARA LARINGEA Nº 4	01
COMPRESSAS CIRURGICAS	30
PINÇA DISSECÇÃO C/ SERRILHA	03
GORRO COM LAÇO	10
ROUPAS DESCARTÁVEIS	10
LUVA CIRÚRGICA Nº7	03
LUVA CIRÚRGICA Nº8	06
LUVA CIRÚRGICA Nº8,5	05
PACOTE COM GAZE	07
MÁSCARA CIRÚRGICA	15
MICRO NEBULIZADOR P/ INALAÇÃO	04
MÁSCARA DE O2 ADULTO	03
UMIDIFICADOR	01



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

CATETER P/ O2 N°8	10
CATETER INTRAVENOSO CENTRAL	02
EQUIPO MACROGOTAS	24
EQUIPO MICROGOTAS	02
EQUIPO MICRO CÂMARA GRADUADA	05
EQUIPO INF SANGUE	10
SERINGA DE 1ML	03
SERINGA DE 3ML	50
SERINGA DE 5ML	40
SERINGA DE 10ML	07
GARROTE	05
AGULHA DESCARTÁVEL 0,45 X 13	100
AGULHA DESCARTÁVEL 0,7 X 25	100
AGULHA DESCARTÁVEL 0,7 X 30	50
AGULHA DESCARTÁVEL 0,8 X 30	50
AGULHA DESCARTÁVEL 1,2 X 40	100
JELCO N°16	07
JELCO N°18	19
JELCO N°20	05
JELCO N°22	06
JELCO N°24	07



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

- Laboratório de Proteção Contra Incêndio

Material do Laboratório
Extintor CO2
Extintor AP
Extintor PQS
Suporte para extintores
1 Mangueira de 1 ½"
Mangueira de 2 ½"
Sprinklers
Esquicho posições
Esquichos jato sólido
Detector de fumaça
Válvula de hidrante
Manômetro
Chave storz
Adaptadores de mangueira para hidrante

15 AMBIENTES DA ADMINISTRAÇÃO

MATERIAL	QTD
-----------------	------------



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

APOIO ERGONÔMICO PARA OS PÉS	05
AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS	01
AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS	02
AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS	03
ARMÁRIO ALTO (MDF)	05
ARMARIO BAIXO (MDF)	04
ARMÁRIO EXTRA-ALTO (MDF)	03
CADEIRA DE ESCRITÓRIO	15
CLIMATIZADOR DE AMBIENTE	01
COMPUTADOR (DEKTOP)	16
ESCANHINHO ALTO ABERTO	01
ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM (1.5 KVA)	03
ESTABILIZADOR DE TENSAO (1000 VA)	02
FRAGMENTADORA AUTOMÁTICA DE PAPEL	01
GAVETEIRO VOLANTE (MDF)	12
GUILHOTINA EMAÇO 30CM P/15 FOLHAS	01
IMPRESSORA LASER MONOGROMATICA XEROX PHASER	02
IMPRESSORA LASER OKIDATA	01
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLOR SAMSUNG	01
MESA DE ESCRITÓRIO / ESTAÇÃO DE TRABALHO	12
MESA DE REUNIOES	02
MESA MADEIRA RETA	01



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

NOTEBOOK	03
POLTRONA DIRETOR	04
RADIO TRANSPONDER WALK TALK	04
REFRIGERADOR COMPACTO (100L)	01
SCANNER BASE PLANA	01
TV LCD 52" SAMSUNG	01

16 AMBIENTES DA COORDENAÇÃO DO CURSO

MATERIAL	QTD
CADEIRA GIRATÓRIA	02
CADEIRA FIXA	01
COMPUTADOR (DESKTOOP)	01
MESA DE ESCRITÓRIO/ESTAÇÃO DE TRABALHO	01
ARMÁRIO ALTO COM ESTANTE	01
ARMÁRIO BAIXO COM 02 PORTAS	01
AR CONDICIONADO SPLIT	01



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

17 SALAS DE AULA

Item	Qte	Observações
Mesa para docente	4	Para viabilização das atividades acadêmicas
Cadeira para docente	4	Para viabilização das atividades acadêmicas
Computador	4	Com acesso a internet
Quadro Branco	4	Tamanho mínimo: 4m. Pincéis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projektor multimídia	4	Equipamento fixado no teto com caixa de proteção
Carteiras	160	40 carteiras por sala

VII. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 26.07.2004.

BRASIL. **NR 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO.** 2014.

_____. **Portaria MEC nº. 1.015, de 21 de julho de 2011.** Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: MEC/SEMTEC. Educação Profissional: legislação básica. Brasília, 1998. p. 19-48.

_____. **Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes.

_____. **Lei nº. 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de setembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº.11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 30/12/2008.

_____. **Lei nº. 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

_____. **Lei nº. 6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 17.04.1975.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.** Brasília, 2012.

_____. **Decreto-Lei nº. 1044, de 21 de outubro de 1969.** Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Publicado no D.O.U. de 22.10.1969 e retificado no D.O.U. 11.11.1969.

_____. **Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade com reduzida, e dá outras providências.

_____. **Lei nº. 7.410, 27 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico em Segurança do Trabalho.

_____, **Decreto nº 92.530, de 09 de abril de 1986.** Regulamenta a Lei nº 7410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

_____. **Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006.** PROEJA. Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio. Documento Base.

CNE/CEB. **Resolução nº. 4, de 06 junho de 2012-** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos** de Nível Médio.

CNE/CEB. **Resolução nº. 1, de 05 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 de Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

CNE/CEB. **Resolução nº. 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica.

CNE/CEB. **Resolução nº. 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

CNE/CEB. **Resolução nº. 1, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

CNE/CEB. **Parecer nº. 11, de 09 de maio de 2012.** Altera dispositivos da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

CNE/CEB. **Parecer nº. 1, de 05 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT-2012).

CNE/CEB. **Parecer nº 7, de 07 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

CNE/CEB. **Parecer nº 5, 04 de maio de 2011.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

CNE/CEB. **Parecer nº 39, de 08 de dezembro de 2004.** Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2015-2019).** 2015.

_____. **Regimento Didático para os Cursos Técnicos Integrados (2014)-** Resolução CS/IFPB nº 227, de 10 de outubro de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1998.



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Mediação, 2009. (40 ed. Atual, ortog) 128 p.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** – 9.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PENA, G. A. de C. **A formação Continuada de Professores e suas relações com a prática docente.** 1999. 80p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

RESOLUÇÃO N° 141, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015. Dispõe sobre a Regulamentação do Colegiado dos Cursos Superiores presenciais e a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

RESOLUÇÃO N° 143, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015. Dispõe sobre a Regulamentação do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

IV. ANEXO

1. Portaria da Comissão de Elaboração
2. Parecer Pedagógico
3. Resolução de Aprovação do Conselho Diretor
4. Atas
5. Documento (PPC) em CD-ROM, nos formatos PDF e Doc.